

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Marcus Vinícius Costa Lage

“DEIXEM EM PAZ OS NOSSOS ‘CRACKS’”

**Análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação
e os significados sociais**

Belo Horizonte

2013

Marcus Vinícius Costa Lage

“DEIXEM EM PAZ OS NOSSOS ‘CRACKS’”

**Análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação
e os significados sociais**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Regina de Paula Medeiros.

Belo Horizonte

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

L174d Lage, Marcus Vinícius Costa
Deixem em paz os nossos cracks: análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação e os significados sociais / Marcus Vinícius Costa Lage. Belo Horizonte, 2013.
169f.: il.

Orientadora: Regina de Paula Medeiros
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Futebol – Aspectos sociais - Belo Horizonte (MG). 2. Profissionalismo nos esportes. 3. Jogadores de futebol. I. Medeiros, Regina de Paula. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 796.332(815.11)

Marcus Vinícius Costa Lage

“DEIXEM EM PAZ OS NOSSOS ‘CRACKS’”

Análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação e os significados sociais

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Regina de Paula Medeiros (Orientadora) – PUC Minas

Carlos Aurélio Pimenta de Faria – PUC Minas

Euclides de Freitas Couto – UFSJ

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2013.

*A Ju,
sem seu companheirismo e amor essa conquista não seria possível
A menina Estela,
por tudo que já representa em minha vida*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que faço aqui tentaram, de alguma maneira, retribuir todos aqueles que contribuíram no resultado final desse trabalho. A todos aqueles que omiti, peço-lhes desculpas antecipadamente. Agradeço:

Ao Programa de Apoio à Pós-Graduação (PAPG) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por ter tornado possível financeiramente a realização dessa pesquisa por meio da concessão de uma bolsa de estudos.

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), na qual realizei a minha graduação em História e que me acolheu novamente no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da PUC-MG.

A Professora Regina de Paula Medeiros por todos os motivos possíveis e outros mais. Por ser compreensiva com o tempo e as circunstâncias com que fiz o curso de mestrado. Por ter sido atenciosa, crítica, sincera e solícita sempre, especialmente com todo material que produzi, o que faz dessa dissertação um trabalho redigido a “quatro mãos”. Por confiar e incentivar que o presente tema era para mim um objeto de estudo relevante. Lembro-me bem de quando a procurei no início do 2º semestre de 2011 para saber a possibilidade que tínhamos de elaborar outro projeto de pesquisa com o tema do futebol, completamente diverso do projeto original, ao que ela me orientou que além de viável, a mudança era fundamental, pois conhecimento científico deve e pode ser uma atividade prazerosa. Ao longo dos mais de dois anos de orientação, sua leitura antropológica me fez repensar os rumos da pesquisa em vários momentos, principalmente por ter recebido todo apoio e suporte para realizar os trabalhos de campo com sensibilidade e ética. Confesso que até no nosso último encontro suas considerações me suscitaram novas curiosidades, o que me motiva a seguir em frente.

Ao Professor Carlos Aurélio Pimenta de Faria por ter aceitado fazer parte dessa pesquisa, avaliando os primeiros projetos escritos por mim quando dos Seminários de Dissertação e da primeira versão apresentada na Banca de Qualificação, fazendo contribuições fundamentais para a minha compreensão do objeto de estudo em questão. A leitura política sobre o tema deve, grande parte, às considerações tecidas por ele.

Ao Professor Euclides de Freitas Couto, primeiramente por ter sido extremamente gentil e disponível com o convite que lhe fiz para participar da Banca de Defesa de Dissertação. Não só por isso, agradeço ao Professor também por ter, em alguma medida, me

mostrado que o futebol poderia ser um tema de pesquisa das ciências humanas. Quando ainda cursava a graduação em História, fui seu aluno e tomei conhecimento de sua trajetória como pesquisador do futebol em uma palestra que o mesmo proferiu durante um ciclo de debates sobre a História da América no ano de 2007. Fiquei extremamente interessado no que ouvi naquele dia, o que me fez procurar sua dissertação de mestrado, tendo-a utilizado como material de suporte para transposição didática em aulas do Ensino Fundamental e Médio sobre a história republicana de Belo Horizonte. Nunca imaginava, contudo, que algum dia, desenvolveria uma pesquisa acadêmica com o tema, até que optei em elaborar o projeto que deu origem a essa dissertação. O Professor Euclides, sem dúvida, pode ser apontado como um dos responsáveis por isso.

Aos demais Professoras e Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que me fizeram ler, não só meu objeto de pesquisa, mas o mundo com outros olhos. Especialmente, agradeço aqueles que tiveram contato com minha pesquisa, nos mais diferentes estágios possíveis. A Professora Alessandra Sampaio Chacham por ter sido a primeira docente do Programa a avaliar minha pesquisa na disciplina de “Metodologia da Pesquisa Científica”. A Professora Candice e Souza por seus comentários críticos e pertinentes do projeto de pesquisa no I Seminário de Dissertação que participei. Foi a partir das críticas contundentes que a Professora Candice teceu em relação ao meu trabalho que reconsiderarei todo referencial teórico da pesquisa, lendo autores clássicos da sociologia como Bourdieu e Elias, com muito mais afinco e atenção. A Professora Luciana Teixeira de Andrade por sua avaliação durante o II Seminário de Dissertação, sobretudo por suas orientações em relação às pesquisas de campo com periódicos. As Professoras Cristina Almeida Cunha Filgueiras e Magda Maria Bello de Almeida Neves que ministraram a disciplina “Desigualdade, Diferença e Distinção: Distanciamentos e Fronteiras Sociais” que subsidiou a leitura sociológica do futebol brasileiro que aqui realizo.

Aos colegas de turma do mestrado e alguns doutorandos pelo convívio e companheirismo tornando a senda científica mais leve e descontraída. Em especial agradeço ao Felipe de Souza Brandão, atleta amador de futebol americano, que muito se interessava pela minha pesquisa. Nossas conversas deram-me insumos para entender as nuances da prática esportiva amadora. E a Rejane de Oliveira Nazário pelo carinho que teve com a minha família.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, por terem tido muita paciência comigo, principalmente em relação aos prazos de (pré) matrícula. Agradeço, principalmente, aos *cruzeirenses* Guilherme e Neumar por terem sido prestativos sempre que requisitados, tornando essa dissertação possível.

Aos funcionários da Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi pelo trabalho que desenvolvem, o que a torna um ótimo espaço não só para consultas, mas também para produção do conhecimento científico. Em especial, agradeço ao setor de Base de Dados por ter me ensinado a consulta a documentos microfilmados, e também ao setor de Processamento Técnico por ter me auxiliado na formatação final do presente trabalho.

Aos funcionários da Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais representados aqui por Jairo Joanes dos Santos, e também a equipe do Museu Histórico Abílio Barreto, em especial a *americana* Maria Célia Pessoa Ayres Dias e ao *atleticano* Paulo César dos Santos, pela atenção, delicadeza, paciência, presteza, dedicados a mim em todos os dias de trabalho realizados nesses espaços. Ao pessoal do “Xerox da Márcia”.

A Mônica Maria Cadaval Bedê pela compreensão do momento especial pelo qual atravessava e pelo incentivo no desenvolvimento da presente pesquisa. A toda as meninas da “Casa da Val” pelo carinho e companheirismo, principalmente a *cruzeirense* Maria Clara Maciel Silva Bois pelas conversas descontraídas e apaixonadas sobre futebol e demais esportes. Ao pai da Clara, o *americano* Elton Bois, que com sua trajetória como jornalista me ajudou a contatar um dos principais entrevistados dessa pesquisa.

Aos *americanos* Afonso Celso Raso e Carlos Paiva, ao *palestrino/cruzeirense* Plínio Barreto e ao *setembrino* Amarelinho por terem me concedido, gentilmente, entrevistas fantásticas sobre a história do futebol belo-horizontino. Ao *americano* Marinho Monteiro, por ter me recebido em sua casa, me apresentando todo o seu acervo histórico particular do *América* e mostrando-se disponível para quaisquer necessidades. Ao *americano* Fernando Remo Júnior pelas conversas informais sobre o futebol de Belo Horizonte, principalmente por ter me aberto sua biblioteca pessoal para consultas diversas.

A toda minha família, a base de tudo. Agradeço aos meus pais, a minha maninha Deborah e aos meus cunhados, o *atleticano* Luís Felipe e o esgrimista Paulo Henrique, por terem me ajudado e apoiado, sempre que precisei, durante esses mais dois anos de trabalho. A minha cunhada Letícia por ter traduzido para o inglês todos os resumos que fiz. Aos meus sogros Ana Maria e Paulo Eustáquio, pelo afeto e incentivo. Ao meu pai, por ter me indicado

vários aspectos legais sobre a profissão de jogador de futebol e, sobretudo, por ter tornado possível minha primeira comunicação oral realizada no I Encontro Internacional de Gestão do Esporte e do Entretenimento. Ao meu avô Oswaldo por ter, pacientemente, escutado as minhas histórias, visto meus documentos e me contado várias outras histórias essenciais para a presente pesquisa. A Meiroca, por toda a força que me deu durante todos os mais de quinze anos que a conheço.

Em especial, agradeço a minha familinha Ju-Estela. A Juliana pelo amor incondicional, pelas horas intermináveis de leitura e revisão dos textos que produzi, por ter escutado, pacientemente, todas as minhas elucubrações analíticas sobre o futebol belo-horizontino. A pequenina Estela que, de uns tempos pra cá, aprendeu a dar belas risadas banguelas que me incentivaram a seguir adiante.

Essa vitória é também de vocês!

BRANT NO FLAMENGO!

Brant, do Club A. Mineiro, trocou as Alterosas pela cancha da rua Paysandú

Com estes titulos pomposos, o "Jornal dos Sports", em seu numero de hontem, publicou, illustrada com a photographia do "mestre mineiro", a seguinte nota:

"Brant no Flamengo!

Eis uma noticia sensacional para os adeptos do querido campeão de terra e mar.

De facto, o valoroso center-half do C. A. Mineiro resolveu alistar-se nas fileiras do club da rua Paysandú, devendo, para isso, transferir-se para esta Capital, onde deve chegar hoje.

Essa aquisição é valiosissima, não só porque Brant é um elemento de incontestavel valor como tambem pela circumstancia do Flamengo se resentir, desde os bons tempos de Seabra de um "pivot" á altura do seu quadro.

Brant é o mesmo player que foi requisitado antes do Campeonato Mundial para treinar no scratch brasileiro e, ha pouco, falou-se na sua vinda para o America F. C.

Trata-se portanto de um jogador afamado, possnidor de largos recursos, formando entre os nossos melhores centro-médios.

Brant á ultima vez que actua

em Minas, foi em junho, dependendo de pequena espera, consequentemente o transcurso do seu estagio."

Brant, para provar que não abandonará o Athletico, renovou hontem a sua inscripção por mais dois annos e jogará hoje no torneio initium, ficando portanto "preso".

E' bom, que os srs. jornalistas cariocas deixem em paz os nossos "cracks".

"[...] É bom, que os srs. jornalistas cariocas deixem em paz os nossos 'cracks'".

Estado de Minas, 12 de abril 1931.

RESUMO

O futebol profissional se constituiu em categoria regulamentada nos principais centros urbanos brasileiros em 1933, ano que alguns clubes se organizaram para fundar entidades privadas de gestão do referido esporte. O marco oficial da regulamentação do futebol profissional, não pode, contudo, ser compreendido como momento que a profissão de jogador se originou. Entendemos a categoria sociológica “profissão” como função social especializada ofertada frente uma demanda existente. Nesse sentido, a gênese da profissão de jogador de futebol se insere no conjunto de transformações do significado social da prática e do consumo dessa modalidade esportiva, caracterizando-a como uma indústria do espetáculo esportivo e via de ascensão social para praticantes das camadas menos favorecidas da sociedade. O objeto de pesquisa desta dissertação foi o significado sociológico da regulamentação da profissão de jogador de futebol e sua repercussão no cenário nacional, e particularmente a reação do *America Futebol Clube* de Belo Horizonte. A partir da análise documental de periódicos e de memórias de atores sociais daquele contexto, discutimos o contexto das políticas sociais pré-Estado novistas (1930-1937) estabelecendo relações com o movimento de profissionalização do futebol, as disputas políticas dos dirigentes esportivos na organização do futebol local junto às entidades de gestão dos esportes da cidade, sobretudo as discussões acerca da profissionalização do futebol, e as estratégias dos clubes belo-horizontinos em conformar o futebol uma “indústria do espetáculo esportivo”. Frente à crescente demanda social caracterizada pela conformação da identidade clubística, os dirigentes esportivos alcançavam prestígio social e conquistas políticas por meio da atuação no futebol. Além disso, a Liga local e os principais clubes de Belo Horizonte inseriram o futebol nas engrenagens do sistema capitalista através da oferta de disputas futebolísticas durante a década de 1920. Para aprimorar a mercadoria jogo de futebol, passou-se a se exigir cada vez mais dos jogadores, produtores do espetáculo esportivo em questão. Por isso, antes mesmo da regulamentação profissional, constatamos a existência de jogadores especializados, mesmo que de forma incipiente, no campo futebolístico, sendo pagos extraoficialmente para praticarem o futebol, já que a Liga reconhecia apenas o amadorismo esportivo. A criação da Divisão Profissional em 1933 rompeu com a indefinição do *status* do jogador daquele contexto, inscrito como amador e que atuava como profissional, garantindo-lhe direitos básicos. Entretanto, as fontes

apresentam o fato como uma iniciativa dos dirigentes esportivos e não como conquista dos “trabalhadores da bola”.

Palavras-chave: Profissionalização do futebol. Amadorismo esportivo. “Amadorismo marrom”. Espetacularização do futebol.

ABSTRACT

The professional soccer constitutes in a category regulated in the main Brazilian urban centers in 1933, year when some soccer clubs organized themselves in order to create new private entities to manage the sport modality. However, the moment when the soccer player profession originated cannot be understood as the official landmark of the professional soccer regulation. “Profession”, as a sociologic category, can be understood as a specialized social function, which is offered as a response to an existing demand. Therefore, the genesis of the soccer player profession is inserted in the transformations associated to the social meaning of the practice, and the consumption of the sport modality. This genesis characterizes the modality as an industry of the sport’s show, and as a way of social accession for the soccer players from the least benefited sections of the society. The research objective of this masters’ dissertation was the sociological meaning of the soccer player professional regulation, and its national repercussion, in special the response of the *America Futebol Clube* in the city of Belo Horizonte. We discuss the social political context of the Vargas Government (1930-1937), by means of documental analysis of journals and memories of the social actors of that context, which were collected through open and in depth interviews. We establish relationships between the soccer professionalization movement, the political debates among the leaders of soccer organizations and the sporting managing entities of the city, especially focusing on the discussions around the professionalization of the soccer and, the strategies of the sports clubs in the city to consolidate the soccer as an “industry of the sporting spectacle”. We noticed that, as a response to the constant social demand, characterized by the strengthening of the soccer clubs as entities, the sporting leaders reached, through their involvement with the soccer, social respect and political achievement. Besides, we point out that the local League, and the main clubs in Belo Horizonte included the soccer in the engines of the capitalism system through the offer of soccer disputes during the 1920’s. In order to improve the market of the soccer games, soccer players, the producers of the spectacle, became even more demanded. As a consequence, even before the professional regulation, we noticed the existence of specialized soccer players, even in an incipient form in the context of the sport per se, being extra officially paid, since the League only recognized the amateur soccer. The creating of the profession division in 1933 offered basic rights to soccer players and broke with the lack of definition of their status in that context, which even though performed as

professionals, were considered as amateurs. However, the sources present the fact as an initiative that came from the sporting leaders, but not as a deserved conquest of the “workers of the ball”.

Key-words: Soccer professionalization. Sporting amateurism. “Brown amateurism”. Industry sporting spectacle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 29 de Setembro de 1931	80
Figura 2 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 29 de Janeiro de 1933	84
Figura 3 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 29 de Janeiro de 1933	85
Figura 4 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 31 de maio de 1933.....	92
Figura 5 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 31 de maio de 1933.....	95
Figura 6 – Aspecto geral da seção de esportes do <i>Estado de Minas</i> no dia 31 de maio de 1933, com destaque para os “Paredros” do futebol belo-horizontino ao centro.....	96
Figura 7 – Aspecto geral de página da <i>Folha Esportiva</i> de 21 de maio de 1930 com propaganda da loja “Parc Royal”.....	111
Figura 8 – Carlos Brant, jogador do <i>Fluminense-RJ</i> , durante exames físicos no Departamento Médico da Liga Carioca de Futebol em 1934.....	142
Foto 1 – Arquibancada do Estádio do <i>América</i> de 1922	112
Foto 2 – Presidente do Estado, Raul Soares, no amistoso entre <i>América-MG vs América-RJ</i> em 1923	112
Foto 3 – Inauguração do Estádio Antônio Carlos em 1929.....	114
Foto 4 – Cardosinho, lateral direito do <i>Athletico</i> entre 1926 e 1928.....	122
Foto 5 - Time do <i>Palestra Itália</i> campeão de futebol de Belo Horizonte em 1928	143

LISTA DE SIGLAS

ABPI	Coleção Abílio Barreto Produção Intelectual
ACSEA	Associação Cultural e Social de Ex-Atletas do América
AMA	Associação Mineira de Atletismo
AME	Associação Mineira de Esportes
AMEA	Associação Metropolitana de Esportes Athleticos
AMEG	Associação Mineira de Esportes Gerais
AMET	Associação Mineira de Esportes Terrestres
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
APEA	Associação Paulista de Esportes Athleticos
APM	Arquivo Público Mineiro
CAM	Centro Atletico de Memória
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CND	Conselho Nacional de Desportos
CRD	Conselho Regional de Desportos
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EEFFTO	Escola de Educação Física e Terapia Ocupacional
F.C.	Futebol Clube
FAMA	Federação de Associações Mineiras de Atletismo
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FBE	Federação Brasileira de Esportes
FBF	Federação Brasileira de Futebol
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
GEFuT	Grupo de Estudos de Futebol e Torcida
IAP	Instituto de Aposentadoria de Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAF	Liga Amadora de Futebol
LAF-SP	Liga Amadora de Futebol de São Paulo
LCF	Liga Carioca de Futebol
LMDT	Liga Mineira de Desportos Terrestres
LMSA	Liga Mineira de Sports Athleticos
LPPF	Liga Paulista de Profissionais de Futebol
MG	Minas Gerais
MHAB	Museu História Abílio Barreto
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PAPG	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RJ	Rio de Janeiro
SP	São Paulo
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: ABRE O JOGO.....	27
2	O FUTEBOL E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO NA MARCA DO PÊNALTI: REVISÃO CONCEITUAL E BIBLIOGRÁFICA	42
2.1	O Futebol e sua Profissionalização: Referenciais Teóricos para uma Abordagem Sociológica	42
2.2	Estudos Clássicos Sobre o Futebol Brasileiro	48
2.3	A Retomada do Futebol como Problema Sociológico: Embate Entre Duas Correntes e Consolidação da Temática no Campo das Ciências Sociais.....	50
2.4	Contribuições Recentes das Ciências Sociais para Compreensão da Profissionalização do Futebol	52
2.5	Produções Acadêmicas Sobre o Futebol Mineiro e Belo-Horizontino	58
3	A REGULAMENTAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO: O CONTEXTO POLÍTICO E AS DISPUTAS DOS DIRIGENTES POR PRESTÍGIO SOCIAL	63
3.1	Futebol no Contexto do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945): Corporativismo, Trabalhismo, Lutas Sociais e Ideologia Nacional	64
3.2	As Instituições de Gestão do Futebol Carioca e Nacional e a Profissionalização do Futebol	68
3.3	A Disputa dos Dirigentes Esportivos Pela Organização do Futebol em Belo Horizonte	76
3.4	O Movimento Pró-Profissionalização do Futebol Mineiro: O Quê e Quem Estava em Jogo	86
4	DO “AMADORISMO MARROM” AO PROFISSIONALISMO: A TRANSFORMAÇÃO DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PRÁTICA E DO CONSUMO DO FUTEBOL EM BELO HORIZONTE NAS DÉCADAS DE 1920 A 1930	99
4.1	Pontapé Inicial: Aspectos Sociológicos dos Primeiros Anos do Futebol Belo-Horizontino	100
4.2	A Popularização do Futebol em Belo Horizonte e a Conformação do Jogo de Futebol como Produto da Indústria do Espetáculo Esportivo	104
4.2.1	<i>Estratégias de Incremento de Público: os Estádios de Futebol e os Jogos Amistosos.....</i>	<i>109</i>
4.3	Aspectos da Profissionalização do Jogador de Futebol em Belo Horizonte	116
4.3.1	<i>A “Vitória a Qualquer Custo”.....</i>	<i>127</i>
4.3.2	<i>Os “Borboletas” do Futebol Belo-Horizontino</i>	<i>134</i>
4.3.3	<i>“Operários-Jogadores” e os Primeiros Profissionais do Futebol.....</i>	<i>145</i>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: FIM DE JOGO150

REFERÊNCIAS.....157

1 INTRODUÇÃO: ABRE O JOGO

O termo “futebol profissional”, ou “profissionalização do futebol”, deve ser compreendido na presente pesquisa a partir de dois significados distintos: como uma categoria nativa dos “atores sociais” do “campo futebolístico” (BOURDIEU, 1989) brasileiro das décadas de 1910 a 1930 que o definiam como sinônimo de remuneração ou de gratificação dos atletas realizada pelos adeptos, associados e dirigentes dos clubes de futebol; e como um conceito sociológico, que concebe o profissional como aquele que se especializa em desempenhar um conjunto de funções sociais específicas na sociedade. O jogador de futebol profissional se opunha ao amador que, como revela a própria palavra, praticava o referido esporte por prazer ou lazer, por “amor”. Para além dessas noções, Toledo (2000) apresentou que as características do futebol amador se expressavam no conjunto de normas das entidades de gestão do esporte que proibiam, “[...] através dos estatutos [...], que os jogadores recebessem qualquer benefício que configurasse uma remuneração para jogar. Emprestava-se ao jogo um significado pretensamente educativo.” (TOLEDO, 2000, p. 10) (Grifos nossos)

A regulamentação amadora existente no país até a década de 1930 expressava o significado social dos esportes modernos, mais precisamente da modalidade do futebol como atividade física destinada ao desenvolvimento corporal e moral, de higienização social e de formação de caráter dos líderes da nação. No Brasil, os integrantes da elite urbana monopolizaram a prática e as disputas futebolísticas nas duas primeiras décadas do século XX através dos clubes e das entidades de gestão dos esportes (associações, federações e ligas) que exigiam dos interessados, dentre outros aspectos, poder aquisitivo que lhes permitisse pagar as taxas de filiação e conhecimento básico da prática da referida modalidade esportiva. O amadorismo, definido nos regulamentos dos clubes e entidades gestoras como única possibilidade de prática esportiva até os anos iniciais da década de 1930, se tornou em um importante mecanismo de restrição social da prática do futebol, reforçando a estrutura hierárquica desigual e racista da sociedade brasileira.

Entretanto, a difusão da prática do futebol nos principais centros urbanos brasileiros transformou seu significado social paulatinamente, seguindo o crescimento demográfico, a chegada dos imigrantes nas capitais dos Estados e o desenvolvimento econômico do país, com destaque para a industrialização e a intensificação do processo de urbanização (SANTOS, 2010). Ao longo das décadas de 1910 e 1920 em cidades como Belo Horizonte, o futebol se

popularizou para além das elites cidadinas configurando-se em “campo simbólico” promotor de identidade social (SEVCENKO, 1994) e caracterizado como indústria do espetáculo esportivo (BOURDIEU, 1983), engendrando assim a profissão de jogador de futebol. Os grupos até então alijados do universo futebolístico passaram a participar do mesmo, seja como espectadores, ou ainda como praticantes do jogo.

Inicialmente, pobres e negros (RODRIGUES FILHO, 1964) começaram a se interessar pela prática do futebol de forma improvisada, pois ele é um esporte que não exige um espaço sofisticado e inclui pelo menos onze pessoas em cada time, originando as “peladas”¹. Da mesma maneira, os espectadores se diversificaram socialmente, não se restringindo mais apenas aos associados dos clubes e membros da elite, que tinham o futebol como espaço de “distinção social” (BOURDIEU, 2008). Ao contrário, passaram a ser também pessoas interessadas no entretenimento e em filiar-se a um clube por identificar-se com o time, os símbolos ou com as propostas apresentadas. Esses novos espectadores passaram a formar “comunidades afetivas”, originando o fenômeno das torcidas (DAMO, 1998). Os clubes e seus dirigentes, interessados, por sua vez, nas rendas que os jogos produziam, receberam bem as torcidas e passaram a montar suas equipes de futebol com jogadores de destacada qualidade técnica, independentemente de suas classes sociais.

A partir de então, conformou-se uma situação inicial de profissionalismo no meio esportivo. Os dirigentes dos clubes e público pagante esperavam e cobravam dos jogadores a “maximização da eficácia específica” (BOURDIEU, 1983), expressa em “vitórias”, “títulos” e “recordes” nos confrontos. Em contrapartida, os atletas passaram a ser submetidos a estratégias de “racionalização da preparação” (BOURDIEU, 1983) para os jogos, por meio de treinos físicos, táticos e técnicos frequentes, e de “regimes de concentração” antes dos confrontos mais importantes.

Diante das exigências postas pelos clubes, seja por parte dos dirigentes esportivos ou dos torcedores, os jogadores passaram a conceber o futebol como uma possível via de ascensão social, uma vez que os praticantes das “peladas” ou de clubes de menor expressão, vez ou outra, se destacavam no conjunto de jogadores e eram recrutados, mesmo que fossem pobres, recebendo incentivos financeiros e/ou materiais equivalentes à sua qualidade técnica.

¹ O termo “pelada”, presente no “campo futebolístico”, faz alusão à prática do futebol de forma improvisada e foi inspirado pelo fato desses praticantes, desprovidos de “capital econômico”, não poderem adquirir o material esportivo adequado à sua prática, como no caso dos calçados específicos de futebol, conhecidos como “chuteiras”, jogando futebol descalços, ou com os pés “pelados”.

Como a entidade regulamentava a prática do futebol apenas de forma amadora, os pagamentos ou gratificações concedidas aos atletas ocorria extraoficialmente, caracterizando a situação do jogador por uma indefinição de *status*, pois sua inscrição o definia como amador mas na prática sua relação com o clube era profissional. Os acordos entre atletas e clubes não reconhecidos publicamente gerava insegurança para ambas as partes, que não tinham qualquer garantia legal de que os mesmos seriam cumpridos.

A essa prática, Rodrigues Filho (1964) denominou como “amadorismo marrom”², tendo também recebido vários outros nomes, tais como “profissionalismo marrom”, “amadorismo de tapeação”, “amadorismo canalha”, dentre outros, uma vez que não correspondia nem aos princípios básicos do amadorismo, tampouco à uma profissão reconhecida, uma vez que as associações, federações e ligas proibiam a remuneração aos jogadores de futebol no país. Essa situação perdurou até os primeiros anos da década de 1930 quando a defesa pela regulamentação da profissão de jogador de futebol se intensificou nos principais centros urbanos do país, culminando na criação de novas entidades de gestão dos esportes em 1933 por iniciativa de alguns clubes, definindo assim as bases legais de âmbito privado da prática desportiva profissional. Destaca-se que o contexto em questão se caracterizava no “campo futebolístico” pelo assédio de clubes de futebol profissional internacionais aos jogadores amadores brasileiros e politicamente pela promoção de direitos sociais e trabalhistas pelo Estado brasileiro, presidido à época por Getúlio Vargas (1930-1945), o que estimulou, sobremaneira, o movimento de regulamentação profissional do futebol no país.

Em Belo Horizonte, o amadorismo se constituiu em pensamento hegemônico no futebol até meados da década de 1920, quando se observa as transformações de sentido social dado a essa prática esportiva. Nesse contexto, nota-se a popularização do futebol para além das elites urbanas, configurando uma indústria do espetáculo esportivo. Proliferaram-se a fundação de clubes de futebol que, até princípios da década de 1910, eram restritos às áreas centrais e de ocupação da elite urbana.

O número de agremiações esportivas constituídas para a prática do futebol era tamanho nos anos 1920 que havia competições locais separadas em Primeira Divisão e

² O “amadorismo marrom”, também conhecido como “profissionalismo marrom”, era assim denominado pois caracterizava o jogador através de uma indefinição de *status*, pois o mesmo não era nem em amador clássico, que praticava o esporte isento de qualquer tipo de compensação financeira ou remuneração, nem em um profissional, baseado em contratos de trabalho com previsão de pagamentos de ordenados periódicos.

Segunda Divisão. O Campeonato da Primeira Divisão era disputado pelos principais clubes, sendo eles dois clubes originalmente fundados pela elite urbana da cidade, *America Futebol Clube* e *Club Athletico Mineiro*³, e outros dois clubes fundados por empresários e comerciantes que inseriram seus trabalhadores como jogadores desde os primeiros anos, quais sejam, *Societá Sportiva Palestra Italia* vinculado à colônia italiana da cidade e *Villa Nova Athletico Clube* de propriedade da mina de ouro localizada na cidade de Nova Lima; além de alguns outros clubes suburbanos, como, por exemplo o *Sete de Setembro Futebol Clube* do bairro Floresta. A maior parte dos clubes suburbanos, entretanto, oscilava entre a Primeira e a Segunda Divisão, como por exemplo, *Sport Club Carlos Prates* do bairro Carlos Prates, o *Gremio Ludopedio Calafate* do bairro Calafate, o *Guarany Foot-Ball Club* e o *Fluminense Futebol Clube* ambos do bairro Lagoinha. Além dos clubes suburbanos, a Segunda Divisão contava com alguns clubes das cidades vizinhas à Belo Horizonte, como, por exemplo, o *Alves Nogueira Futebol Clube* da cidade de Sabará.

Na década em questão, os três principais clubes da cidade, *America*, *Athletico Mineiro* e *Palestra Itália*, tinham estádios particulares com capacidade superior a cinco mil pessoas, e que sediavam jogos todos os finais de semana, em um contexto que a população total da cidade era pouco maior que 50 mil habitantes. (IBGE, 2007). Outro indício do prestígio social que o futebol tinha era que os principais periódicos, como por exemplo, o *Estado de Minas*, contavam com páginas destinadas exclusivamente ao futebol que veiculavam notícias sobre adeptos e torcedores dos clubes da cidade.

Tais características evidenciavam que o futebol se conformava em uma indústria do espetáculo esportivo na capital mineiro ainda na década de 1920, o que, como vimos, era aspecto primordial para a existência de relações profissionais entre clubes e atletas. Sendo assim, os principais clubes da cidade decidiram por fundar a entidade de gestão do futebol que regulamentava a prática do futebol profissional em maio de 1933 (MOURA, 2010), decisão que ocorreu após a profissionalização do futebol carioca e paulista.

Assim como nesses centros urbanos, a regulamentação profissional esportiva não foi consensual entre os clubes belo-horizontinos. Dentre as principais agremiações esportivas da cidade, o *America* aderiu a nova orientação, mas a maior parte de seus dirigentes explicitaram a convicção que tinham em relação ao amadorismo. Entretanto, em Belo Horizonte tais

³ Utilizei a grafia dos nomes dos clubes adotada à época.

divergências não levaram ao rompimento político entre os clubes, como, por exemplo, constatou-se para os clubes cariocas e paulistas.

O *Botafogo Futebol Clube* do Rio de Janeiro, por exemplo, não reconheceu a legitimidade das propostas profissionalizantes e nem das novas entidades desportivas, mantendo, assim, a antiga associação amadora em funcionamento por quase dois anos, competindo com clubes de menor expressão do cenário carioca (CALDAS, 1990). Outros clubes extinguiram suas diretorias de futebol, dedicando-se apenas às modalidades esportivas não profissionais, como, por exemplo o *Clube Athletico Paulistano*, que demoliu seu campo e suas instalações, substituindo-as por quadras de tênis (SILVA, 2000).

Diante desse cenário, que provocou intensos debates na sociedade brasileira, surge uma questão que deu origem à presente dissertação de mestrado: **o que significou de fato a regulamentação da profissão de jogador de futebol no contexto do Governo de Vargas pré-Estado Novo, bem como a sua repercussão no cenário brasileiro e a reação contrária do *America Futebol Clube* de Belo Horizonte/MG?** A inspiração do problema de pesquisa, bem como dos títulos dos capítulos da dissertação surgiram do meu envolvimento com o futebol e da minha “identidade clubística”, já que sou torcedor do *America*.

Com base nessa problemática, algumas hipóteses foram formuladas como respostas provisórias, quais sejam:

- a) O cenário existente em torno da discussão sobre o processo de profissionalização da prática do futebol pode ter representado a disputa política ensejada no final da década de 1920, que culminou na implementação do projeto de Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) de promoção social dos trabalhadores urbanos e de conformação de um Estado Nacional brasileiro. O futebol foi um importante instrumento de difusão ideológica de Getúlio Vargas, conforme demonstrado na discussão bibliográfica empreendida. Ao reagir frente a profissionalização da prática do futebol, o *America* também teria se posicionado politicamente frente ao projeto varguista, defendendo uma ordem social diversa daquela proposta e implementada pelo governo Vargas que antecedeu o Estado Novo, entre 1930 e 1937;
- b) A regulamentação do futebol profissional, feita pelas entidades de organização do futebol no ano de 1933, teria significado para o *America* uma proposta de

homogeneização racial e social contrárias aos elementos de “distinção social” essenciais para que o grupo organizado em torno do clube se afirmasse socialmente. Profissionalizar a prática do futebol teria representado a inserção de indivíduos até então considerados pelo *America* como incapazes, ou inabilitados a praticar o referido esporte, com destaque para os pobres, analfabetos e negros;

- c) E, por fim, a posição de defesa dos regulamentos amadoristas feita pelo *America* teria se pautado no interesse do clube em manter o sistema de pagamento informal aos atletas de futebol, denominado por “amadorismo marrom”, como forma de recuperar a sua hegemonia das competições futebolísticas, tendo em vista a conquista do Campeonato local por dez vezes consecutivas, e ainda o vice-campeonato em outras três finais de competição dentre as dezoito primeiras competições promovidas pela entidade desportiva mineira durante o período de prática amadora do futebol (1915 a 1932).

Sendo assim, temos o seguinte objetivo geral para esta dissertação:

- Analisar o significado do processo de profissionalização do futebol no contexto pré-Estado novista, sua repercussão no cenário brasileiro e a reação contrária do *America Futebol Clube*.

A partir das hipóteses acima apresentadas, pretendeu-se especificamente:

- Investigar a implementação do projeto de profissionalização do futebol das entidades de organização desportiva belo-horizontina (1933) e nacional (1937), atentando-se para as particularidades na adoção da profissionalização do futebol no *America Futebol Clube*;
- Analisar os significados da profissionalização do futebol para o *America Futebol Clube* e sua relação com a construção da identidade coletiva do referido clube de futebol mineiro;
- Estudar o debate político empreendido pelos diversos atores sociais do “campo futebolístico”, sobretudo aqueles organizados no *America Futebol Clube*, frente à questão da profissionalização do futebol.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizamos a abordagem metodológica qualitativa, uma vez que ela é fundamental e adequada para analisar significados, percepções e representações sociais, bem como a repercussão dessas representações e dos discursos produzidos cotidianamente pelos diversos atores sociais do “campo futebolístico” belo-horizontino do contexto em questão. Inicialmente foi feita a leitura e análise documental de alguns periódicos produzidos entre os anos de 1930 a 1935, abarcando três anos que precederam e três anos que sucederam a regulamentação do futebol profissional. O objetivo desse recorte temporal foi de compreender a organização dos clubes em relação a oferta dos jogos de futebol e a posição dos mesmos, tanto teórica quanto prática, a respeito da profissionalização do jogador. Os periódicos consultados se dividem em duas categorias distintas, a saber: 1) os jornais que tratavam de temas diversos, inclusive com seções dedicadas exclusivamente ao esporte; e, 2) os jornais especializados na temática esportiva.

O *Estado de Minas*, fundado em 1928, foi adotado como a principal fonte jornalística para o contexto, uma vez que, desde princípios da década de 1930 possuía uma seção dedicada exclusivamente ao esporte, com destaque para a modalidade do futebol. Em função do papel ativo desempenhado pelo referido jornal no que tange à cobertura do “campo futebolístico” local, os principais clubes belo-horizontinos e a liga local utilizavam-no para publicizar os eventos promovidos tais como, reuniões, treinos, jogos e festividades esportivas e socioculturais. Arquivado e digitalizado integralmente pela Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais, foram consultados aproximadamente trezentos exemplares do periódico entre 1931 e 1933, sobretudo os jornais dominicais⁴. Especificamente para setembro e outubro de 1931, quando se observou uma cisão da liga local, fevereiro e junho de 1933, meses subsequentes à regulamentação do futebol no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, respectivamente, investigamos a seção de esportes diariamente, como forma de apreender o debate político do contexto.

O *Minas Gerais*, órgão oficial do Estado de Minas Gerais também considerado como um periódico que tratava de temas diversos, foi consultado como forma de se encontrar documentos oficiais produzidos pelos clubes belo-horizontinos e pela entidade de organização dos esportes local. Por isso, consultamos, especificamente, o período da cisão da liga local em 1931, bem como os meses em que foram regulamentados o futebol profissional no Rio de

⁴ A opção pelo jornal de domingo se fez diante da constatação de que nesse dia eram publicados os principais acontecimentos esportivos da semana.

Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte em 1933, totalizando, aproximadamente, cinquenta exemplares consultados. Entretanto, constatamos que as informações apresentadas no periódico não avançavam em relação às aquelas encontradas no *Estado de Minas*, tendo sido então privilegiado esse último jornal. Destaca-se que o *Minas Gerais* também encontra-se arquivado e digitalizado integralmente pela Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais.

A pesquisa nos periódicos da Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais se mostrou propícia, pois o período consultado encontrava-se digitalizado e organizado em um sistema que cataloga os exemplares, o que facilitou a busca. Entretanto, sempre que necessitava de cópias do jornal, era exigido o pagamento de uma taxa para cada folha solicitada. Além disso, as cópias só puderam ser realizadas em CD vendido pela própria instituição, o que torna a pesquisa na Hemeroteca Pública uma atividade onerosa.

O Horizonte, apesar de ser um jornal produzido pela Igreja Católica de Belo Horizonte, tinha como perspectiva a abordagem de assuntos de interesse geral, como o caso dos esportes, que contava com a coluna *Pelos Sports* exclusiva sobre a temática. *O Horizonte* encontra-se microfilmado pela Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi da PUC-Minas, tendo sido consultado cerca de cinquenta exemplares do periódico nos anos de 1931 e 1932, especificamente aqueles relacionados ao período de cisão dos clubes belo-horizontinos no futebol. Pelo fato de ser microfilmado, a pesquisa n' *O Horizonte* se mostrou mais dispendiosa, uma vez que a leitura do mesmo foi realizada em uma máquina própria que exige um período de adaptação ao seu funcionamento. Se, normalmente o jornal impresso se caracteriza pela folha clara com a letra escura, a microfilmagem inverte tal contraste, o que torna a leitura dos documentos uma tarefa cansativa se realizada por um período prolongado.

Consultamos ainda os exemplares disponíveis dos jornais *Diário da Tarde*⁵ e *Folha de Minas* ambos de 1934, e *O Diário*⁶ de 1935, no acervo da Coleção Linhares Digital da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Todos esses jornais continham seções esportivas que foram úteis para compreender a realidade do futebol belo-horizontino após a sua regulamentação profissional.

⁵ A Coleção Linhares conta com quatro jornais distintos denominados *Diário da Tarde*. Consultamos aquele catalogado como sendo o quarto.

⁶ A Coleção Linhares conta com dois jornais distintos denominados *O Diário*. Consultamos aquele catalogado como sendo o segundo.

Os periódicos especializados na temática esportiva foram encontrados também na Coleção Linhares Digital (UFMG), quais sejam, *Folha Esportiva*⁷ e *Goal!* ambos de 1930, além de *O Chronista* de 1932, que circularam pontualmente, tendo curta duração. Tanto *O Chronista* quanto o *Goal!* só possuem arquivados seus exemplares de número 1. A Coleção Linhares Digital possui apenas quatro edições da *Folha Esportiva* publicadas em 1932 na cidade. Como poderá ser observado, mesmo que com poucos exemplares os periódicos especializados na temática esportiva continham informações importantes relacionadas à existência do “amadorismo marrom” na cidade.

Todos os periódicos da Coleção Linhares Digital encontram-se, como próprio nome indica, digitalizados e disponibilizados gratuitamente em endereço eletrônico⁸. A plataforma da Coleção Linhares Digital possibilita que qualquer interessado faça cópias livremente dos periódicos disponibilizados, o que a torna uma importante ferramenta de trabalho para pesquisas com jornais que circularam em Belo Horizonte até meados da década de 1950. Aproximadamente trinta exemplares de periódicos foram consultados na referida Coleção.

De uma maneira geral, as pesquisas junto aos periódicos foram realizadas sem grandes percalços, tendo durado aproximadamente vinte dias integrais de trabalho. Entretanto, alguns aspectos merecem ser indicados como dificuldades encontradas durante os trabalhos de campo com essa fonte documental. A grafia de época foi a principal dificuldade nesse sentido, pois, eventualmente, tornou a compreensão dos periódicos consultados, bem como a transcrição dos textos selecionados, uma atividade de difícil realização. Além disso, ressaltase que alguns exemplares encontravam-se parcialmente apagados impossibilitando, em alguma medida, a análise do material sem, no entanto, prejudicar a compreensão geral do contexto.

Os documentos do acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) também foram utilizados na presente pesquisa, uma vez que as coleções *Abílio Barreto Produção Intelectual* (ABPI) e *Ordem dos Pioneiros* continham fontes sobre os esportes e o futebol de Belo Horizonte. A coleção ABPI é composta por documentos textuais, digitados ou manuscritos, do memorialista Abílio Barreto, historicamente envolvido com o registro do cotidiano da cidade em seus primeiros anos. As memórias de Abílio Barreto contemplaram várias anotações sobre os primeiros anos dos esportes na capital mineira, abordando a história dos

⁷ A Coleção Linhares conta com dois jornais distintos denominados *Folha Esportiva*. Consultamos aquele catalogado como sendo o primeiro.

⁸ <http://linhares.eci.ufmg.br/index.php?status=0>

principais clubes e os eventos marcantes promovidos por essas agremiações esportivas, inclusive acerca da profissionalização do futebol.

Já a coleção *Ordem dos Pioneiros* se baseia em uma homenagem da Prefeitura de Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 às instituições e personalidades que fizeram parte da história da cidade. Para tanto, foram arquivados documentos que traziam a trajetória biográfica dos homenageados, originando dossiês temáticos. Consultamos, especificamente, as pastas produzidas em homenagem aos três principais clubes da cidade, são eles: *America*, *Athletico* e *Cruzeiro Esporte Clube*, que, até 1942 era denominado por *Palestra Itália*.

Ao todo, foram consultadas cerca de trinta pastas do acervo do MHAB contendo inúmeros documentos que estavam, em sua maioria, não sumarizados e manuscritos, durante um período de cerca de dez dias de trabalho. Para se identificar os documentos relacionados ao tema da presente pesquisa, foi feito um trabalho minucioso de leitura de todos os documentos que compunham as pastas selecionadas. Além disso, o MHAB têm regras internas de consulta pública que tornaram a pesquisa ao seu acervo uma atividade morosa. Em primeiro lugar, destaca-se que é exigido um prazo de, pelo menos, dois dias úteis para que os documentos requisitados sejam disponibilizados. As consultas podem ser realizadas apenas entre terça e sexta-feira, sendo que o horário de atendimento ao público é interrompido entre meio dia e catorze horas, o que não permite ao pesquisador estabelecer um ritmo adequado de trabalho. Por fim, destaca-se que, como os documentos são disponibilizados em sua versão original, deve-se utilizar máscaras e luvas, o que faz a pesquisa no MHAB uma atividade ainda mais extenuante.

Além do MHAB, pesquisamos documentos diversos dos três clubes acima citados, organizados e salvaguardados, em sua maioria, por pesquisadores torcedores, voluntários e não institucionais da história das referidas agremiações esportivas, que desenvolvem um trabalho louvável de investigação da história do futebol belo-horizontino, sem o qual não poderíamos realizar a presente dissertação de mestrado. A pesquisa empreendida pelos mesmos envolve fontes diversas, como, por exemplo, os periódicos da cidade, fotografias pessoais de atletas, dirigentes e torcedores, além dos arquivos desorganizados e fragmentados dos próprios clubes, resultando em um compilado de informações sobre a trajetória dos clubes, as competições de futebol disputadas, as fichas dos jogos, biografia dos principais jogadores, os Estádios, dentre outras. Algumas pesquisas foram transformadas em livro enciclopédico, tendo sido consultado os seguintes: Paiva (2012b) e Revista América [...]

(1971) sobre o *America*; Ziller (1997) sobre o *Athletico*; Barreto; Barreto (2000) e Santana (2003) sobre o *Cruzeiro/Palestra Itália*. Outras estão sendo divulgadas virtualmente, contendo inclusive documentos digitalizados, como os casos: da enciclopédia virtual Galo Digital⁹ fomentada pelo Centro Atletico de Memória (CAM) que, apesar de ser formado por pesquisadores voluntários, recebe apoio do clube; da GaloPedia/Canto do Galo¹⁰, com publicações em formato de blog, de autoria de Kalapalo, Oliveira e Molobidênio; e da CruzeiroPedia¹¹, montada em formato *wiki*, possibilitando que vários pesquisadores editem as postagens. Para os documentos publicados na internet, estima-se que foram consultadas aproximadamente cem fichas de jogos dos clubes de belo-horizonte entre os anos de 1925 e 1934, além de publicações diversas relacionadas às competições realizadas no período, aos principais jogadores e à história dos Estádios dos clubes de Belo Horizonte.

Cabe aqui uma ressalva em relação aos documentos institucionais pesquisados. De uma maneira geral, notamos que não há uma preocupação latente dos clubes e da entidade de gestão do futebol local em salvaguardar suas histórias, não dispondo os mesmos de arquivos ou acervos próprios organizados para consulta de pesquisadores. Por isso, a maior parte da memória do futebol belo-horizontino tem sido guardada por pesquisadores voluntários que criam acervos particulares em suas próprias casas o que dificulta, em grande medida, a realização de uma pesquisa sobre o tema já que o acesso a importantes documentos fica condicionado ao conhecimento de quem são esses atores, bem como a autorização dos mesmos para consulta.

Por fim, foram realizadas entrevistas abertas e em profundidade com atores sociais do “campo futebolístico” belo-horizontino daquele contexto específico, priorizando os eixos correspondentes aos objetivos desta dissertação¹². A seleção dos entrevistados objetivou contemplar percepções e memórias de diversos atores sociais do “campo futebolístico” do contexto em questão, a saber: 1) dirigentes e sócios do *América*, 2) jornalistas esportivos, e 3) ex-atletas. Tivemos a preocupação de buscar pelo menos um ator social que os representasse, partindo do conhecimento que tinha das pessoas envolvidas com o *América* e, sobretudo, de dois pesquisadores não institucionais do referido clube, a saber: Marinho Monteiro,

⁹ Endereço eletrônico <http://www.centroatleticanodememoria.com.br/>.

¹⁰ Endereço eletrônico <http://100anosgalo.blogspot.com.br/> e <http://www.galopedia.blogspot.com.br/>.

¹¹ Endereço eletrônico <http://www.cruzeiropedia.org/>.

¹² Todas as entrevistas realizadas encontram-se gravadas em formato mp3 e de posse do presente pesquisador.

historiador e colecionador de artefatos do *América*, e Carlos Eduardo Paiva de Oliveira, pesquisador do clube e autor da recente publicação intitulada: *Enciclopédia do América*.

Este último inclusive foi entrevistado¹³, tendo sido fundamental na indicação de novos entrevistados e referencial para fontes de informações tendo em vista a sua extensa trajetória de investigação ao longo dos anos. Nascido no ano de 1958 em Belo Horizonte, Paiva graduou-se em Biblioteconomia pela UFMG. Reside atualmente na cidade de Presidente Prudente-SP, onde é comerciante.

Dentre os dirigentes e sócios do *America*, entrevistamos o sr. Afonso Celso Raso¹⁴, atual presidente de honra do clube e advogado. O sr. Raso nasceu em Belo Horizonte no ano de 1933 e tem sua vida pública confundida com o esporte belo-horizontino e com a história do *America* desde a década de 1940. A fala de Raso trouxe importantes passagens institucionais sobre o *America* e também foi marcada por casos relacionados à sua atuação esportiva amadora. A extensa trajetória esportiva do entrevistado rendeu ainda vários contatos com outros atores sociais que participaram do “campo futebolístico” belo-horizontino entre as décadas de 1930 e 1960. Por meio do Sr. Raso consultamos vários documentos institucionais do *America* dos últimos anos da década de 1960 e de princípios dos anos de 1970 que foram essenciais para compreender os traços de identidade clubística *americana*.

Para o universo de jornalistas esportivos entrevistamos o sr. Plínio Barreto¹⁵, nascido em Belo Horizonte no ano de 1922, que começou a frequentar os jogos de futebol em Belo Horizonte e a praticar essa modalidade esportiva na década de 1930, quando se tornou torcedor do *Palestra Itália* e, posteriormente do *Cruzeiro*. Pouco mais tarde, jogou futebol amador no *Vera Cruz Futebol Clube* do bairro Lagoinha. Assim como Paiva (2012a), Barreto escreveu, juntamente com seu filho Luiz Otávio Trópia Barreto, uma enciclopédia sobre a história do *Cruzeiro/Palestra Itália* intitulada *De Palestra a Cruzeiro – Uma Trajetória de Glórias* publicada em 2000. A entrevista realizada com Barreto se mostrou extremamente valiosa na medida em que suas memórias sobre o contexto da profissionalização do futebol é bastante viva, tanto por sua vivência no “campo futebolístico” local como por ter pesquisado a história do futebol belo-horizontino a partir da trajetória do *Cruzeiro/Palestra Itália*.

¹³ Entrevista realizada em 19 de agosto de 2012, na residência de seus pais, tendo 1 hora 35 minutos e 12 segundos de duração.

¹⁴ Entrevista realizada em 20 de agosto de 2012, no escritório de advocacia do Sr. Raso, tendo 1 hora e 24 minutos de duração.

¹⁵ Entrevista realizada em 29 de agosto de 2012, na residência do próprio Sr. Barreto, tendo 1 hora 27 minutos e 49 segundos de duração.

Em relação aos ex-atletas, não foi possível localizar nenhum jogador de futebol da década de 1930 durante o desenvolvimento dos trabalhos de campo. Entretanto, entrevistamos o sr. Waldir Antonio de Lellis¹⁶, nascido em 1940, fundador e atual presidente da Associação Cultural e Social dos Ex-atletas do América Futebol Clube (ACSEA) e funcionário do Departamento de Marketing do *America*. De Lellis iniciou a carreira futebolística pelo *Sete de Setembro Futebol Clube* como juvenil, clube que era torcedor. Atuou como jogador profissional pelo *America* entre 1960 e 1965 e por alguns meses de 1965 pelo *Esporte Clube Renascença*, sempre com a alcunha de “Amarelinho”. O depoimento de De Lellis apresentou vários casos relacionados à tensão entre amadorismo e profissionalismo nas décadas de 1950 e 1960. Como a presente pesquisa adotou o recorte temporal entre 1920 e 1930, mesmo que a entrevista com “Amarelinho” tenha sido bastante interessante para a compreensão desse processo no futebol, não utilizamos nenhuma fala do entrevistado no documento final dessa dissertação.

Os quatro entrevistados foram extremamente solícitos quando abordados para participarem de uma pesquisa sobre a história do futebol de Belo Horizonte. Durante o desenvolvimento das entrevistas, comumente os entrevistados deixavam as perguntas formuladas em segundo plano para relatarem casos particulares sobre suas trajetórias como jogadores amadores ou como torcedores, demonstrando que o futebol se constitui em um traço cultural importante, além de formador de identidade social. Não seria exagero dizer que os encontros foram permeados pela paixão dos entrevistados em relação ao tema. Cabe ressaltar que o roteiro elaborado para a realização das entrevistas não foi prejudicado, conseguindo abarcar todos os temas elencados inicialmente para os trabalhos de campo.

A partir da leitura e análise dos documentos acima consultados, estruturamos a presente dissertação de mestrado da seguinte forma:

No Capítulo 2 – O FUTEBOL E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO NA MARCA DO PÊNALTI: REVISÃO CONCEITUAL E BIBLIOGRÁFICA, como o próprio título evoca, realizamos uma revisão bibliográfica, esclarecendo e consolidando os principais conceitos teóricos que subsidiaram as análises empíricas desta pesquisa, como as categorias “amadorismo”, “profissionalismo” e “indústria do espetáculo esportivo”. A partir do cotejamento dos principais referenciais teóricos sobre a temática, apresentamos a conformação do sub campo de conhecimento denominado “sociologia do esporte” e como os

¹⁶ Entrevista realizada em 28 de agosto de 2012, na sede do Clube de Lazer do América Mineiro (CLAM), local de trabalho do Sr. De Lellis, tendo 38 minutos e 34 segundos de duração.

conceitos utilizados nesse trabalho podem ser compreendidos sociologicamente. Apresentamos as contribuições pioneiras que abordaram o fenômeno do futebol brasileiro e como este se transformou em objeto de estudo das ciências humanas e sociais. Em seguida discutimos as contribuições contemporâneas produzidas sobre a profissionalização do futebol e do “campo futebolístico” mineiro e belo-horizontino.

No Capítulo 3 – A REGULAMENTAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO: O CONTEXTO POLÍTICO E AS DISPUTAS DOS DIRIGENTES POR PRESTÍGIO SOCIAL discutimos os embates políticos em torno da entidade de organização desportiva nacional, carioca e belo-horizontina, analisando a posição dos diversos atores sociais presentes nesse debate, sobretudo aqueles organizados no *America*. Foi feita uma contextualização histórica da política nacional, marcado pelo golpe militar liderado por Getúlio Vargas e a implementação de seu projeto de governo, e a relação desse contexto com o processo de profissionalização do futebol, utilizando, para tanto, Caldas (1990) e Silva (2000) como principais autores. Abordando esse embate exclusivamente para o caso belo-horizontino, utilizamos essencialmente as fontes jornalísticas supracitadas para os anos de 1931 e 1933, e alguns trechos de entrevistas, que apontam para dois aspectos centrais que pautaram as disputas políticas: a “identidade clubística” dos dirigentes esportivos e a evidência dos mesmos nos periódicos, indicando que a organização da gestão do futebol na cidade se pautava por interesses pessoais e políticos dos diretores dos clubes.

No Capítulo 4 – DO “AMADORISMO MARROM” AO PROFISSIONALISMO: A TRANSFORMAÇÃO DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PRÁTICA E DO CONSUMO DO FUTEBOL EM BELO HORIZONTE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930 demonstramos que a organização dos clubes da cidade se orientava, desde a década de 1920, no sentido de tratar o futebol como uma indústria do espetáculo esportivo. Um dos principais aspectos abordados no Capítulo é a prática do “amadorismo marrom”, realizada desde meados da década de 1920 pelos clubes de futebol de Belo Horizonte, caracterizando a regulamentação amadorista clubística e da Liga apenas ao campo do discurso “filosófico e político”. Apontamos nesse contexto que o profissionalismo já era uma realidade de fato, apesar de não ser reconhecido e regulamentado. A regulamentação do futebol profissional, nesse sentido, foi apenas uma estratégia dos clubes para evitar o “êxodo de jogadores” para o futebol carioca, paulista e internacional que era fato desde 1931, como constata-se no repúdio do jornalista do *Estado de Minas* frente ao assédio clubes cariocas *America* e *Botafogo* aos jogadores Brant e Mário de

Castro do *Athletico*: “É bom, que os srs. Jornalistas cariocas deixem em paz os nossos ‘cracks’.” (BRANT..., 1931a, p. 6)

Por fim, tecemos no Capítulo 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: FIM DE JOGO apresentando as conclusões desta investigação, dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

2 O FUTEBOL E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO NA MARCA DO PÊNALTI: REVISÃO CONCEITUAL E BIBLIOGRÁFICA

Para a elaboração desse Capítulo apresentamos as principais contribuições teóricas que permitem analisar sociologicamente o futebol e, particularmente, a gênese da profissão de jogador. Adotamos como ponto de partida as obras de Elias e Dunning (1985) e de Bourdieu (1983; 1990) que foram essenciais para conformar o subcampo do conhecimento nomeado como sociologia dos esportes. Além disso, lançamos mão da concepção sociológica de profissão que foi discutida na pesquisa empírica.

No que se refere à literatura clássica produzida sobre o futebol brasileiro nossa referência foi o ensaio de Rodrigues Filho (1964) que se constituiu em uma das principais obras por ser uma produção intelectual pioneira e por ter marcado, sobremaneira, as pesquisas contemporâneas. Discutimos, por fim, as produções contemporâneas que investigaram a conformação do futebol profissional nos principais centros urbanos do país e a difusão e consolidação do “campo futebolístico” em Belo Horizonte, com destaque para aquelas que abordaram a trajetória das entidades de gestão do esporte local e dos clubes, com destaque para o *America Futebol Clube*¹⁷.

2.1 Discussão Teórica sobre a Abordagem Sociológica do Futebol e da Profissionalização

No campo das ciências sociais, a produção sobre os esportes, dentre os quais a modalidade do futebol, tem como principal marco inaugural a coletânea de artigos organizada por Elias & Dunning (1985)¹⁸, baseada na teoria Eliásiana sobre o “[...] processo de civilização e a formação do Estado¹⁹.” (DUNNING, 1985, p. 11) O caráter pioneiro atribuído

¹⁷ A partir daqui iremos apresentar tal clube apenas como *America* e seus torcedores como *americanos*.

¹⁸ Apesar de ser publicada na década de 1980, como aponta Dunning (1985) no Prefácio da obra, a maior parte dos artigos já haviam sido publicados parcial ou integralmente nas décadas de 1960 e 1970.

¹⁹ “Os principais elementos desse processo de civilização foram: a formação do Estado, o que significa dizer o aumento da centralização política e administrativa e da pacificação sob o seu controle, processo em que a monopolização do direito de utilização da força física e da imposição de impostos, efectuada pelo Estado, constitui uma componente decisiva; um aumento das cadeias de interdependência; uma mudança que é niveladora no quadro do equilíbrio de poderes entre classes sociais e outros grupos, o que é o mesmo que dizer pelo processo de ‘democratização funcional’; a elaboração e o refinamento das condutas e dos padrões sociais; um aumento concomitante da pressão social sobre as pessoas para exercerem o autocontrole na sexualidade, agressão, emoções de um modo geral e, cada vez mais, na área das relações sociais; e, a nível da personalidade,

a essa obra refere-se à defesa sistemática dos autores sobre os esportes como tema de investigação sociológica que antes era um espaço exclusivo dos profissionais da educação física, apesar de contribuições pontuais terem sido produzidas antes disso, como os textos de Weber (1977) e Bourdieu (1983). Segundo Dunning (1985), estava implícito nesse cenário a influência da cultura ocidental no meio acadêmico, que considerava os esportes como algo irrelevante socialmente, ou ainda que tal fenômeno não se “[...] constituía nem uma propriedade básica nem universal do ‘sistema social’.” (p. 15)

A perspectiva Eliasiana que influenciou a coletânea em questão apontava muitos indicadores de significado social, como, por exemplo, a relevância do esporte como atividade de lazer e de interação social, capaz de unificar classes sociais, povos e nacionalidades. Nesse sentido, os esportes poderiam ser entendidos como um “laboratório social” para explorar as propriedades das relações a partir de temas como “[...] a competição e a cooperação, o conflito e a harmonia [...]” (DUNNING, 1985, p. 18). A argumentação se pautava, portanto, na formulação de um arcabouço teórico capaz de compreender sociologicamente as “emoções”, o “autocontrole” e o “controle social” da violência, ideias centrais no universo esportivo.

A premissa da teoria proposta por Elias & Dunning (1985) era que indivíduos e sociedades devem ser apreendidos e analisados como aspectos inter-relacionados, a partir dos conceitos de “configurações”, como uma teia de relações entre indivíduos interdependentes em diversos níveis e maneiras, e de “seres humanos abertos”, que, como o próprio termo indica, trata-se do caráter aberto, pessoal e “orientado para os outros”. A essência destes conceitos é a ideia de “poder”, a qual utilizamos nesta dissertação especialmente associada à “política” no universo do futebol. Para os autores em questão, o “poder” tem caráter polimorfo, multifacetado e está presente em todas as relações humanas.

Esses conceitos Eliasianos se prestam a estruturar o conceito de “tríade dos controles básicos”. Através da “tríade dos controles básicos”, é possível determinar e medir o estágio de desenvolvimento atingido pela sociedade, a partir do controle: 1) dos acontecimentos naturais, relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico; 2) das relações sociais, compreendidas pelo desenvolvimento das organizações sociais; e 3) do aprendizado individual acerca do autocontrole, que corresponde ao “processo de civilização” em si (DUNNING, 1985).

um aumento da importância da consciência (‘super-ego’) como reguladora do comportamento.” (DUNNING, 1985, p. 30)

A partir desse referencial teórico, Elias (1985) discutiu que os esportes se inserem no mesmo rol de transformações promovidas pelas elites europeias do século XVI nos códigos de sensibilidade e de conduta social no sentido de garantir o “autocontrole” e o “controle social” das emoções e da violência. Argumentou que a criação dos esportes modernos no século XVIII se deu por meio da transformação dos antigos passatempos populares ingleses para criar regras normalizadoras da disputa, que garantiram a igualdade de oportunidades sem a presença da violência. Processo esse denominado por “desportivização”, que ocorreu concomitantemente à conformação das bases governistas do Parlamento inglês, uma vez que, durante o século XVII, o país estava imerso em disputas políticas nas instâncias legislativas em função da Revolução iniciada em meados de 1640. “Pode dizer-se que a emergência do desporto em Inglaterra, durante o século XVIII, constituiu uma parte integrante de pacificação levada a cabo pelas classes mais altas inglesas.” (ELIAS, 1985, p. 55)

As técnicas militares de disputa política foram, assim, substituídas por técnicas de retórica e persuasão. Ainda segundo Elias (1985), essas transformações políticas tiveram sua correspondência no âmbito do lazer e entretenimento a partir da criação dos esportes modernos:

Foi esta alteração, a maior sensibilidade quanto à utilização da violência, que, reflectida nos hábitos sociais dos indivíduos, encontrou também expressão no desenvolvimento dos seus divertimentos. A ‘parlamentarização’ das classes inglesas que possuíam terras teve a sua contrapartida na ‘desportivização’ dos seus passatempos. (p. 59)

Os clubes, que passaram a ser uma constante a partir do século XVIII, representavam a manifestação do direito de livre associação entre cavalheiros, perspectiva esta presente, como será observado nesta pesquisa, também para o caso brasileiro. Atuando no universo esportivo, esses clubes regulamentavam as práticas esportivas, fiscalizavam e arbitravam sobre suas regras prezando pela prática com moderação da violência. A partir dessa atuação normalizadora dos clubes, os esportes puderam ser difundidos para além do nível local.

A abordagem teórica Eliasiana pode ser complementada pelas formulações teóricas de Bourdieu (1983; 1990), com sua teoria dos “campos simbólicos” para o universo esportivo e, dessa maneira, apresentou contribuições destacadas para a temática da profissionalização do futebol. Bourdieu (1983) apontou que a prática e o consumo esportivos podem ser analisados sociologicamente como sistemas simbólicos que atendem a uma demanda social específica.

Corroborando a narrativa Eliasiana, Bourdieu (1983) pontuou que, em sua origem, os esportes modernos, dentre eles o futebol, foram criados no século XVIII nas *public schools* frequentadas pelos filhos das famílias aristocratas e burguesas inglesas. A base desses esportes, como já vimos, foram os jogos populares ingleses, cujas funções sociais passaram por ressignificações e transformações a partir do ambiente escolar.

A principal função social defendida pelas *public schools* para os esportes modernos era que os mesmos se caracterizassem como uma estratégia “educacional”, de controle corporal e de preparação das lideranças. Assim como o uso escolar da linguagem, os esportes modernos se propunham a usar o corpo como um fim em si mesmo, como uma atividade física “inclinada para o nada”, “[...] dimensão fundamental do ethos das ‘elites’ burguesas que sempre se vangloriam de desinteresse e se definem pela distância eletiva – afirmada na arte e no esporte – em relação aos interesses materiais.” (BOURDIEU, 1983, p. 139)

Por outro lado, os esportes modernos também se prestavam à “mobilização, ocupação e controle”, a menor custo, dos adolescentes, tornando-se instrumento e objeto de luta entre todas as instituições “[...] organizadas para a mobilização e a conquista simbólica da juventude – partidos, sindicatos, igrejas é claro, mas também patrões paternalistas.” (BOURDIEU, 1983, p. 146), promovendo sua difusão e popularização através de um processo civilizacional tal como defende Elias (1985). Através da atuação do Estado, os esportes se propunham a substituir os antigos jogos populares, introduzindo uma nova cultura de vida necessária ao sistema fabril.

A universalização da prática esportiva, ocorrida através de um processo de racionalização como forma de assegurar a previsibilidade e a calculabilidade, foi conduzida pelos atores sociais das *public schools*, que constituíram um corpo de regulamentos e de dirigentes. Estes mesmos atores foram os responsáveis por universalizar as regras e as competições, através dos clubes (ELIAS, 1985), difundindo uma “filosofia política do esporte” aristocrática, conhecida como teoria amadorista (BOURDIEU, 1983). O amadorismo esportivo reforçava as características originais dos esportes modernos, como uma atividade educacional distante dos interesses materiais e sua elaboração acompanhou a autonomização da prática e do consumo esportivos a partir da constituição de um “campo esportivo”²⁰ específico.

²⁰ Como “campo”, Bourdieu (1989) define um sistema de agentes e instituições com interesses específicos e que se defrontam a partir das posições em que ocupam nesse espaço. Por isso, o “campo” é tido como um espaço

Para Bourdieu (1989), as questões religiosas, jurídicas e/ou filosóficas, como no caso da filosofia política dos esportes são essencialmente classificações políticas, uma vez que, apesar de autônomo, o “campo esportivo” se define a partir da relação com o “espaço social”, que, por sua vez, se alicerça nas diferentes espécies de poder (explícito ou simbólico) e de capital (econômico, cultural, social ou simbólico). Os atores sociais do “campo esportivo” detêm, assim, poder de legitimação proporcional ao seu capital econômico, cultural, social e simbólico. Dessa maneira, os grupos mais influentes na definição da percepção legítima do mundo social são também aqueles que possuem proporcionalmente maior reconhecimento social, caracterizando a definição da filosofia política do esporte como uma construção social arbitrária e legitimadora das distinções sociais.

A “teoria amadorista” do esporte, hegemônica no “campo esportivo” inglês até meados do século XIX, e, como será observado, presente até a década de 1920 no futebol brasileiro, deve ser aqui compreendida, portanto, a partir desse arcabouço teórico bourdieuano. O esporte amador representava simbolicamente a hierarquização do “espaço social” e das diferenças sociais, uma vez que sua prática passou a ser considerada um estilo de vida e promotora de “lucros de distinção” sociais. Para Weber (1977), o estilo de vida é a base para a definição da honra de *status*, específica a cada “grupo de *status*” e responsável por promover restrições de relacionamento social, distâncias sociais, exclusividade, monopólios materiais e privilégios sociais.

Em Bourdieu (2008), o “gosto” é apontado como a base do estilo de vida e como um sentido de orientação social da posição no “espaço social”, antecipando o valor da prática ou do bem escolhido. Em outras palavras, as posições no “espaço social” e os sistemas de disposições (*habitus*) das classes ou frações de classe estão relacionados diretamente com as distinções operadas das coisas ou dos “gostos”. É por intermédio dessas distinções que “[...] exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas.” (BOURDIEU, 2008, p. 13)

Por outro lado, as instituições atuantes junto à juventude foram responsáveis por difundir os esportes entre as classes dominadas da Inglaterra. Tal processo contribuiu para uma maior autonomização do “campo esportivo”, popularizando alguns esportes, como no caso do futebol. Segundo Bourdieu (1983), a evolução das práticas e dos consumos reais dos esportes ocorre através da tensão entre a oferta e a demanda social.

autônomo, com leis, crises e cronologia particular, mesmo estando articulado aos acontecimentos históricos da política e da economia.

Nesse sentido, paulatinamente, a prática de algumas modalidades esportivas foram ressignificando suas funções sociais, dando espaço ao consumo esportivo, expresso na criação da categoria de “público pagante”, por exemplo, e à existência de esportistas dedicados exclusivamente ao “campo”. Para os atletas, essa transformação se deu a partir da “racionalização da preparação” por meio dos treinamentos cada vez mais intensos, objetivando a “[...] busca da maximização da eficácia específica [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 148), ideia esta expressa em “vitórias”, “títulos” ou “recordes”. Toda essa ressignificação dos esportes se relaciona, para o referido autor, ao “[...] desenvolvimento de uma indústria – privada ou pública – do espetáculo esportivo.” (BOURDIEU, 1983, p. 148).

Segundo Bourdieu (1990), o processo de autonomização integral do “campo esportivo” culminou na ruptura entre esportistas profissionais e amadores, bem como na oposição entre o esporte-espetáculo e o esporte amador. Ao mesmo tempo que possibilitou ao esportista oriundo das classes dominadas o desenvolvimento de uma carreira profissional através do esporte como via de ascensão social (BOURDIEU, 1983).

Essa análise Bourdieuana vai ao encontro de outra proposta analítica de Elias (2001) para se compreender sociologicamente a profissionalização de determinadas atividades sociais. De acordo com esse autor, profissão é uma função social especializada que é ofertada frente uma demanda existente. Em outras palavras, o universo profissional corresponde a um conjunto especializado de relações humanas e a análise da gênese de uma profissão deve ser, portanto, a análise das funções sociais e das relações sociais desempenhadas pelos indivíduos.

Assim como Bourdieu (1983) apresentou a transformação de significados da prática e do consumo esportivo a partir da tensão entre oferta e a demanda, Elias (2001) defende que qualquer mudança de significado social de uma profissão, ou ainda o surgimento de uma nova profissão, se relaciona à transformação estrutural de uma sociedade, das funções sociais de determinada atividade e das relações sociais envolvidas na mesma. Basicamente, essa transformação é apresentada por Elias (2001) como decorrente da interação entre novas necessidades e novas descobertas sociais.

As contribuições teóricas de Bourdieu (1983) e de Elias (2001) são essenciais para se compreender o novo significado social atribuído à prática e ao praticante da referida modalidade esportiva e sua repercussão e influência nos estudos sobre o tema no universo brasileiro que passamos a discutir.

2.2 Estudos Clássicos Sobre o Futebol Brasileiro

As primeiras abordagens sociais a respeito do futebol no Brasil se iniciam ainda nos primeiros anos do século XX, por iniciativa de periodistas que relatavam os perfis de alguns jogadores de futebol. A título de ilustração, cito duas obras produzidas com essas características na década de 1910 por jornalistas paulistas, a saber: *O football em São Paulo*, de autoria de Leopoldo Santana e que trazia como subtítulo *Notas crítico-biográficas dos principaes jogadores paulistas antigos e modernos*; e *História do foot-ball em São Paulo*, de Antônio Figueiredo²¹. Para Strepco (2011), essas obras demonstram a importância que a imprensa e seus atores sociais tiveram na preservação da memória esportiva brasileira.

Esse tipo de produção, caracterizada como coletâneas de eventos, fatos e personagens dos primeiros anos do futebol brasileiro, se intensificou a partir de meados do século XX, acompanhando as transformações sociais no país e a popularização do referido esporte. Destaca-se, nesse sentido, a obra de Mazzoni (1950), que abordou a história do futebol brasileiro a partir de crônicas caracterizadas pelo aspecto memorialístico. A obra de Mazzoni (1950), assim como dos demais periodistas do princípio do século XX, não se preocupava em analisar os fatos narrados, tampouco estabelecer relações com o contexto pelo qual o país atravessava. Segundo Ribeiro (2007), “Tal tipo de publicação, aliás, permanece ainda hoje, como o principal filão da produção editorial brasileira relativa ao [futebol]” (p. 22), por meio das “enciclopédias” que abordam clubes, competições, jogadores e outros eventos definidos como marcos históricos.

As produções sobre o tema do futebol se modificaram a partir da publicação de *O Negro no Futebol Brasileiro* de Mário Rodrigues Filho (1964), cronista esportivo do universo carioca desde a década de 1920 que ainda hoje é considerado uma referência em abordagens das relações sociais brasileiras através da modalidade esportiva em questão. Em Rodrigues Filho (1964), o futebol brasileiro, reduzido ao universo carioca²², é considerado como espaço de problematização das questões políticas e raciais no país.

É possível perceber que a principal influência teórica do autor é Gilberto Freyre que, por sua vez, prefaciou a primeira edição da obra de Rodrigues Filho (1964). Para Ribeiro

²¹ Ambas as obras são citadas no texto de Strepco (2011).

²² Ribeiro (2007) critica a influência de Rodrigues Filho (1964) sobre os estudos sociológicos contemporâneos acerca do futebol pelo fato dos novos pesquisadores desconhecerem que os aspectos abordados pelo autor se restringem ao universo carioca, não podendo, assim, serem extrapolados para outras cidades sem as devidas considerações das especificidades do desenvolvimento do futebol em cada núcleo urbano nacional.

(2007), os principais pontos tratados por Freyre nesse prefácio e que refletem a sua teoria construída em *Casa Grande & Senzala* são:

- 1) a sublimação ‘[...] de energias psíquicas e de impulsos irracionais [...]’ pela prática do futebol;
- 2) e o estabelecimento da dicotomia entre uma forma *apolínea* e uma *dionísaca* de se desempenhar o jogo, sendo o estilo nacional identificado com a segunda. (p. 23)

No que tange às relações sociais do “campo futebolístico” da cidade do Rio de Janeiro, Rodrigues Filho (1964) apresentou, em quatro momentos, a história do futebol brasileiro. No primeiro, a introdução do futebol no país se caracterizou pelo caráter elitista e racista de seus praticantes, que prezavam pelo estilo anglófilo. A comunicação entre os jogadores durante as partidas de futebol era feita essencialmente em inglês; as confraternizações após essas partidas eram marcadas por cânticos ingleses tradicionais e pelo consumo de *whisky*, bebida tipicamente britânica; além dos casos de discriminação racial apontados pelo autor contra os atletas negros.

O segundo estágio apresentado por Rodrigues Filho (1964) é considerado como o período de popularização do futebol no Brasil entre as décadas de 1910 e 1920, momento em que tanto a prática, quanto os espectadores se popularizam para além dos círculos de imigrantes ingleses e da elite carioca. É nesse segundo período que inicia-se a prática da remuneração aos atletas que, por ser proibida pelas entidades de organização do esporte, pautadas na prática amadora do futebol, ficou conhecida como “amadorismo marrom”.

No terceiro período, Rodrigues Filho (1964) tratou da profissionalização do futebol, tema este bastante caro ao autor, já que o mesmo foi um dos principais defensores da regulamentação profissional de jogador de futebol no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. O referido autor fez de seu trabalho enquanto cronista esportivo verdadeira tribuna contra o “amadorismo marrom”, tanto como forma de promover a justiça racial no futebol, bem como para contribuir para o desenvolvimento do esporte no país (LOPES, 1994). Em sua obra, a profissionalização do futebol é apontada como um marco no reconhecimento dos pobres e negros através do esporte, ou ainda, tal como apresenta Bourdieu (1983), como uma via de ascensão social.

E, por fim, o quarto momento tratado na obra de Rodrigues Filho (1964) discorre sobre o papel desempenhado por essa prática esportiva na construção da identidade nacional. De certa maneira, esse último capítulo do livro em questão é apresentado como a repercussão,

positiva para o autor, da inclusão social feita através do futebol. O negro e o pobre presentes no futebol brasileiro deram origem a um “estilo brasileiro” de se jogar futebol, “dionisíaco”, conhecido como “futebol-arte”.

A leitura de Rodrigues Filho (1964) das relações sociais brasileiras através do futebol influenciou, e ainda influencia, sobremaneira, a forma como as ciências sociais pensam a temática. Mas, antes de se consolidar como um campo de estudos sociológicos, a temática do futebol passou alguns anos obsoleta e sem despertar o interesse da comunidade acadêmica, que só no final da década de 1970 houve a retomada, quando duas correntes teóricas se posicionaram frente a questão imprimindo as bases com que atualmente são abordadas as problemáticas sociológicas do futebol.

2.3 A Retomada do Futebol como Problema Sociológico: Embate Entre Duas Correntes e Consolidação da Temática no Campo das Ciências Sociais

A retomada dos estudos sociológicos sobre o futebol no Brasil após a publicação de *O Negro no Futebol Brasileiro* coincide com a conquista brasileira do tricampeonato mundial de futebol em 1970 que foi amplamente utilizada pelo regime militar através da propaganda político-ideológica que apresentava a conquista futebolística nacional como triunfo do Estado e do povo brasileiro. Por isso, os primeiros estudos que recuperaram a temática do futebol nas ciências sociais o fizeram a partir de uma abordagem política, buscando análises das relações entre os sentidos atribuídos ao futebol e a política Estatal. A principal influência teórica dessas pesquisas é a Teoria Crítica ou a Escola de Frankfurt, com destaque para Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse (RODRIGUES, 2003).

Os autores dessa linha de pensamento abordaram a realidade social a partir de uma crítica filosófica e social, destacando as dimensões ideológicas e políticas dos fenômenos culturais, sobretudo como instrumento de dominação e alienação de massa. A indústria cultural, na visão destes teóricos, seria uma reprodução do sistema capitalista, tendo como objetivo disciplinar o homem através dos meios de comunicação, em especial o rádio e a televisão. Grosso modo, o que estes autores apresentaram em sua essência é que a cultura obedece a uma lógica utilitária da razão instrumental, traduzindo-se na conformação de uma indústria cultural (RODRIGUES, 2003).

Vários foram os estudos brasileiros que dialogaram com essa abordagem teórica posta pela Teoria Crítica, como, por exemplo, Ramos (1984) apresentou o futebol como uma descoberta da elite inglesa para despolitizar e desmobilizar as classes trabalhadoras durante o século XIX. Essas abordagens se contrapunham integralmente à proposta analítica de Rodrigues Filho (1964), que compreende o futebol como elemento de construção da identidade nacional e da cultura popular brasileira.

Entretanto, ainda em finais da década de 1970 e princípios da década de 1980, outro conjunto de pesquisadores retomam parcela das considerações de Rodrigues Filho (1964) e produziram uma proposta alternativa de se pensar o universo do futebol. O principal representante desse grupo é Da Matta (1994), que considerou o futebol como um fenômeno cultural e que dramatiza muitos aspectos da sociedade brasileira. Através do futebol é possível discutir a integração social, a igualdade e justiça social (DA MATTA, 1994) em um país marcado pela alta hierarquização social e interpessoal (HELAL, 1997).

Nota-se nos trabalhos de Da Matta (1994) a influência de Rodrigues Filho (1964), principalmente na discussão empreendida pelo mesmo acerca da identidade nacional e da cultura popular. As contribuições de Da Matta (1994) propiciaram novas leituras antropológicas e sociológicas das relações sociais brasileiras através do futebol. Como apresentou Silva (2006), nos novos estudos formulados a partir de então “[...] a idéia (*sic*) de que o futebol é unicamente um instrumento de controle social, transmitindo mensagens unívocas de propaganda ideológica, foi perdendo cada vez mais espaço e dando lugar a análises mais elaboradas.” (p. 20)

A partir desse cenário pode-se dizer que a temática do futebol se consolidou no campo das ciências sociais no Brasil. Nos anos 1990 e, sobretudo a partir dos anos 2000, o principal responsável por esse processo foram os Programas de Pós Graduação das diversas áreas das ciências humanas e sociais com pesquisas sobre esporte e futebol, e as disciplinas de “Antropologia do Esporte” do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e disciplinas ofertadas com esse foco na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dentre várias outras; além de grupos de estudos tendo o futebol como objeto de investigação, como o Núcleo de Sociologia do Futebol da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(UERJ), para ficar apenas nesse, considerado o mais antigo, tendo sido formado em 1990 (RODRIGUES, 2002).

2.4 Contribuições Recentes das Ciências Sociais para Compreensão da Profissionalização do Futebol

Atualmente, as abordagens sobre o futebol nas ciências sociais são das mais variadas possíveis, podendo ser elencados estudos sobre a relação entre futebol e literatura, questões de gênero, torcidas organizadas, violência nos estádios, dentre outros. Tentaremos aqui apresentar exclusivamente aqueles estudos que tem a profissionalização do futebol ou o futebol no contexto das décadas de 1920 e 1930 como objeto de investigação, bem como os aspectos pertinentes a essa temática. Para tanto, partimos dos referenciais teóricos anteriormente discutidos, de Bourdieu (1983) e Elias (2001) para elencar os temas de interesse para a presente pesquisa. De acordo com o debate teórico já apresentado, a profissionalização nos esportes se relaciona à dois aspectos centrais: à disputa política pela definição da “filosofia política do esporte”; e à transformação do significado e função social do esporte e de seus praticantes, caracterizando a oferta do futebol a partir da indústria do espetáculo esportivo e como possível via de ascensão social.

Como vimos, tais aspectos foram abordados, de forma incipiente, no ensaio de Rodrigues Filho (1964), que explicou o complexo fenômeno de transformação do significado social do futebol e de seus praticantes através da conjugação entre a exploração e o preconceito racial contra o negro e das possibilidades de ascensão social e vitórias pelas qualidades técnicas. A influência do autor se faz presente em algumas pesquisas contemporâneas que investigaram os primeiros anos de prática e consumo do futebol no Brasil, como, por exemplo, a tese de livre-docência de Waldenyr Caldas publicada em 1990 e a tese de doutorado de Silva (2000). Ambos os pesquisadores apresentaram a trajetória do futebol no Rio de Janeiro e em São Paulo, desde sua introdução por imigrantes ingleses e membros da elite urbana, quando se constituiu em uma prática exclusiva das classes mais abastadas economicamente, até seu processo de popularização para além desses grupos privilegiados, com a inserção de pobres tanto como espectadores quanto praticantes futebolísticos. Dois casos são apontados pelos autores em questão como responsáveis por essa diversificação social dos participantes do universo do futebol, em uma clara referência à obra

de Rodrigues Filho (1964), a saber: o clube operário do subúrbio carioca *The Bangu Athletic Club* e o clube da colônia portuguesa *Clube de Regatas Vasco da Gama*. O *Bangu*, fundado pelos ingleses que trabalhavam na *Companhia Progresso Industrial*, indústria têxtil localizada no bairro Bangu, ensinaram alguns operários a praticar o futebol uma vez que os jogadores do início do século XX não se interessavam em se deslocarem até o subúrbio para tomarem parte nos jogos ali promovidos. Como defende Caldas (1990), o primeiro ensaio de democratização do futebol carioca deu-se, portanto, por uma “questão geográfica”.

O *Vasco da Gama*, por sua vez, estabeleceu uma estratégia de inscrever jogadores pobres e negros que se destacavam pelos clubes suburbanos do Rio de Janeiro e que assim poderiam agregar tecnicamente à equipe luso-brasileira. Os dirigentes do *Vasco da Gama* estavam interessados no prestígio social das vitórias do time de futebol em um contexto de popularização do consumo dos jogos realizados na então capital da República. Para tanto, a colônia lusitana associada ao clube investiu no futebol através do pagamento extraoficial dos atletas arregimentados, uma vez que as Ligas regulamentavam apenas o amadorismo esportivo, contando com vários mecanismos de coação da inserção de jogadores de camadas pobres e reconhecidos etnicamente como negros.

Utilizando de vários casos apresentados no ensaio de Rodrigues Filho (1964), Caldas (1990) e Silva (2000) interpretaram a regulamentação do futebol profissional no Rio de Janeiro e em São Paulo como o reconhecimento dos dirigentes esportivos, membros da elite, da inserção dos grupos menos abastados economicamente no universo do futebol. Além disso, os autores supracitados entenderam o profissionalismo como corolário do contexto histórico pelo qual o país e o futebol desses dois centros urbanos em questão atravessavam, marcado pelo assédio aos jogadores por parte dos clubes profissionais italianos, espanhóis, argentinos e uruguaios. Outro aspecto fundamental concluído por Caldas (1990) e Silva (2000) era que a prática de inscrição de atletas pagos informalmente pelo *Vasco da Gama* havia se difundido pelos demais clubes, a ponto de Caldas (1990) apresentar que

[...] rigorosamente não se pode falar de amadorismo no futebol brasileiro em momento algum e, principalmente dos anos 20 em diante. O que existiu, isto sim, foi uma espécie de ‘profissionalismo marrom’, como vimos, onde nem jogador nem dirigente assumiam seus papéis. Pagar e receber para jogar eram considerados atos demeritórios e degradantes; (p. 228)

As obras de Caldas (1990) e Silva (2000) prestaram-se aqui, em grande medida, para o entendimento do contexto histórico do futebol carioca e paulista que antecedeu a

regulamentação do futebol profissional. Mais recentemente, a tese de doutorado de Santos (2010) aprofundou nessa análise e, principalmente de maneira empírica, a trajetória histórica de popularização do futebol no Rio de Janeiro para além dos grupos da elite urbana através de uma gama extensa de documentos consultados. O seu objeto de estudo foi exclusivamente o *Vasco da Gama*, compreendido como o clube que iniciou um processo de reestruturação da organização do futebol carioca ao conquistar o campeonato local em 1923 através da contratação maciça de jogadores pobres dos clubes suburbanos.

Como apresentou Santos (2010), a Liga de futebol carioca se organizava como entidade que garantia o monopólio da prática futebolística à elite urbana, exigindo altas taxas de associativismo dos clubes e o amadorismo aos atletas inscritos. As exigências que caracterizavam o esporte amador demonstra que o mesmo poderia ser compreendido como uma “filosofia política do esporte”, tal como teorizou Bourdieu (1983). Exigia-se dos jogadores que os mesmos exercessem “profissões honestas”, residissem no Rio de Janeiro, gozassem de direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever, e que tivessem a “moralidade” comprovada. Entretanto Santos (2010) defendeu que a espetacularização do futebol fez com que essas condicionalidades não fossem plenamente cumpridas pelos clubes que objetivavam resultados mais expressivos e maiores públicos pagantes.

Santos (2010) identificou ainda que, antes da regulamentação profissional do futebol carioca em 1933, boa parte dos jogadores, e a totalidade dos atletas *vascaínos*, por exemplo, já se dedicavam à prática do futebol, tinham obrigações para com o clube, expectativas públicas sobre seus desempenhos e eram remunerados mensalmente, sob o rótulo de “ajuda de custos” para transporte e provimentos, para se dedicarem ao futebol. Isso os caracterizava profissionais de fato, apesar de não serem reconhecidos e permitidos pela entidade de gestão do futebol local. Para o historiador supracitado, tal conformação do jogador de futebol profissional respondia a uma demanda social expressa em público pagante identificado com o clube, compreendida como mercado consumidor da indústria cultural e do entretenimento que se transformou o futebol nos últimos anos da década de 1910.

Como pode ser observado nos três autores supracitados, a questão da profissionalização do futebol brasileiro está relacionada, no contexto das décadas de 1910 a 1930, com a tensão entre distinção e ascensão social, mas ao mesmo tempo, como corolário da consolidação desse esporte no país e sua conseqüente popularização, tanto de seus praticantes, quanto dos espectadores. Para o primeiro caso, os principais teóricos que

apresentaram essa discussão no Brasil são Lopes (1994) e Melo (2007), ambos assentados sobre as teorias do “poder simbólico” e da distinção formuladas por Bourdieu (1989; 2008).

Lopes (1994) analisou o futebol no Brasil a partir de seus significados sociais, sendo o campo das relações sociais espaço privilegiado para a investigação proposta pelo autor. Influenciado pela leitura que Bourdieu (1983) fez do “campo esportivo”, e também pelas considerações de Da Matta (1994) sobre a realidade social brasileira, Lopes (1994) tratou a obra de Rodrigues Filho (1964) como sua principal fonte documental, considerando as transformações presentes no futebol brasileiro entre as décadas de 1920 e 1950, como um dos aspectos responsáveis em tornar o fenômeno do “[...] futebol no Brasil [...] progressivamente um universo social total que aproxima as classes sociais e também os universos profissionais.” (LOPES, 1994, p. 65). Para o autor, essa transformação de significado social do futebol e de seus praticantes, só foi possível através da inserção de novas categorias de jogadores e torcedores, caracterizados pela exclusão e pela pobreza. Essa inclusão social teria sido possível pela forte atuação do cronista Mário Rodrigues Filho.

Segundo Melo (2007), o amadorismo esportivo sempre esteve mais presente no discurso do que na prática no Brasil, representando o sentido burguês com que a prática esportiva se difundiu em finais do século XIX e princípios do século XX no país. O referido autor apresenta que o amadorismo teve forte apelo no desenvolvimento do remo no Rio de Janeiro, para se contrapor às competições esportivas que envolviam apostas, como o turfe²³. Além disso, Melo (2007) destacou que esse discurso político esteve bastante presente nos primeiros anos de organização do futebol brasileiro, mas que, também as estratégias para burlá-la sempre foram uma constante.

O aspecto da popularização do futebol no país, por sua vez, é apresentado em diversos trabalhos sociológicos. Vários são os aspectos abordados nas obras consultadas para essa pesquisa, dentre os quais destacam-se: a revolução científica-tecnológica e o processo de urbanização no país, tendo como referência o artigo de Sevcenko (1994), e também a relação entre o processo de urbanização, o crescimento populacional, a chegada dos imigrantes e o desenvolvimento econômico discutidos por Santos (2010); a internacionalização do futebol a partir da organização de excursões de clubes ao exterior e das competições internacionais, bem como da profissionalização do futebol europeu e sua repercussão no futebol brasileiro, aspecto este abordado por quase toda a literatura que se propõe a discorrer sobre a

²³ O turfe e o remo são modalidades esportivas que serão abordadas na presente pesquisa apenas quando se prestarem à contextualização do futebol.

profissionalização do futebol, incluindo aqui as obras de Caldas (1990), Silva (2000) e Santos (2010); o advento do jornalismo esportivo, sobretudo o papel desempenhado pelos jornais impressos e pelo rádio na construção das “identidades clubísticas”, tal como abordado em Helal (1997; 1998) e Crepaldi (2009); e a atuação do Estado Nacional de Getúlio Vargas na formação da identidade nacional através do futebol, como observado em Negreiros (2003), e Franzini (2000).

Do conjunto de trabalhos produzidos sobre a temática, destacamos o conceito de identidade, que tem sido uma das principais ideias para se compreender a popularização desse esporte no país, cujo principal autor é Damo (1998). Entendemos por identidade o conceito formulado por Woodward (2000) que o apresentou como uma categoria relacional, uma vez que, para existir, ela depende de algo que lhe é externo, ou de outra identidade diferente dela, mas que fornece as condições para sua existência. “A identidade é, assim, marcada pela diferença.” (WOODWARD, 2000, p. 9), sendo esta diferença marcada pela exclusão.

Essas diferenças correspondem a sistemas classificatórios da sociedade, que estabelece as práticas de “distinções sociais”, nos termos de Bourdieu (2008), produzindo exclusão ou marginalização social. As diferenças emergem em momentos históricos específicos, fazendo com que a identidade seja também histórica. Ao afirmar determinado traço simbólico e social, os grupos revisitam a história reinterpretando-a, criando novas identidades (WOODWARD, 2000).

Segundo Damo (1998), a identidade coletiva a partir dos clubes de futebol pode ser compreendida a partir dos conceitos de “pertencimento clubístico” e “clubismo”. Corroborando a teoria Eliasiana (1985), Damo (1998) apresenta que o principal responsável pela rápida difusão do futebol pelo mundo, e pelo Brasil, foi a atuação dos clubes que presavam pelo caráter elitista através do amadorismo esportivo. Em um primeiro momento, a identificação com o clube era consequência de sua associação como praticante da modalidade esportiva através de uma agremiação esportiva.

À medida que o futebol se consolidou como um “campo simbólico” no país, essa identificação deixou de ser relacionada ao associacionismo para se vincular a uma referência simbólica coletiva. Nesse sentido, Damo (1998) interpreta que os clubes se configuraram em comunidades afetivas, sendo o sentimento de pertencimento a essas comunidades definido pelo conceito de “clubismo” que é essencial para compreender a transformação do futebol amador em futebol de espetáculo, à medida que os torcedores das agremiações esportivas

passam a acompanhar “seus clubes” através dos princípios de fidelidade, expressos na devoção que cultuam para com seus símbolos. Justamente por ser uma categoria relacional, tal como defende Woodward (2000), a “identidade clubística” está intimamente implicada com a questão da “rivalidade clubística”, uma vez que só posso “ser” *americano*, pois não sou *athleticano* ou *cruzeirense/palestrino*.

Ressaltamos que o fenômeno do “pertencimento clubístico” no país não pode deixar de abordar os aspectos relacionados à estrutura social brasileira hierárquica e desigual, sobretudo no contexto da regulamentação do profissionalismo no futebol. Para tanto, a discussão sobre as desigualdades sociais e raciais brasileira devem pautar a investigação que ora me proponho a realizar. Como mencionado anteriormente, a introdução dos esportes modernos no Brasil ocorreu ainda em meados do século XIX, período considerado por Cattani (2004) como de expansão do capitalismo britânico para mercados periféricos e coloniais. Souza (2004) destaca que é justamente a partir desse século que um processo de modernização de grandes proporções começa a ser realizado no Brasil conformando a desigualdade social em larga escala e sua naturalização na vida cotidiana.

Segundo Souza (2004), a burguesia foi a primeira classe dominante trabalhadora tendo, por isso, fundado novos valores sociais de natureza transclassista, pautados no ideal de igualdade de oportunidades. O processo histórico de aprendizado coletivo de compartilhamento do princípio da “dignidade” humana proporcionou essa igualdade de oportunidades, condições sociais, econômicas e políticas denominadas pelo autor como “*habitus* primário”. Ainda de acordo com Souza (2004), a condição dos indivíduos oscila entre a máxima (*habitus* secundário), presente em “sociedades avançadas”, mas não ausente das “sociedades periféricas”, expressa em forma de “gostos” e estilos de vida; e a mínima (*habitus* precário), que aparece destacadamente como fenômeno de massa nas “sociedades periféricas”, mas também está presente nas “sociedades avançadas” na forma de fenômenos marginais. Em ambos os casos, “o que existe aqui são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas por isso mesmo tanto mais eficazes, que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos arraigados.” (SOUZA, 2004, p. 92)

De acordo com Souza (2004), o caso brasileiro é marcadamente caracterizado pelo “*habitus* precário” que produz forte desigualdade social. Outra característica da desigualdade social brasileira é apresentada por Guimarães (1999) como resultante da sobreposição de duas hierarquizações sociais, quais sejam: a hierarquia de classes sociais, assentada nas relações

sociais abertas e de mercado; e a hierarquia de *status* e prestígio, que no Brasil baseiam-se na “cor” e na origem familiar. Essa formulação teórica de Guimarães (1999) pressupõe que as discriminações raciais não são o mesmo que discriminações de classe, uma vez que “cor” é uma construção racialista que naturaliza essa dimensão da desigualdade presente na sociedade brasileira.

A desigualdade social brasileira vivida, assim, na vida cotidiana, tal como preconiza o conceito de *habitus*, também estava expressa na introdução dos esportes modernos no Brasil, uma vez que estes aqui se difundiram assentados em seus princípios básicos engendrados na Inglaterra, como uma atividade de distinção social e, ao mesmo tempo, como atividade de lazer e entretenimento para a sociedade. As primeiras manifestações organizadas da prática dos esportes modernos no Brasil ocorreram em escolas religiosas e através de clubes fundados por ingleses, demais imigrantes europeus e/ou filhos da elite brasileira que haviam tido contato com o “campo esportivo” europeu, sobretudo o inglês (CALDAS, 1990; LOPES, 1994; SILVA, 2000).

Nota-se, portanto, que as bases da introdução dos esportes modernos no Brasil definiram seus participantes a partir de questões sociais, econômicas e políticas, que nesta sociedade marcada predominantemente pelo “*habitus* precário” e pela discriminação de “cor”, fez com que parcela considerável da população ficasse impossibilitada de se associar a um clube ou de estudar em escolas religiosas. Essa discussão sobre a estrutura hierárquica da sociedade brasileira no contexto dos primeiros anos de difusão e prática do futebol deve ser, portanto, considerada aqui como a base para se compreender a discussão da ressignificação tanto da prática quanto dos espectadores no “campo futebolístico” nacional quando de sua profissionalização e popularização. Embora esse processo pode ser observado em alguns Estados do Brasil é importante levar em consideração que ele varia de região e de cultura. Nessa pesquisa tratamos de analisar essa dinâmica em Minas Gerais, especificamente em Belo Horizonte, conforme nosso objeto inicial.

2.5 Produções Acadêmicas Sobre o Futebol Mineiro e Belo-Horizontino

Especificamente no universo mineiro e belo-horizontino, os trabalhos acadêmicos que abordam a temática do futebol são recentes, podendo apontar Couto (2003) como um pesquisador pioneiro. Sua dissertação de mestrado teve como tema o futebol em Belo

Horizonte nas três primeiras décadas, a saber, de 1897 a 1927. Seu foco de análise foi, mais precisamente, os clubes *America*, *Athletico Mineiro Foot-Bal*²⁴ *Club* e *Societá Sportiva Palestra Itália*²⁵, como componentes socioculturais, apontando-os como espaços de sociabilidade e de formação de identidades coletivas nos primeiros anos da nova capital de Minas Gerais. Em sua pesquisa Couto (2003) por esse período que representou o ano de fundação da cidade (1897) e o início da prática de remuneração aos atletas (1927) que, segundo ele sua motivação foi a quebra da hegemonia do *America* no campeonato local. Tal como apresentado por Rodrigues Filho (1964) para o caso carioca, Couto (2003) apresentou que os pagamentos realizados aos atletas belo-horizontinos também ficaram conhecidos como “amadorismo marrom”, pois não eram formalizados pela Liga local caracterizando uma situação de ambivalência de *status*, ou seja, os jogadores não eram amadores de fato tampouco profissionais reconhecidos, mas exerciam bem essa atividade.

Outro importante trabalho de mestrado acerca do futebol belo-horizontino é de Ribeiro (2007) que defendeu, através do referencial teórico Bourdieiano, que o futebol foi a primeira modalidade esportiva a se consolidar enquanto um “campo simbólico” na capital mineira. Tal análise se pautou na identificação das instituições específicas, campos de jogos, entidades dirigentes e competições regulares que podem indicar a conformação desse “campo futebolístico” em Belo Horizonte em meados da década de 1920. Uma das principais contribuições de Ribeiro (2007) é a de ressaltar que o futebol belo-horizontino teve seu desenvolvimento e sua consolidação pautados por uma dinâmica regional sem, contudo, deixar de ser influenciado pelas demais realidades nacionais, sobretudo a carioca e a paulista.

De acordo com Ribeiro (2007) as primeiras iniciativas futebolísticas na cidade, apesar de terem sido registradas em finais do século XIX, só se consolidaram a partir de 1908. Os clubes foram os principais responsáveis por essa difusão do futebol em Belo Horizonte, que foi marcado pela presença majoritária de estudantes e membros da elite urbana. A partir de 1913 a imprensa apoiou a referida modalidade esportiva, em resposta ao próprio interesse do público belo-horizontino. Nesse mesmo ano iniciaram a fundação de clubes suburbanos na cidade e o público presente nas partidas era socialmente heterogêneo, apesar da imprensa enfatizar os representantes da elite reconhecidos pelos trajes “elegantes”.

Ao longo da década de 1910, Ribeiro (2007) identificou que o *America* e o *Athletico* se prosperaram economicamente, evidências encontradas a partir das novas sedes sociais e da

²⁴ A partir daqui iremos apresentar tal clube apenas como *Athletico* e seus torcedores como *athleticanos*.

²⁵ A partir daqui iremos apresentar tal clube apenas como *Palestra Itália* e seus torcedores como *palestrinos*.

oferta de novas modalidades esportivas. O autor considerou que essas agremiações esportivas se configuravam na época como as únicas opções para as classes altas de Belo Horizonte. Por outro lado, é também destacado que no final da década de 1910 e princípios dos anos 1920 o futebol se configurou a principal atividade de lazer da sociedade belo-horizontina. O número de clubes suburbanos existentes, formados por operários e imigrantes, possibilitaram a formação de uma segunda divisão no campeonato local e a rivalidade entre os principais clubes aumentou consideravelmente.

Além dessas duas pesquisas de dissertação, destacam-se as produções da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que, desde 2006 conta com o Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT) que abarca, como o próprio nome indica, investigações relacionadas ao futebol e às torcidas. Dentre as produções realizadas por pesquisadores ligados à Escola e/ou ao Grupo de Estudo, destacamos duas que são de extrema importância para este trabalho. A primeira delas é a de Souza Neto (2010), que estudou a formação das torcidas de futebol em Belo Horizonte entre 1904 e 1930, entendendo-as como prática de divertimento. O segundo é a pesquisa de Moura (2010) que investigou as especificidades da transição da prática amadora para a profissional no futebol de Belo Horizonte.

Souza Neto (2010) constatou que a história da formação das torcidas de futebol em Belo Horizonte pode ser dividida em três estágios, a saber: 1) de 1904 a 1915, quando o público dos jogos de futebol era denominado por “assistência”, sendo caracterizado pelo perfil aristocrático e fidalgo, não sendo possível encontrar noções de “pertencimento clubístico”; 2) de 1916 a 1925, período caracterizado pela hegemonia do *America* no campeonato local, sagrando-se²⁶ deca-campeão da Liga, e, ao mesmo tempo, início da popularização do futebol, da construção incipiente das “rivalidades clubísticas” e do “pertencimento clubístico”; e 3) de 1926 a 1930, observada a consolidação das torcidas e torcedores no futebol belo-horizontino, das “rivalidades clubísticas” e das brigas entre os torcedores, chamadas à época de *sururus*, além da inclusão do “pertencimento clubístico” como forma de obter lucro e renda a partir da construção de novos estádios. Um dos principais aspectos apresentados por Souza Neto (2010) em sua pesquisa é a construção do “pertencimento clubístico” e das “rivalidades clubísticas” como corolário e, ao mesmo tempo, motor da popularização dos espectadores de

²⁶ O verbo “sagrar” tem como um de seus significados “eleger, consagrar” (FERREIRA, 1986b). No “campo futebolístico” é comum dizer que um “clube se sagrou campeão ou vitorioso”, quando se quer dizer que um “clube venceu um campeonato ou uma partida”.

futebol em Belo Horizonte. Ambos os conceitos são apresentados pelo autor como decorrentes dos resultados alcançados pelas equipes nas competições promovidas entre os clubes de Belo Horizonte. Segundo Souza Neto (2010), a primeira metade da década de 1920 foi marcada pela consolidação da rivalidade entre *America* e *Athletico*. Em 1922 o *America* construiu o primeiro estádio destinado especificamente à modalidade esportiva do futebol, tendo se tornado a principal agremiação esportiva da capital mineira nesse período. Por outro lado, o final da década de 1920 viu se configurar uma nova “rivalidade clubística” entre *Athletico* e *Palestra Itália*, substituindo, em alguma medida, àquela formada anteriormente. Após o deca-campeonato mineiro conquistado pelo *America*, o *Athletico* sagrou-se bicampeão do campeonato local, em 1926 e 1927, sendo depois, substituído pelo *Palestra Itália*, tricampeão local entre 1928 e 1930, resultados estes que contribuíram, àquela época, para conformar o “pertencimento clubístico” de *athleticanos* e *palestrinos*.

A pesquisa de Moura (2010), por sua vez, se destaca nesse conjunto de trabalhos que aqui foram elencados, uma vez que é o único que aborda exclusivamente a questão da profissionalização do futebol, a partir dos costumes dos belo-horizontinos em relação a esse esporte e das querelas dos clubes locais frente ao contexto de disputas políticas. O autor afirmou que a profissionalização do futebol em Belo Horizonte seguiu algumas especificidades, como por exemplo, a não interferência da Liga Mineira neste processo, diferentemente do ocorrido no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entretanto, penso que o referido pesquisador não considerou o fato de que a entidade de organização política do esporte em Minas Gerais era comandada por dirigentes de agremiações esportivas que atuaram, consideravelmente, acerca da temática da profissionalização do futebol, como poderá ser observado no capítulo a seguir.

Outra lacuna encontrada na obra de Moura (2010) se relaciona à sua análise documental que indica que não foram encontrados registros da prática de remunerações ou de gratificações concedidas aos jogadores de futebol de Belo Horizonte antes da regulamentação da profissionalização ocorrida em 1933, prática esta conhecida nacionalmente como “amadorismo marrom”. Ressalta-se que trechos documentais selecionados pelo próprio autor evidenciam, senão a existência de remuneração, ao menos a existência da prática dos clubes compensarem ou gratificarem financeiramente ou materialmente seus atletas. Destacamos, por exemplo, as considerações que Moura (2010) fez do *Villa Nova*, clube de propriedade da empresa mineradora *Saint John d'El Rey Mining Company*, sediada no município mineiro de

Nova Lima. Se os jogadores do *Villa Nova* não tinham uma remuneração como atletas, uma das compensações recebidas vinha em forma de emprego na empresa. Nos dizeres de Moura (2010), “Alguns jogadores vinham de outros lugares, e eram contratados nesse período para trabalharem na empresa pelo fato de serem bons atletas.” (p. 65); prática esta que, como apresentaram Rodrigues Filho (1964), Caldas (1990) e Silva (2000) no universo carioca, foi empreendida pelo *Bangu* e pelo *Vasco da Gama*, este último caso também analisado por Santos (2010), como forma de garantir uma equipe formada por atletas oriundos das camadas mais pobres da população contratados pela indústria ou por estabelecimentos comerciais de dirigentes esportivos dos clubes ou de seus associados e torcedores. Mesmo que Moura (2010) não reconheça esse tipo de prática como “amadorismo marrom”, tentaremos, a partir do quarto capítulo da presente dissertação, demonstrar as várias estratégias utilizadas pelos clubes belo-horizontinos para promover essas compensações e gratificações financeiras e/ou materiais aos jogadores de futebol, sem que a Liga local interpretasse isso como uma remuneração oficial pela atividade de atleta, mantendo assim, a prática do futebol amadora de forma apenas aparente.

Podemos observar no conjunto de estudos que trataram a temática do futebol no Brasil que, apesar de recentes, apresentam-no como um objeto de estudo pertinente e relevante para o campo das ciências sociais. Mais precisamente, acreditamos que a questão da profissionalização do futebol, abordada sob diferentes perspectivas, é posta nesse quadro acadêmico, como um dos elementos essenciais para se compreender os significados e funções sociais atribuídos à essa prática, aos seus praticantes profissionais e, sobretudo, ao “campo futebolístico” nacional. Através do cotejamento dos principais pesquisadores a profissionalização do futebol encerra dois pontos fundamentais que precisam ser investigados quando se propõe analisar esse fenômeno, quais sejam: a conformação da indústria do espetáculo esportivo em Belo Horizonte e as tensões sociais presentes no “campo futebolístico” entre a distinção e a ascensão social através da prática do futebol a partir da oferta da mercadoria “jogo de futebol”.

3 A REGULAMENTAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO: O CONTEXTO POLÍTICO E AS DISPUTAS DOS DIRIGENTES POR PRESTÍGIO SOCIAL

No início dos anos de 1930, o futebol profissional estava regulamentado em vários países da Europa, destacando-se a Itália e a Espanha, bem como em países da América do Sul, como Argentina e Uruguai (HELAL, 1997). No Brasil, seu reconhecimento oficial só ocorreu através do Decreto-lei nº 3.199, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas em 14 de abril de 1941, que se prestou a “estabelecer as bases de organização dos desportos em todo o país” por meio da criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) e do Regional de Desportos (CRD). No artigo 3º dessa legislação federal, definia-se como uma das competências do CND:

b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade; [...] (BRASIL, 1941)

Tal concepção esportiva corroborava os princípios básicos do currículo da educação física europeia que se pautava no “[...] desenvolvimento não só corporal como também moral, relacionada à condução dos destinos e do futuro da nação.” (MELO, 2007, p. 10) Nesse período, o CND estava subordinado ao Ministério da Educação e Saúde.

Por outro lado, o mesmo artigo tratava o esporte profissional com certa restrição, sobretudo em relação aos princípios morais. O ponto central dessa “desconfiança” era que a prática esportiva não tomasse a competitividade como fim único, ferindo assim aqueles princípios básicos defendidos para o esporte como atividade educativa e de higienização social. Por isso, era “Art. 53 [...] dever das entidades desportivas, que abranjam desportos de prática profissional, organizar a superintendência técnica das atividades amadoras correspondentes, a realizar torneios e campeonatos exclusivamente de amadores.” (BRASIL, 1941)

Apesar da primeira legislação federal reconhecer o esportista profissional no Brasil ser de princípios da década de 1940, entendemos, em consonância com Santos (2010), que a política empreendida pelo Governo Vargas a partir de 1930 estimulou a iniciativa dos clubes brasileiros a regulamentarem o futebol profissional em 1933, inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e posteriormente nos demais centros urbanos que contavam com o “campo

futebolístico” consolidado no sentido da existência de uma indústria do espetáculo esportivo, como, por exemplo, em Belo Horizonte.

Mesmo diante desse estímulo, os direitos básicos garantidos ao jogador de futebol profissional corresponderam, contudo, a uma iniciativa dos dirigentes esportivos de alguns clubes cariocas e paulistas que conceberam tal projeto como uma estratégia de gestão da indústria do espetáculo esportivo e não com uma conquista dos trabalhadores. Discutiremos em seguida que, para além das concepções “filosóficas e políticas do esporte”, nos termos de Bourdieu (1983), a criação de um novo regulamento desportivo no Rio de Janeiro e em São Paulo que reconheceu e normatizou a prática profissional do futebol respondia ao fenômeno que ficou conhecido como “êxodo de jogadores” e também à conformação cada mais consolidada de uma indústria do espetáculo esportivo, cujo “pertencimento clubístico” era um dos aspectos centrais. É importante ressaltar que as disputas dos dirigentes esportivos na organização política do futebol de Belo Horizonte na década de 1920 e, sobretudo, em princípios dos anos de 1930. Os conflitos publicizados nas fontes consultadas demonstram a relevância do conceito de “pertencimento clubístico” para o universo do futebol local. A ênfase dos jornais aos discursos desses “políticos do futebol” evidenciavam o prestígio social almejado pelos mesmos, comprovado, em grande medida, na figura de duas personagens que conquistaram destacado espaço na política local e nacional.

3.1 Futebol no Contexto do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945): Corporativismo, Trabalhismo, Lutas Sociais e Ideologia Nacional

O governo de Getúlio Vargas, iniciado após um golpe de Estado em 1930, pode ser considerado, dentre outros aspectos, como um marco para se discutir a política social brasileira republicana. Durante a Primeira República (1889-1930), os trabalhadores urbanos iniciaram intenso movimento de associativismo e de organização política e social no país, que foi respondido pelos governos que precederam Vargas por meio de leis repressivas “[...] de acordo com o ideário *laissez-fairiano* [que defendia que] fora da ordem do mercado só existia ‘ordem da coação [...]’” (SANTOS, 1979, p. 73). Em contraposição, a equipe de governo de Getúlio Vargas, assim que assumiu o Poder Executivo no país, lançou o “Programa de Reconstrução Nacional”, cujo décimo quinto item criou a instituição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), “[...] destinado a superintender a questão social, o

amparo e a defesa do operariado urbano e rural.” (CALDAS, 1990, p. 175). A proposta de criação do MTIC é apontada por Caldas (1990) como “particularmente [importante] para o futebol brasileiro.” (p. 175), uma vez que estimulou os clubes a regulamentarem o futebol profissional no Brasil.

Entre 1930 e 1936, foram regulamentadas várias profissões urbanas no país. E, segundo Perry (1973) e Caldas (1990) o jogador de futebol teria sido uma dessas profissões. Contudo, tais autores não explicitaram em seus textos a respectiva legislação federal e durante essa pesquisas não encontramos referência sobre a regulamentação federal do jogador de futebol no portal oficial do Senado Federal²⁷. Nos estudos recentes, como em Santos (2010), constatamos que a primeira regulamentação de jogador de futebol profissional se deu apenas em âmbito privado, por meio das Associações, Federações e Ligas, e não através do MTIC tal como indicado por Perry (1973) e Caldas (1990).

O reconhecimento do esporte como profissão por parte do Governo Federal ocorreu em 1941, mas a regulamentação pelo Governo Federal só se deu bem mais tarde, através da Lei Federal nº 6.354 de 1978. No entanto, como apresentaram Caldas (1990), Silva (2000) e Santos (2010), o contexto político varguista estimulou a regulamentação da profissão de jogador de futebol.

O golpe de 1930, levado a cabo pelo grupo liderado por Getúlio Vargas, se caracterizou politicamente pela substituição da elite no poder em favor de elementos ideológicos que contribuíram para a identidade nacional e a integração social (MELO, 1999). Baseados nessa corrente, que tratava as iniciativas do Estado Nacional como frutos da “harmonia e cooperação social” entre as diferentes classes e segmentos sociais, o Governo Vargas promoveu a industrialização e a diferenciação da estrutura econômica do país. Paralelo a isso, implantou uma política econômica protecionista em relação ao tradicional setor cafeeiro.

Essas propostas, sobretudo a industrialização do setor produtivo nacional, só foi possível através da transformação cultural cívica brasileira, sendo o conceito-chave para compreender este processo o de “cidadania regulada” (SANTOS, 1979). O conceito de cidadania em questão se caracteriza pelo aparato institucional de direitos sociais criado pelo Estado brasileiro, direitos estes garantidos pelo reconhecimento e regulamentação de algumas

²⁷ Endereço eletrônico <http://www.senado.gov.br/legislacao/>.

profissões urbanas. Por essa especificidade, a Legislação Social de Vargas passou a ser conhecida como “trabalhismo”.

Destaca-se no arcabouço institucional de direitos sociais varguistas algumas iniciativas, tais como: em 1932 a criação da Carteira de Trabalho, que funcionava como um resumo de vida do trabalhador; a proibição de trabalho para menores de 14 anos e do trabalho noturno para menores de 16 anos; a instituição da jornada de trabalho no comércio e na indústria de 8 horas; a regulamentação do trabalho feminino com igualdade salarial e algumas proteções à gestante; a regulamentação de algumas profissões através da atuação do MTIC; a criação de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), para garantir a remuneração de aposentadoria e o financiamento de alguns trabalhadores para aquisição da casa própria; em 1933 a criação de Comissões Mistas para a Assembleia Constituinte de 1934, reconhecendo como representantes operários apenas aqueles sindicalizados; em 1934 a criação da Justiça do Trabalho, responsável por realizar a negociação entre empregados e empregadores, como forma de evitar os conflitos sociais e as greves; em 1936 instituiu-se o salário mínimo com o objetivo de satisfazer as “necessidades normais” do trabalhador segundo a região de procedência; dentre outras iniciativas (GOMES, 1988).

A promoção de tais direitos sociais que haviam sido pauta de reivindicação durante anos do movimento sindical independente, assumiu certa particularidade, segundo as próprias características do projeto político varguista. Os benefícios foram sendo promulgados paulatinamente pelo Governo e apenas para algumas categorias profissionais, criando expectativa nos trabalhadores, desarticulando em grande medida, os movimentos contestatórios. Os trabalhadores beneficiados pelas políticas sociais eram aqueles reconhecidos e regulamentados pelo MTIC, excluindo desse quadro os trabalhadores rurais, que representavam cerca de 97% dos trabalhadores brasileiros (D'ARAÚJO, 2003) e que foram aliçados desse conjunto de políticas públicas. Por isso, nesse período o reconhecimento e a regulamentação profissional estavam na ordem do dia, e, “Só ‘*quem tem ofício*’ – quem é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – ‘*tem benefício*’”. (GOMES, 1988, p. 194) Em outras palavras, “A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público, [definiu], assim, os três parâmetros no interior dos quais [passou] a definir-se a cidadania.” (SANTOS, 1979, p. 76)

Outro ponto relevante na política social varguista foi o modelo doutrinário de inspiração da regulação trabalhista, denominado por “corporativismo”, que desde as décadas

iniciais do século XX era discutido como uma proposta alternativa ao liberalismo e ao comunismo. A matriz do “corporativismo” reporta ao tempo medieval e está relacionada às corporações de ofício (D’ARAÚJO, 2003; GOMES, 1988). A Idade Média é compreendida nesse projeto político de Getúlio Vargas como um período “[...] exemplar em termos de conciliar hierarquia social, religião e ordem estabelecida.” (D’ARAÚJO, 2003, p. 218); que favorece a crítica ao liberalismo e ao individualismo – produtores das desigualdades sociais e das crises econômicas; e ao comunismo – ideologia de supressão da propriedade privada, de alienação das massas e de combate à religião e à família.

O modelo “corporativista” das décadas de 1930 e 1940 previa que a participação da população deveria se dar através das atividades cívicas e de produção econômica, e não por meio das ações político-partidárias. Por isso, foi dado destaque aos eventos culturais direcionados para a população em geral, o que antes era privilégio das elites. Por exemplo: a comemoração do dia do trabalhador passou a ser feita com música, dança e atrativos variados motivando a participação popular (CALDAS, 1990).

Santos (2010) apresentou que todo esse contexto político promovido pelo Governo Vargas esteve presente nos regulamentos das entidades de gestão do esporte fundadas em 1933 que trataram do futebol profissional. O historiador em questão defendeu que a regulamentação do futebol profissional respondia a dois aspectos centrais da política varguista, pois: 1) representava o arcabouço legal de direitos sociais através do trabalho, por meio da garantia de cláusulas de rescisão contratual, o pagamento de “luvas”²⁸, ordenados e de indenizações em caso de contusões; e 2) porque definia o jogador como um funcionário do clube e não mais como sócio que convivia nas dependências do clube social, imprimindo, definitivamente, uma hierarquia na forma de organização distribuída entre dirigentes esportivos e associados do clube, e os jogadores trabalhadores. Além disso, os jogadores poderiam ser negociados entre os clubes como produto do mercado esportivo.

Tal modelo de regulamentação profissional do jogador de futebol demonstrava claramente os limites dos direitos garantidos aos mesmos. Analisando os debates em torno do projeto de profissionalização do futebol, como poderá ser observado a seguir, constatamos que tais direitos foram também uma resposta às contingências da indústria do espetáculo esportivo. Nesse sentido, os direitos dos atletas poderiam ser apontados como outorgados e, não como conquista de classe.

²⁸ As “luvas” são as gratificações/premiações pagas aos atletas pela assinatura de um contrato com os clubes.

Apesar da atuação de alguns poucos jogadores no processo de criação das entidades profissionais de futebol, como apresentamos a seguir, o processo foi conduzido pelos dirigentes esportivos que, no contexto em questão, eram “[...] os gestores de empresas capitalistas provedoras de espetáculos esportivos comercializáveis.” (SANTOS, 2010, p. 404) Iniciamos a discussão pelo “campo futebolístico” carioca como forma de contextualizar o movimento pró profissionalização do futebol sustentado pelos clubes nacionais. Cabe destacar que tal centro urbano foi uma referência em todos os aspectos no país, por ser na época a capital da República e também era onde estava a sede máxima de gestão do futebol, a saber, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD).

3.2 As Instituições de Gestão do Futebol Carioca e Nacional e a Profissionalização do Futebol

O futebol pode ser considerado como um fenômeno urbano de massas no Rio de Janeiro desde os anos finais da década de 1910. A importância social com que o futebol se revestiu deve estar relacionada, em um primeiro momento, às transformações macroestruturais do país, com destaque para o processo de urbanização, de crescimento populacional, a migração para as grandes capitais e com o desenvolvimento econômico e industrial de centros urbanos importantes, como o caso do carioca e paulista (SANTOS, 2010) A industrialização, um dos principais elementos da Revolução Científico-Tecnológica, responsável por maximizar a produção e rebaixar o custo dos produtos, fez das cidades o seu espaço por excelência. O surto industrial dos centros urbanos promoveu correntes migratórias em massa, com a participação de interessados nas novas oportunidades de trabalho (SEVCENKO, 1994).

Paralelo a isso, os esportes modernos se consolidavam nos centros urbanos como uma educação física, já que condicionava o movimento corporal ao rigor do uso do tempo e do espaço, garantindo “[...] o perfeito ajustamento deste ser humano às múltiplas contingências e solicitações físicas do ambiente urbano.” (SEVCENKO, 1994, p. 34) Apesar de ser institucionalizado por uma elite frequentadora das *public schools* inglesas, o futebol rapidamente foi incorporado como uma prática popular. A imigração provocava o rompimento dos laços comunitários e de parentesco e o universo do futebol contribuía para “[...] consolidar vínculos de identidade plenos de carga afetiva [...] [pois] irmana estranhos, os

faz comungarem ideais, objetivos e sonhos, consolida gigantescas famílias vestindo as mesmas cores.” (SEVCENKO, 1994, p. 35)

A leitura de Sevcenko (1994) é corroborada pelos dados que apresentam o fluxo de imigrantes para o Brasil entre os anos de 1881 a 1930, quando cerca de quatro milhões de estrangeiros, sobretudo italianos, portugueses e espanhóis, nessa ordem de relevância, países cuja população já conhecia a prática futebolística, ingressaram no Brasil em busca de oportunidades de trabalho em função do investimento da burguesia agrícola e pelos incentivos dados pelo Governo brasileiro (FAUSTO, 2009). Entretanto, pequenos grupos de imigrantes, como o caso dos sírio-libaneses e dos judeus, se constituíram em correntes migratórias espontâneas com destino aos centros urbanos, além dos europeus que abandonaram a atividade agrícola e se ingressaram no ramo comercial e industrial de tecido e alimentos/bebidas, principalmente na capital paulista. Além disso, os imigrantes assumiram o importante papel de importadores. Apesar disso, o país era carente de uma indústria de base, o que começou a se transformar apenas na década de 1920 com a criação da *Siderúrgica Belgo-Mineira* em Sabará, Minas Gerais, no ano de 1924, e da *Companhia da Cimento Portland* em São Paulo, em 1926 (FAUSTO, 2009).

Para Sevcenko (1994), além dos aspectos macroestruturais, outros fatores específicos do jogo de futebol, em comparação às demais modalidades esportivas, contribuíram para a sua popularização nas cidades contemporâneas: o fato de ser praticado coletivamente, sendo que cada jogador exerce uma função dentro de campo; a regra que define sua prática restrita ao uso dos pés, dando-lhe maior lentidão e certa imprecisão em comparação aos demais esportes de bola praticados com as mãos; a existência de praticantes com padrões físicos mais próximos àqueles presentes na média da sociedade, não se exigindo corpos extremamente fortes ou velozes; a possibilidade de praticá-lo em qualquer espaço e sem materiais apropriados, ou de forma improvisada, como no caso das famosas “peladas”; e a maior imponderabilidade e imprevisibilidade, aumentando o significado e a motivação para a participação do público. Estes aspectos foram apontados por Santos (2010) como fundamentais para se compreender o “negócio” do futebol. O “pertencimento clubístico”, fomentado pelas disputas regulares de futebol, promoveu o acréscimo do público consumidor diversificado socialmente, contribuindo para a transformação do futebol em produto comercializável. As entidades de gestão do esporte, fundadas e controladas por dirigentes dos clubes se constituíram em empresas que ofertavam tal produto. O interesse principal dos

atores sociais que organizavam as competições futebolísticas era o prestígio social advindo de sua atuação junto a um “campo simbólico” de extremo apelo popular, gerando disputa dos dirigentes esportivos do Rio de Janeiro e de São Paulo pelo monopólio da gestão dos esportes a nível nacional. Em 1915, cariocas e paulistas disputavam o privilégio em representar o futebol brasileiro internacionalmente através da criação de duas entidades nacionais de organização do esporte, a saber: a Federação Brasileira de Esportes (FBE), sediada na então capital da República, Rio de Janeiro, de caráter mais amplo, que se propunha a organizar toda e qualquer modalidade esportiva no país; e a Federação Brasileira de Futebol (FBF), criada e locada em São Paulo, defendida pelos atores sociais desse Estado. Como a Fédération Internationale de Football Association (FIFA), órgão máximo de organização do futebol internacional, não reconhecia a existência de duas entidades representativas desse esporte no Brasil, o dissídio teve de ser solucionado, em 1916, através da criação da CBD, com a participação e aprovação dos Estados da Bahia, capital Federal (Rio de Janeiro), Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo (CALDAS, 1990).

Desde sua fundação em 1916, a CBD se mostrou permeável às questões relacionadas à identificação clubística. Apesar de ter sido criada esmerando pela igualdade de forças entre clubes cariocas e paulistas, vez ou outra algum desses clubes ocupavam os cargos principais da entidade, como a presidência, ou àqueles de competência à realizar a montagem de uma equipe de jogadores brasileiros para representar o país²⁹. Esse assunto era polêmico, pois passava, inexoravelmente, pelos interesses clubísticos. Segundo Caldas (1990), estava implícito nessas divergências internas à CBD a tensão entre “[...] a disputa da eficiência técnica contra o poder político.” (p.117)

Acrescentaria nessa análise que os conflitos internos à CBD também diziam respeito à disputa dos dirigentes esportivos pelo monopólio de exploração do produto “jogo de futebol” no Brasil, como, por exemplo, o Campeonato Sul Americano em 1919, promovido pela entidade e que teve como cidade sede o Rio de Janeiro e o *Estádio das Laranjeiras* de propriedade do *Fluminense Football Club*³⁰. Segundo Santos (2010), a competição foi marcada pela exploração comercial com venda de produtos no interior do *Estádio* e o alto preço dos ingressos se comparado com os jogos do campeonato carioca, o que não inibiu o

²⁹ Atualmente, essa seleção de atletas é conhecida popularmente apenas como Seleção Brasileira.

³⁰ A partir daqui iremos apresentar tal clube apenas como *Fluminense-RJ*. Apesar de parecer um pleonasma dizer *Fluminense* da cidade do Rio de Janeiro, optamos por tal redação uma vez que em Belo Horizonte também havia um clube de futebol de mesmo nome.

público pagante que esteve presente durante todas as partidas. Ao término da competição, o Campeonato Sul Americano rendeu à CBD mais de 25% do que a arrecadação do Tesouro do Estado, demonstrando o que estava em jogo ao se controlar a entidade gestora do futebol no país.

O interesse dos dirigentes esportivos nos lucros promovidos pelos jogos de futebol fez com que os mesmos passassem a investir financeiramente na expansão dos estádios e na montagem das equipes. Silva (2000) e Santos (2010) destacaram que a Confederação passou a realizar o pagamento aos atletas selecionados para representa-la em competições internacionais sob o rótulo de “ajuda de custos”. Entretanto, os valores praticados eram mais do que suficientes para manutenção dos jogadores amadores. Isso garantia a dedicação dos mesmos, além de incentivá-los quanto ao desempenho durante as competições, mesmo que os regulamentos esportivos do país, inclusive da própria CBD, proibissem que a prática futebolística fosse realizada para fins de sobrevivência ou meio de enriquecimento dos atletas.

Como vimos, no âmbito clubístico, os autores consultados indicaram dois casos paradigmáticos, quais sejam, os clubes cariocas *Bangu* e *Vasco da Gama*, que promoveram o pagamento ou a premiação aos jogadores pela prática do futebol. O *Bangu*, por ser um clube de propriedade de uma indústria, iniciou a política de empregar operários que pudessem servir o time de futebol, reforçando-o tecnicamente. Já o *Vasco da Gama* radicalizou o pagamento dos atletas a partir de meados da década de 1920, prática esta que, como vimos, era realizada pela própria CBD, e também por outros clubes do futebol carioca. Segundo Santos (2010), ainda no ano de 1910, alguns clubes cariocas adotaram a estratégia de incentivar seus atletas material e financeiramente para alcançar melhores resultados nas competições futebolísticas, pois isto rendia ao clube um maior número de “consumidores”, que eram os torcedores e associados do clube que pagavam para assistir aos jogos. Quanto mais vitorioso o time, maior era a presença do público para acompanhar as partidas.

Em contrapartida, os clubes exigiam dos atletas dedicação à prática futebolística, como pode ser observado, por exemplo, o *Fluminense-RJ* que construiu alojamentos em 1919 destinados à concentração dos jogadores às vésperas dos jogos (SANTOS, 2010). Cumpria-se assim, o que Bourdieu (1983) nomeou como “racionalização da preparação”, demonstrando a autonomização do “campo futebolístico” e sua conformação como uma indústria cultural e do entretenimento.

O interesse dos dirigentes esportivos se apoiava em dois aspectos. O primeiro dizia respeito ao “pertencimento clubístico”. Assim como os torcedores, os “donos dos clubes” eram “apaixonados” pela agremiação esportiva que representavam e gostariam de vê-la entre os principais clubes nas competições futebolísticas. Por isso, o dinheiro investido, a maior parte das vezes, era particular. O segundo ponto referia-se ao fato que o sucesso dos clubes por eles administrados repercutia socialmente, sobretudo entre a “comunidade afetiva” (DAMO, 1998), vinculadas àquela equipe que, diante das vitórias, se expandia potencialmente. Investir no futebol lhes rendia, portanto, prestígio social, uma vez que eram citados pela imprensa e comentados publicamente.

Apesar de diversos clubes realizarem tal prática desde os anos finais da década de 1910, o *Vasco da Gama* potencializou a lógica capitalista no futebol ao arrematar jogadores pobres que apresentavam qualidade técnica de clubes suburbanos, conquistando vitórias e títulos e obtendo altas receitas nos jogos. Para Santos (2010),

O Vasco introduzia uma lógica diferente no futebol carioca. Apoiado por uma imensa colônia de imigrantes ávidos por conquista na esfera social, o clube conseguia o capital necessário para crescer e se colocar entre os grandes. Com seu poderio econômico, conseguia montar um time completo com os melhores jogadores de futebol da cidade e profissionalizá-los, inseri-los na esfera das relações entre Capital e Trabalho, e explorar os lucros produzidos por eles, através da comercialização de entradas para os jogos em que os funcionários do clube praticavam futebol. (p. 272)

Por meio dessa estratégia, o *Vasco da Gama* sagrou-se campeão carioca em 1923 pela primeira vez. O feito *vascaíno* estimulou outros clubes a realizarem o “amadorismo marrom”. Por mais que a Liga fosse amadora e condenasse a prática de pagamento aos atletas, os clubes eram dirigidos por importantes personalidades que conseguiam, na maioria das vezes, contornar as exigências da entidade. Apesar disso, não podemos afirmar que essa era uma prática comum a todos os clubes e defendida por todos os atores do “campo futebolístico”. Parcela dos envolvidos na gestão do futebol ainda sustentavam que sua prática fosse “[...] monopólio de fruição esportiva como indicativo de distinção social de classes.” (TOLEDO, 2000, p. 9) Sendo assim, os incentivos financeiros e materiais dados aos atletas e proibido pelas entidades desportivas promoveram uma série de cisões no futebol carioca e paulista, justificadas pela questão filosófica e política (BOURDIEU, 1983) de organização do futebol. A criação da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA), fundada em 1924, um ano após o título *vascaíno*, representou a reação dos demais clubes que expulsaram dessa nova entidade o clube da colônia lusitana. Mas, devido à sua popularidade, os fundadores da

AMEA, com destaque para *America*, *Botafogo*, *Flamengo* e, principalmente o *Fluminense*, resolveram incorporá-lo à nova entidade em 1925, juntamente com o clube operário *Bangu* (CALDAS, 1990), demonstrando a preocupação que mesmo os clubes com convicção amadorista, como o *Botafogo* tinham com relação ao público pagante nos jogos.

A partir da reincorporação do *Vasco da Gama* às competições organizadas pelos principais clubes da cidade, até o final da década de 1920, o “amadorismo marrom” conviveu perfeitamente com o regulamento amadorista da entidade de gestão do futebol. Os lucros que os clubes conseguiam com a oferta dos jogos de futebol não eram desfalcados por uma exigência de se cumprir contratos de trabalho. Tudo era acordado extraoficialmente, o que não dava garantia aos atletas, contribuindo para a exploração dos clubes. Apenas os principais jogadores podiam regatear junto aos dirigentes, inclusive ameaçando-os em não comparecer aos treinos e jogos importantes.

Em 1928 a Liga Paulista de Profissionais de Futebol (LPPF) foi fundada, inspirada na Liga dos Profissionais Ingleses. O objetivo da LPPF era criar uma “agência de profissionais de futebol” (CALDAS, 1990, p. 153), responsável pela contratação e pagamento dos ordenados dos atletas interessados em se profissionalizar. Ou seja, a uma iniciativa foi dos próprios esportistas que reivindicavam a regulamentação da profissão para substituir o “amadorismo marrom”, que não lhes garantia direitos básicos e nem contratos formais. A prática do “amadorismo marrom” passou a ser questionada e também chamada como: “falso amadorismo”, pelo jornalista Paulo Várzea; “velhacarias do nosso futebol” por um dos principais jogadores da época, Arthur Friedenreich; “amadorismo de tapeação”, por Júlio Morais e “profissionalismo canalha”, por Thomaz Mazzoni (CALDAS, 1990). Sem o apoio explícito dos clubes paulistas, a LPPF se extinguiu no ano seguinte.

Entretanto, o cenário só foi alterado em princípios de 1930 quando a prática do “amadorismo marrom” se tornaram mais vantajosas para os atletas, fortalecendo as discussões por parte dos dirigentes esportivos para mudar os regulamentos que tratavam o vínculo entre jogadores e clubes. Isso aconteceu em função da regulamentação do futebol profissional na Itália e Espanha em 1930, na Argentina em 1931 e no Uruguai em 1932. Os clubes de futebol profissionais desses países passaram a assediar os jogadores brasileiros, configurando o que ficou conhecido como o “êxodo de jogadores”. As competições internacionais como a Copa Rio Branco, disputada entre seleções do Brasil e do Uruguai, além das excursões de clubes brasileiros ao exterior, como a do *Vasco da Gama* pela Península Itálica e Ibérica em 1931,

representava uma vitrine de bons e desimpedidos jogadores (SANTOS, 2010). A CBD não reconhecia nenhum contrato entre atletas e clubes e a FIFA “[...] não impedia que o jogador sem contrato legal se transferisse para outro clube. [...] Fiorentina, Como e Roma, entre outros, levaram nada menos que trinta e nove jogadores brasileiros, somente em 1931.” (CALDAS, 1990, p. 201-202)

A prática do “amadorismo marrom”, denunciada por diversos atores sociais, somada ao “êxodo”, intensificou o debate em torno da profissionalização do futebol, sustentado no Rio de Janeiro por *America*, *Bangu*, *Fluminense* e *Vasco da Gama* e em São Paulo por *Ipiranga*, *Palestra Itália*, *São Bento* e *Sírio*. Em ambos os centros, a participação de jornalistas esportivos também deve ser destacada, sobretudo a participação de Mário Filho no Rio de Janeiro, e de Thomaz Mazzoni em São Paulo. A campanha pela profissionalização do futebol, promovida por esse grupo, culminou no acordo estabelecido entre cariocas e paulistas, com auxílio mútuo de ambos os Estados pelo fortalecimento desse movimento.

Apesar de ser um tema caro aos jogadores, em janeiro de 1933, foram os “políticos do futebol”, representantes dos clubes cariocas *America*, *Bangu*, *Bonsucesso*, *Fluminense* e *Vasco da Gama*, apoiados por um grupo paulista pró-profissionalismo, que criaram a Liga Carioca de Futebol (LCF) para regulamentar o futebol profissional no Estado, demonstrando que essa era uma estratégia relacionada à manutenção dos “craques” brasileiros no país, ou seja, como uma estratégia da indústria do espetáculo esportivo. No mês seguinte, esses mesmos clubes cariocas, cumprindo o acordo estabelecido em 1932, viajaram a São Paulo para ajudar os membros da APEA a fundar a “Divisão Profissional” de futebol, que contou com a adesão dos clubes *Corinthians*, *Ipiranga*, *Palestra Itália*, *Portuguesa*, *Santos*, *São Bento*, *São Paulo* e *Sírio*. Presidida pelo mesmo presidente do *Botafogo Futebol Clube* (1942 se transformou em *Botafogo de Futebol e Regatas*), que se posicionara contrário a essa profissionalização do futebol, a CBD mantém-se amadora e não reconheceu a LCF, tampouco a “Divisão Profissional” da APEA (CALDAS, 1990).

Como contrapartida, os clubes profissionais fundaram uma nova entidade, a Federação Brasileira de Futebol (FBF), com o intuito de regulamentar esse esporte profissional no país. Entretanto, a CBD, filiada à FIFA desde 1923, manteve-se como a entidade responsável pelo futebol brasileiro, reconhecida internacionalmente (SILVA, 2000). A fim de fortalecer o futebol profissional, a FBF promoveu o primeiro campeonato interestadual do país, denominado Torneio Rio-São Paulo estratégia esta para criar um novo produto esportivo no

Brasil. Pautado pela qualidade técnica superior àquela apresentada nas competições amadoristas, uma vez que os profissionais podiam presar pela “maximização da eficácia” (BOURDIEU, 1983), o Torneio Rio-São Paulo se tornou a principal vitrine a favor do futebol profissional no país, fazendo com que, em 1937, a CBD reconhecesse definitivamente essa categoria profissional, extinguindo, automaticamente, a FBF fundada em 1933 (CALDAS, 1990).

Cabe ainda ressaltar que, tanto no universo carioca quanto paulista, alguns clubes não só relutaram em adotar o profissionalismo, como optaram por extinguir seu Departamento de Futebol após 1933, numa clara demonstração de descontentamento com a filosofia política profissional adotada no futebol, em oposição aos princípios morais do amadorismo. De uma maneira geral, a literatura tem tratado essas posições amadoristas entre 1933 e 1937 como reacionárias frente às transformações sociais e políticas pelas quais o país atravessava. Dentre as várias passagens que muito bem caracterizaram a posição desses atores sociais defensores do amadorismo, cito aqui a de Santos (1981) que, através de uma abordagem marxista do período, descreve da seguinte maneira essa concepção filosófica política dos amadoristas da época:

Os atletas e dirigentes contrários à popularização do esporte recusavam receber e pagar um centavo que fosse. Temiam a morte do ‘verdadeiro espírito olímpico.’ No fundo, defendiam uma posição de classe, eram burgueses, com negócios e empregos, ameaçados pela invasão proletária. No seu entender, devia-se jogar unicamente por amor à camisa, nunca por dinheiro. (p. 47)

Em São Paulo, por exemplo, o *Paulistano*, não só fechou seus setores de futebol no clube, como substituiu os espaços do clube social destinados a essa modalidade esportiva por quadras de tênis após a criação da “Divisão Profissional” na APEA, (SILVA, 2000). No Rio de Janeiro, por outro lado, os principais clubes que se opuseram ao profissionalismo no futebol foram o *Botafogo*, o *Flamengo* e o *São Cristóvão* que mantiveram a AMEA em funcionamento durante o ano de 1933. Entretanto, os dois últimos abandonaram o Campeonato dessa entidade antes mesmo que fosse concluído em 1933, deixando o *Botafogo* disputar soberano o título com clubes de menor importância no cenário esportivo carioca, como era o caso de *Andaraí*, *Confiança*, *Engenho de Dentro*, *Olaria*, dentre outros. O *Bangu*, por sua vez, sagrou-se campeão do primeiro campeonato profissional de futebol do Rio de Janeiro. Já em São Paulo, coube ao *Palestra Itália* a conquista desse primeiro campeonato profissional de futebol paulista.

3.3 A Disputa dos Dirigentes Esportivos Pela Organização do Futebol em Belo Horizonte

Assim como nos demais centros urbanos do país, a gestão esportiva em Belo Horizonte era realizada por uma entidade privada, fundada pelas principais agremiações desportivas da época³¹. Basicamente, tais entidades eram responsáveis por promover eventos e atividades esportivas através da definição de um calendário e de pré-requisitos para a participação dos clubes e seus atletas. Esse conjunto de normas e regras que regulavam os esportes encontrava-se disposto nos Estatutos Sociais dessas entidades elaborados pelos seus diretores que, na maior parte das vezes, também eram ex-atletas amadores e dirigentes dos clubes filiados as mesmas.

Em Belo Horizonte, a primeira entidade criada com essa finalidade foi a Liga Mineira de Sports Athleticos (LMSA), em 1915, pelos clubes *America*, *Athletico*, *Sports Higiénicos* e o *Yale Athletic Club*³². Sua diretoria era formada por *sportsmen* que dominavam as regras e respeitavam o código de conduta do jogo. Ainda em 1915, filiou-se à Liga em questão, o *Christovam Colombo Football Club* (RIBEIRO, 2007).

A trajetória da LMSA foi relativamente curta, pois, com pouco mais de um ano de existência, suas bases foram cindidas pelo desentendimento dos clubes, sobretudo entre *America* e o restante dos clubes a ela associados. Segundo Ribeiro (2007), em 1917 o *America* solicitou à LMSA autorização para realizar um jogo amistoso contra a equipe carioca do *Flamengo*, pedido este negado pelos dirigentes da entidade. Em decorrência, o *America*, que era o atual campeão da competição promovida pela LMSA em 1916, se desligou da entidade, marcando a primeira cisão no futebol belo-horizontino.

A situação só foi solucionada com a interferência da CBD existente a pouco mais de um ano, que criou a Liga Mineira de Desportos Terrestres (LMDT), unificando o futebol em Belo Horizonte. O Estatuto da LMDT definia que os clubes filiados deveriam contribuir financeiramente para participar de qualquer evento esportivo promovido pela mesma. Aos filiados, era exigido, além do pagamento de taxas mensais, sedes sociais, um número mínimo de associados e a prática esportiva amadora. Qualquer jogo de futebol, amistoso, Torneios ou

³¹ Para discutir sobre a organização da gestão desportiva belo-horizontina, adotamos como principais referências Ribeiro (2007) e as fontes jornalísticas consultadas, sobretudo o periódico *Estado de Minas* entre 1931 e 1933.

³² A partir daqui iremos apresentar tal clube apenas como *Yale*.

Campeonatos, promovido pelos clubes filiados à Liga deveria ser oficializado previamente junto à entidade, podendo ou não ser aprovado por sua direção. Dessa forma, a Liga se posicionava como a principal responsável pelos jogos de futebol na cidade.

A estrutura hierárquica da Liga se assemelhava àquela existente nos clubes. Os cargos de presidente e vice-presidente eram eletivos. As eleições e qualquer assunto deliberativo eram realizados em Assembleia Geral, que contava com a participação de todos os clubes filiados. Outros cargos auxiliares eram preenchidos por meio de indicação do presidente e do vice-presidente, sendo eles: *Secretário Geral*, *1º e 2º Secretários*, *1º e 2º Tesoureiros*. Havia também duas Comissões responsáveis: 1) por normatizar as atividades esportivas, competência esta da *Comissão de Julgamentos*; e 2) por organizar as competições locais e selecionar o quadro³³ representante de Minas Gerais nos campeonatos nacionais promovidos pela CBD, atividade esta de responsabilidade da *Comissão Técnica*.

A LMDT organizava e geria todas as modalidades esportivas consideradas “terrestres”, com destaque ao futebol, excluindo apenas de sua gerência os esportes aquáticos. A importância que dava ao futebol evidencia a própria relevância social desta modalidade esportiva em Belo Horizonte. Isso fica claro ao constatarmos que as duas principais competições organizadas pela *Comissão Técnica* da Liga eram de futebol, a saber: o *Torneio Initium*, que simbolizava a abertura das competições futebolísticas dos clubes e filiados, e, sobretudo, o *Campeonato Mineiro*, que se resumia às disputas futebolísticas dos clubes de Belo Horizonte, cujos jogos se estendiam durante o ano, terminando com o grande campeão mineiro anual, mas que, por sua própria composição, poderia ser considerado apenas como campeão da cidade. Outro indício da atuação da LMDT em 1931 foi fundada a Associação Mineira de Atletismo (AMA), vinculada à LMDT, com o objetivo de gerir todos os “esportes terrestres”, exceto o futebol, que permaneceu sendo de responsabilidade da direção geral da Liga (ESPORTES, 1931d, p. 9).

O “pertencimento clubístico” era uma categoria latente no “campo futebolístico”, comprovando essa sua importância social. Constata-se tal fator através dos próprios conflitos existentes nas entidades de gestão do futebol da cidade. Como mencionado anteriormente, a maioria dos participantes da LMSA e, posteriormente da LMDT era dirigentes e/ou associados de agremiações esportivas com atuação marcadamente no campo futebolístico, como por exemplo o presidente da Liga em 1931, Aníbal Matos, que também era presidente

³³ “Quadros” de futebol são sinônimos de “equipes”, “times”.

do *Athletico* na ocasião. Observa-se que as tensões existentes nas competições futebolísticas promovidas pela Liga, representadas em formato de “rivalidades clubísticas”, se afluíam na própria direção da entidade desportiva em questão.

Exemplo disso foi nova cisão verificada na gestão do futebol local quando o *Palestra Itália* solicitou à LMDT autorização para realizar jogo amistoso contra a *Associação Atlética Caçapavense*, da cidade de Caçapava-SP em 1926 (BARRETO; BARRETO, 2000). A *Caçapavense* disputou amistosos na capital mineira durante o referido ano e derrotou a equipe do *America*, campeã mineira entre 1916 e 1925, e do *Athletico*, campeão mineiro de 1926. Uma possível vitória do *Palestra Itália* contra a *Caçapavense* colocaria em questão a hegemonia de *americanos* e *athleticanos* em Belo Horizonte, fator esse indesejado por essas agremiações esportivas que negaram a demanda *palestrina*.

Mesmo assim, o *Palestra Itália* viajou ao interior paulista e derrotou a *Caçapavense*, sendo punido com o afastamento de seis meses das competições oficiais da Liga, o que acarretou sua exclusão do campeonato de 1926. Frente a essa medida, o *Palestra Itália* fundou nova entidade de gestão esportiva na capital mineira, denominada Associação Mineira de Esportes Terrestres (AMET), promovendo e vencendo um campeonato de futebol paralelo ao da LMDT, no mesmo ano, com a participação dos clubes suburbanos belo-horizontinos *Avante*, *Grêmio Ludopédio*, *Fluminense*, *Olympic* e *Santa Cruz*.

Entretanto, a cisão provocada pelo *Palestra Itália* não agradou as duas principais agremiações de Belo Horizonte, *America* e *Athletico*. O estádio *palestrino* era o único que cumpria os pré-requisitos para sediar jogos oficiais da CBD na cidade. Além disso, os espetáculos esportivos dependiam do clube ítalo-brasileiro, que à época contava com muitos adeptos na cidade. Como forma de contar novamente com essa praça esportiva filiada à LMDT e com o público consumidor dos jogos *palestrinos*, os principais dirigentes da entidade retiraram a punição ao *Palestra Itália*, aceitando-o novamente na Liga em 1927 sem qualquer ônus para o clube ítalo-brasileiro, extinguindo assim a AMET.

Tais conflitos clubísticos, como os que deram origem à LMDT e à AMET, se evidenciavam, sobretudo, na atuação das *Comissões de Julgamentos* e de *Técnica*, cujos participantes tinham também suas identificações e relações clubísticas conformadas. A *Comissão de Julgamentos* era responsável por apreciar e dar sentença sobre qualquer caso considerado em litígio ou com discordância em competições ou jogos promovidos pela Liga ou pelos clubes a ela filiados. As decisões da *Comissão* nem sempre eram aceitas pelos clubes

que, descontentes, reagiam e repudiavam a seus membros. Cabia à *Comissão Técnica* analisar os jogos das equipes filiadas à Liga, selecionando, entre seus jogadores, aqueles que mais se destacavam e que pudessem defender o Estado de Minas Gerais no Campeonato Brasileiro de Seleções promovido pela CBD desde 1922, única disputa de futebol nacional existente, já que não havia competições oficiais interclubes nesse período. As seleções, obviamente, relacionavam-se, sobremaneira, com as questões de identificação clubística. Além disso, os dirigentes esportivos viam a convocação dos atletas de suas equipes como sinônimo de prestígio social do clube e também de suas atuações como gestores futebolísticos. Sendo assim, vez ou outra, a seleção de atletas pela *Comissão Técnica* era motivo de descontentamentos desta ou daquela equipe por não ter sido considerada como a de maior concentração de jogadores de destaque.

Em 1931, a atuação dessas duas *Comissões* ao longo do ano, promoveu, ou se prestou como justificativa a um sério desentendimento entre os clubes filiados à Liga. Os três principais clubes que se entendiam lesados pela política empreendida pela referida entidade eram *America*, *Sete de Setembro* e *Villa Nova*. O *America* e o clube suburbano *Calafate* se sentiam prejudicados quando seus atletas foram punidos por lances violentos durante os jogos. Isso ocorreu também com o *Villa Nova* em jogo contra o *Athletico*, que marcou um gol após o tempo regulamentar. E, por fim, novamente os dirigentes do *America* acreditavam que a *Comissão Técnica* da Liga agia com parcialidade e de acordo com “interesses clubísticos” quando foi feita a seleção de atletas mineiros para o 8º Campeonato de Brasileiro de Seleções de 1931. Como o *America* tinha o maior número de pontos, liderando assim o campeonato local promovido pela LMDT, seus dirigentes acreditavam que seus atletas deveriam figurar em maior número na Seleção Mineira de 1931, o que não teria ocorrido, provocando o boicote da diretoria *americana* que não liberou seus jogadores para a referida competição (REALISAR-SE-ÃO..., 1931, p. 6; PARA..., 1931, p. 10). Por isso, entre outros motivos, em 28 de setembro daquele ano, a sede da Liga foi invadida por um grupo descontente apresentando um ofício de deposição da diretoria.

O fato foi transformado em manchete jornalística pelo *Estado de Minas* que, em sua chamada apontava o *America* como principal articulador do movimento:

Figura 1 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 29 de Setembro de 1931

A rivalidade dos clubes de futebol de Belo Horizonte põe em efervescência os nossos meios esportivos
 Numerosos associados do America ocuparam, ontem, de surpresa, a sede da Liga Mineira, depondo a sua diretoria

Fonte: A RIVALIDADE..., 1931, p. 8.

O ofício apresentado por esses “ocupantes” da sede da LMDT trazia os motivos que os levaram a tomar tal atitude: “[...] atuais membros de diretores da Liga Mineira [...] [estavam] burlando as leis e regulamentos [...] [e] que por esta razão a Liga Mineira de Desportos Terrestres [estava] inteiramente acéfala [...]” (A RIVALIDADE..., 1931, p. 8.). Abaixo-assinavam representantes de sete clubes mineiros, a saber:

[...] dr. Clovis de Magalhães Pinto, pelo America F. C.; dr. Valdimiro Machado, pelo S. C. Calafate; Anibal de Figueiredo, pelo Sete de Setembro F. C.; Antonio Hermeto de P. Costa, pelo Vespasiano E. C.; Ubiratan Vianna Novais, pelo E. C. Montes Claros; A. Magalhães Góis, pelo E. C. Uberaba; Castor Cifuentes, pelo Villa Nova A. Clube (A RIVALIDADE..., 1931, p. 8.)

Toda a repercussão do desentendimento entre os clubes revela um contexto de “pertencimento clubístico” extremado por parte dos envolvidos e também a ânsia de alguns dirigentes esportivos por visibilidade pública, conquista de prestígio social e pautado por interesses políticos. A “ocupação”, também chamada de “assalto” pelos periódicos, foi bastante tumultuada: documentos foram saqueados e atirados à rua, associados do *America* bloquearam as portas da Liga diante da resistência dos diretores da instituição e a Polícia foi acionada fechando o prédio por alguns dias. Antes da intervenção policial, os “ocupantes” depuseram a direção e elegeram uma nova diretoria provisória, composta por Otacílio Negrão de Lima, dirigente esportivo e ex-jogador de futebol do *America*, como presidente, Amintas Barros como vice-presidente, *Comissão Técnica* com representantes do *America*, do *Fluminense* e do *Villa Nova*, e *Comissão de Julgamentos*, com representantes do *America*, do *Calafate*, do *Fluminense* e do *Sete de Setembro*. Como forma de legitimar o movimento, o presidente provisório Negrão de Lima encaminhou um telegrama à CBD comunicando sua posse e convocou uma Assembleia Geral para o dia seguinte com todos os clubes filiados à entidade.

Entretanto, a deposição da direção da Liga, preconizada pelo *America*, *Sete de Setembro*, *Villa Nova* e demais clubes partícipes do movimento, não foi efetivada, uma vez que a maior parte dos filiados à LMDT permaneceu fiel a Anibal Matos e ao *Athletico*. Em 30 de setembro, a Liga recebeu o apoio do *Palestra Itália* que cedeu provisoriamente sua sede à

LMDT (DEVERÁ..., 1931, p. 6). Dois dias depois a CBD declarava apoio ao presidente Anibal Matos e à LMDT, e, em 07 de outubro, os clubes *Palestra Itália, Athletico, Guarani, Carlos Prates, Esperança, Alves Nogueira, Horizontino, Grêmio Ludopédio Calafate, Serra, Athletic, Minas Gerais, Santa Cruz, Democrata, Industrial, Fluminense, Retiro, Siderurgica* e os clubes da Sub-Liga de Juiz de Fora, encaminharam um ofício à LMDT “[...] hipotecando o seu inteiro apoio aos diversos poderes da Liga Mineira com os quais são solidários na repulsa á atitude ilegal assumida pelo *America F.C.*” (ESTADO DE MINAS, 09/10/1931, p. 13) Constava ainda desse ofício, um repúdio destes clubes ao pedido de Assembleia Geral feita pelos clubes “dissidentes” à LMDT, como assim passaram a ser tratados *America, Sete de Setembro, Villa Nova* e os demais clubes que os apoiaram.

Em 04 de outubro, os clubes “dissidentes” recrudesceram sua oposição frente a manutenção do presidente Anibal Matos e dos mesmos membros das Comissões de Julgamentos e de Técnica. Em primeiro lugar, os “dissidentes” não enviaram seus quadros aos jogos do *Campeonato Mineiro* de 1931. Além disso, o *America*, único clube dentre os “dissidentes” que dispunha de Praça Esportiva em Belo Horizonte, não mais cedeu seu Estádio para a realização dos jogos organizados pela LMDT, tal como era exigido pelos estatutos da referida entidade.

Nesse mesmo dia, os “dissidentes” publicaram seu programa de reforma para a Liga, cujo principal objetivo era “[...] permitir aos clubes ditos pequenos desenvolvimento rapido e seguro.” Para tanto, defendiam uma reforma de estatutos da Liga, possibilitando igualdade de posição entre “[...] pequenos e grandes clubes, entre os do interior e os de Belo Horizonte.” (O PROGRAMA..., 1931, p. 8) E ainda, a extinção da *Comissão Técnica*, sendo substituída pelo Conselho Divisional, com participação de todos os clubes. A proposta previa ainda um mecanismo de fortalecimento de clubes da 2ª divisão, através de empréstimos financeiros da Liga para a aquisição de campos próprios. E a reversão de renda de jogos entre “grandes clubes” para os clubes da 1ª divisão que tinham campos próprios, mas sem infraestrutura adequada. Demonstrando a preocupação com os interesses clubísticos a serviço da gestão da Liga, a proposta dos “dissidentes” também sinalizava que “O presidente da Liga não poderá ser presidente de nenhum dos clubes filiados.” (O PROGRAMA..., 1931, p. 8) Apesar da direção provisória indicada em setembro de 1931 constar Negrão de Lima, historicamente vinculado ao *America*, como presidente, demonstrando os interesses pessoais envolvidos no conflito.

Em virtude dos acontecimentos, sobretudo do apoio da maior parte dos clubes filiados à LMDT à gestão de Anibal Matos, bem como do reconhecimento deste presidente pela CBD, no dia 10 de outubro de 1931, a *Comissão de Julgamentos* da referida entidade, multou o *America*, o *Sete de Setembro* e o *Villa Nova* em 1:000\$000 (um conto de réis) em forma de indenização a seus adversários por terem enviado seus quadros aos jogos de 04 de outubro, como publicado sobre postura “[...] desrespeitosa e de ferir a LMDT” (ESPORTES, 1931a, p. 12), quantia esta capaz de pagar um ano de pensão em área central da cidade, ou ainda cerca de quinze cabeças de gado (COSTA, 2013)³⁴. Caso houvesse reincidência, os “dissidentes” seriam punidos mais severamente. No dia 11 de outubro, por não ter cedido seu Estádio para a realização do jogo entre *Sete de Setembro* e *Fluminense*, o *America* foi novamente multado em 1:000\$000 (um conto de réis) (ESPORTES, 1931c, p. 10). E, por fim, em 21 de outubro, a *Comissão de Julgamentos* decidiu excluir os clubes *America*, *Villa Nova*, *Sete de Setembro*, *Montes Claros*, *Sirio Horizontino*, *Uberaba* e *Vespasiano*, e seus respectivos representantes que estiveram no “assalto” do dia 28 de setembro à sede da Liga, com base no artigo 75 dos estatutos da LMDT (ESPORTES, 1931b, p. 10).

Essa decisão fez com que a atuação desses clubes fosse marcada pela realização de uma série de festivais esportivos e Torneios comemorativos entre estas agremiações, como, por exemplo, o Festival Esportivo promovido pelo *America* e o *Villa Nova* realizado no final de outubro de 1931 (PROMETE..., 1931, p. 8). Sem a participação dos dissidentes do campeonato organizado pela LMDT em 1931, *Athletico* e *Palestra Itália* terminaram a competição empatados com o mesmo número de pontos ganhos e perdidos, disputa esta que vinha sendo liderada em pontos conquistados pelo *America*, seguindo pelo *Villa Nova* que estava na segunda colocação, ambos excluídos pela Liga. Para definir o campeão do referido ano, *Athletico* e *Palestra Itália* deveriam se enfrentar em três partidas, ou, no meio futebolístico, através da “melhor de três”, tal como definido pelo regulamento da Liga (ARENHIDA..., 1931, p. 8).

O *Athletico* venceu o primeiro confronto e levava vantagem para a segunda partida. Entretanto, a disputa não foi concluída, uma vez que o campo foi invadido pelos espectadores

³⁴ Devo boa parte das referências monetárias aqui apresentadas à Oswaldo Costa, meu avô materno, que viveu em Belo Horizonte na década de 1930 e princípios dos anos de 1940 como estudante de Farmácia da Universidade de Minas Gerais (UMG), atual UFMG. Sua memória para preço de produtos é bem viva, pois, como ele próprio me relatou, durante todo o período que viveu na cidade conservou uma caderneta que anotava todos os gastos. Além disso, sua árvore genealógica é toda formada por comerciantes, com destaque para seu pai que tinha um *stand* na Feira de Amostras de Minas Gerais representando a cidade mineira de Paracatu, feira esta que ficava onde atualmente encontra-se o Terminal Rodoviário de Belo Horizonte.

adeptos do *Palestra Itália* que entenderam que o juiz selecionado para o jogo estava favorecendo o *Athletico* que, como vimos, era também a equipe do presidente da Liga. Noticiando o acontecimento, *O Horizonte* apresentou que “[...] quando se retiravam os elementos palestrinos [de campo], grande parte da assistência prorrompeu em ‘vivas’ ao America e ao Villa Nova.” (OS LAMENTAVEIS..., 1931, p. 4) A reação pública evidenciava, portanto, que o público presente também acreditava que os interesses clubísticos haviam se apoderado da gestão da LMDT durante o campeonato de 1931, apoiando não só o *Palestra Itália*, mas também os clubes que lideraram a dissidência da Liga, a saber, o *America* e o *Villa Nova*.

Em março de 1932, os clubes “excluídos” da Liga fundaram nova entidade de organização desportiva local, tendo sido acompanhados ainda pelo *Palestra Itália* e pelo *Grêmio Ludopédio Carlos Prates*. A nova entidade denominada Associação Mineira de Esportes Gerais (AMEG), também amadora, coexistiu com a LMDT até princípios de 1933, quando os clubes mineiros, enfim, decidiram por unificar a entidade e as competições esportivas do Estado mais uma vez (NÃO..., 1933, p. 8).

A adesão do *Palestra Itália* à AMEG é curiosa, uma vez que, quando do “assalto” à Liga em 1931, este clube cedeu sua sede à entidade de organização dos esportes locais. Apesar de não ter encontrado nas fontes consultadas nenhuma evidência para essa decisão dos dirigentes do *Palestra Itália*, acreditamos que essa decisão reforça a tese de que as disputas políticas empreendidas pelos clubes nas entidades de organização do futebol estavam permeadas pela “rivalidade clubística”, uma vez que o principal rival *palestrino* era o *Athletico* que, na ocasião, presidia a LMDT na figura de Aníbal Matos.

A “pacificação”, como assim foi apresentado o movimento de unificação entre as agremiações esportivas da cidade, deu origem à Federação das Associações Mineiras de Athletismo (FAMA) em substituição a AMA, responsável pelos esportes, exceto o futebol.

Figura 2 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 29 de Janeiro de 1933

Pacificado o esporte mineiro!

Federação das associações mineiras de atletismo. (F.A.M.A.) foi o nome escolhido para a entidade que dirigirá os esportes em Minas—Como transcorreram os trabalhos da assembleia geral de hontem



UM ASPECTO DA ASSEMBLEIA DE HONTEM NA F. A. M. A.

Fonte: PACIFICADO..., 1933, p. 8.

Para o caso dessa modalidade esportiva, houve um embate entre dois grupos, sobre o nome da nova entidade. Estes grupos eram divididos entre: aqueles filiados à LMDT, representados pelo presidente do *Athletico*, que defendiam Associação Mineira de Esportes (AME); e os clubes considerados “dissidentes” e filiados à AMEG, representados pelo presidente do *America* que propunham e sustentavam que a nova entidade fosse denominada Liga Amadora de Futebol (LAF). Venceu a segunda opção, que explicitava a “filosofia política” amadorista defendida para o futebol poucos meses antes dos cariocas

regulamentarem a profissionalização desse esporte. Definiu-se ainda que os Estatutos da nova Liga fossem copiados da AMEA carioca, com as adequações necessárias.

A reunificação dos esportes mineiros seria celebrada, simbolicamente, na disputa da taça “Palacio Hotel”, em jogo amistoso entre *America* e *Athletico*. O jogo preliminar seria realizado entre *Fluminense* e *Sete de Setembro*, recebendo, simbolicamente, o nome de Taça da “Pacificação”. O confronto principal traz algumas evidências no processo de fundação da LAF. A principal delas era a necessidade que os principais clubes da cidade tinham em reunificar a gestão esportiva, sobretudo para fortalecer a oferta do produto jogo de futebol. O campeonato da LMDT, disputado em 1932 apenas pelo *Athletico* e por clubes suburbanos, assim como a competição da AMEG com a presença de *America* e *Palestra Itália*, não tinha o mesmo apelo comercial uma vez que não contava com os confrontos diretos entre *americanos* e *athleticanos* e entre *athleticanos* e *palestrinos*. Nota-se que a primeira partida após a reunificação já continha a dimensão da indústria do espetáculo esportivo, pois o jogo entre *America* e *Athletico* era anunciado pelo nome de um estabelecimento comercial, qual seja, o *Palacio Hotel*³⁵.

Figura 3 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 29 de Janeiro de 1933



Fonte: PACIFICADO..., 1933, p. 8.

Entretanto, no início do ano de 1933, preocupados com a “pacificação” política da gestão esportiva local, a profissionalização do futebol, que estava em intenso debate entre clubes e entidades desportivas cariocas e paulistas, ainda não estava explícita no território

³⁵ No capítulo seguinte tratei exclusivamente das estratégias de comercialização do futebol belo-horizontino, conformando a partir da lógica capitalista e do profissionalismo de seus jogadores antes mesmo da regulamentação profissional realizada em 1933.

belo-horizontino. A oficialização do futebol profissional em outros Estados brasileiros foi o catalisador das discussões dos dirigentes dos clubes da cidade entorno da questão. Da mesma maneira que o caso carioca, em Belo Horizonte, os jogadores, principais implicados nessa trama, estiveram ausentes do processo de criação da entidade profissional de futebol.

Tal como Santos (2010) defende para o caso carioca, um dos principais interesses dos dirigentes esportivos nesse contexto era a obtenção de privilégios sociais e conquistas políticas. A “invasão” da LMDT em 1931 evidencia tal aspecto apontado pelo autor para o “campo futebolístico” de Belo Horizonte, uma vez que os líderes do movimento, Octacílio Negrão de Lima e Amintas Ferreira de Barros tornaram-se, posteriormente, importantes personalidades políticas da cidade³⁶. Negrão de Lima foi nomeado Interventor/Prefeito de Belo Horizonte pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, cumprindo mandato entre 1935 e 1936. Em 1946 foi nomeado por Eurico Gaspar Dutra, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Após a promulgação da Constituição de Minas Gerais, foi o primeiro Prefeito eleito da Capital Mineira. Amintas Ferreira de Barros também foi eleito Prefeito de Belo Horizonte para o mandato de 1959 a 1963, demonstrando que a atuação junto ao “campo futebolístico” poderia ser uma das estratégias para se conquistar espaço político socialmente.

3.4 O Movimento Pró-Profissionalização do Futebol Mineiro: O Quê e Quem Estava em Jogo

Apesar da cisão dos esportes mineiros ocorrida em 1931 não ter relação com a questão do profissionalismo no futebol, ela é relevante para esta pesquisa, pois reflete o contexto futebolístico local permeado pela “identidade clubística” e interesses políticos latentes em Belo Horizonte, sinais de que o futebol não se limitava às classes dominantes, convertendo-se em uma indústria do espetáculo esportivo, aspecto que será abordado no próximo Capítulo. Como discutido no tópico anterior, quando a regulamentação do futebol profissional foi empreendida no Rio de Janeiro e em São Paulo, os clubes mineiros se preocupavam em reestabelecer as bases que possibilitariam a integração entre os principais clubes do Estado, fortalecendo a oferta do jogo de futebol para a sociedade. Apesar da ausência de notícias sobre a profissionalização do futebol mineiro entre 1931 e 1933, foram encontrados nos

³⁶ Devo essa análise ao Professor Carlos Aurélio Pimenta de Faria que, durante a banca de qualificação desta dissertação de mestrado me indicou os dois dirigentes esportivos como ex-prefeitos de Belo Horizonte.

jornais analisados notas sobre a posição de atores sociais do “campo futebolístico” carioca e paulista acerca da temática³⁷. Esse fato nos conduz a pensar que assunto polêmico deveria não ser destaque do âmbito local, pois “roupa suja se lava em casa”, ou “política, religião e futebol não se discute.”

Em 1931 foram encontradas duas notas, reproduzidas de periódicos cariocas, em defesa da profissionalização dessa modalidade esportiva. A argumentação tinha como base a opção da prática do referido esporte, defendendo a criação de uma “categoria”, ou “divisão profissional” sem, contudo, propor a extinção do futebol amador no país. Em uma entrevista reproduzida no *Estado de Minas*, o presidente da extinta Liga Carioca de Football Profissional no Rio de Janeiro, sr. Campos Machado, defendia o reconhecimento e regulamentação oficial do futebol profissional como forma de garantir os direitos básicos dos atletas que se esforçavam para obter bons resultados e que, por isso, deveriam ser remunerados, ter assistência médica e aposentadoria. A segunda nota, correspondia à proposta enviada pelo *Fluminense Football Club* à Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA), entidade carioca, pela formação da “divisão profissional” de futebol no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa proposta trazia aspectos práticos para a regulamentação do futebol profissional no país, dentre eles a definição de que “Os ordenados, a principio, não seriam inferiores a 500\$000, nem superiores a um conto de réis. [...]” e de que “O profissional poderá ocupar-se de outros mistéres, desde que não sejam incompatíveis com a sua qualidade de sportmen.” (O PROFISSIONALISMO..., 1931, p. 6) As quantias propostas pelo *Fluminense* representavam um montante considerável, demonstrando a importância social do futebol no Rio de Janeiro. O piso e o teto do ordenado mensal do jogador defendido pelo clube equivaliam, aproximadamente, de seis meses e um ano de trabalho de um mestre de obras ou mestre carpinteiro (COSTA, 2013).

Em ambas as propostas cariocas reproduzidas pelo *Estado de Minas* pode ser observada a influência da Legislação Social e Trabalhista de Vargas presente no debate sobre a profissionalização do futebol. Adotar essa nova categoria significaria, tanto para Campos Machado quanto para o *Fluminense*, a regulamentação profissional e a garantia de direitos trabalhistas, refletindo a repercussão do “trabalhismo” presente no projeto varguista, legitimando o populismo do Governo. Por outro lado, destaca-se, sobretudo na proposta do

³⁷ Se às vésperas da regulamentação do futebol profissional os jornais da cidade não abordavam a temática, demonstro no próximo capítulo que o assunto era sim pauta de discussão do “campo futebolístico” belo-horizontino antes mesmo da iniciativa dos dirigentes esportivos em 1933.

Fluminense, a preocupação de que o profissionalismo não ferisse os princípios educativos morais do esporte, expressos no termo “sportmen”, utilizados para designar o atleta oriundo da elite urbana, tal como apresenta Melo (2007).

A implantação do futebol profissional regulamentado em outros países e, posteriormente, no Rio de Janeiro e São Paulo, repercutiu na organização política do campo futebolístico belo-horizontino. O futebol italiano, sem dúvida, a partir da década de 1930, foi um dos principais inspiradores da discussão da profissionalização do futebol brasileiro, como é publicado na imprensa:

Innegavelmente, o esporte que mais emociona e interessa, actualmente á Itália, é o futebol. [...]

Hoje, a Itália possui nada menos de 2.926 agremiações esportivas, que têm um conjunto de 811.000 socios, subindo a 100.000 o numero de jogadores. (O ESPORTE..., 1933, p. 6)

A popularidade do futebol na Itália se expressava na fala do subsecretário de Estado da Educação Physica italiano que apresentava a existência de um projeto do Governo de construir, nesse país, “[...] um sumptuoso estadio olympico, com acomodações para 150.000 pessoas.” (UM ESTADIO..., 1933, p. 8)

Para abastecer esse mercado italiano, as agremiações esportivas passaram a contratar jogadores de destaque de outros países para jogarem em seus clubes. Os principais alvos eram países com colônia italiana, uma vez que exigia-se “[...] que o jogador, para disputar campeonatos seja ao menos filho de italiano.” (PORQUE..., 1931, p. 1) E, preferencialmente, que tais países tivessem o futebol ainda amador, o que facilitava a contratação destes atletas. Por isso, “[...] a paulicéa [se tornou] o campo preferido para a colheita dos jogadores.” (PORQUE..., 1931, p. 1)

A repercussão do “êxodo” de futebolistas de São Paulo para a Itália entre 1931 e 1933, foi, portanto, mencionado pela imprensa belo-horizontina como um fator de desestabilização do futebol brasileiro, sobretudo o paulista. No 8º Campeonato Brasileiro de Seleções promovido pela CBD em 1931, noticiou que “[...] São Paulo luta com a grande dificuldade para organizar um verdadeiro escrété. Os seus famosos craques estão de vóo alçado para paragens longínquas, ambiciosos de ouro!” (REALISAR-SE-ÃO..., 1931, p. 6)

Entretanto, não podemos esquecer que Belo Horizonte teve, desde o período de sua construção, muitos trabalhadores italianos que chegaram a formar uma colônia de destaque, e a prática do futebol era por eles sustentada. Em função disso, em 1910 foi fundado o *Yale*,

formado por operários italianos ou relacionados à colônia italiana. E, em 1921 foi fundado o *Palestra Itália* em Belo Horizonte, destinado aos italianos e descendentes. Ambos se erradicaram no bairro Barro Preto, marcadamente ocupado por comerciantes italianos nos primeiros anos da Capital Mineira.

Como destacado por Santana (2003), Nininho, jogador de futebol com passagem destacada pelo *Palestra Itália* de Belo Horizonte, foi o primeiro jogador brasileiro a migrar para Itália, abandonando o futebol brasileiro. Carazzo, conhecido como o “Perigo Louro”, centro avante do *Palestra Itália* em 1931 e do *Villa Nova* em 1932, em entrevista concedida ao *Estado de Minas* a respeito do jogo de sua equipe contra o *Athletico*, lembrou que “[...] No campeonato do ano passado, antes do *Palestra* perder o concurso de Nininho, Ninão, Bento e Pires, conseguimos vencer os nossos leaes e cavalheirescos adversarios pelo diminuto score de 2 a 1.” (CARAZZO..., 1931, p. 6); indicando que a saída desses jogadores *palestrinos* para o futebol italiano teria prejudicado consideravelmente o rendimento de sua equipe no Campeonato Mineiro.

Nota-se, portanto que, no fenômeno conhecido como “êxodo de jogadores” brasileiros para o futebol profissional internacional repercutiu em Belo Horizonte, principalmente em função do *Palestra Itália* que, na década de 1930, tinha ainda muitos descendentes de italianos como jogadores de futebol. Entendemos que o “êxodo” carregava vários significados sociais que, naquele contexto estava intimamente relacionados à “filosofia política do esporte”, ou seja, às percepções sociais sobre futebol e seus praticantes.

O assédio aos jogadores brasileiros demonstrava a importância do país através do futebol e sua projeção internacionalmente como formador de novos atletas. Por outro lado, a migração dos melhores futebolistas correspondia à perda de qualidade técnica nessa modalidade esportiva interna, o que, para os dirigentes esportivos não era “visto com bons olhos”, pois perdia-se, juntamente com os atletas exportados, parcela do público pagante que desinteressava dos jogos. Conseguir manter esses atletas no Brasil estabelecia e/ou reforçava o poder do país no plano internacional, contribuindo para marcar o futebol como um traço cultural da identidade nacional, além de representar um reforço para a oferta do produto do jogo de futebol de qualidade.

Por outro lado, o ator principal dessa trama, o jogador de futebol, na condição de amador, não tinha contratos de trabalho e nem garantias trabalhistas. Os pobres que se destacavam no futebol, tinham possibilidade de “ascensão social”, já que por meio da

educação dificilmente teriam acesso ao mercado de trabalho que os garantisse tal melhoria de vida. Nesse contexto, a defesa pela profissionalização do futebol brasileiro se justificava. Campos Machado, presidente da extinta Liga Carioca de Football Profissional do Rio de Janeiro, ressaltava a precária qualidade de vida dos atletas brasileiros e esse discurso passou a ser utilizado pelos próprios jogadores como argumentação para defender a profissionalização do futebol no país. Em entrevista reproduzida do jornal *O Globo*, Fausto, jogador do *Vasco da Gama*, que, durante uma excursão de seu clube pela Europa, permaneceu na Espanha como jogador de futebol profissional do *Barcelona F.C.*, juntamente com seu companheiro de clube Jaguaré, apresentava que:

[...] as condições apresentadas eram vantagens, pensamos, eu e o Jaguaré, que um ano de estadia na Espanha seria suficiente para conhecermos bem o futebol europeu, ao mesmo tempo que antevíamos fosse esse periodo contratual equivalente a dez anos de trabalhos ininterrupto, infernal luta contra a vida, acrescentou, enquanto que aqui se levantam clubes maravilhosos, o publico paga-nos, lá, no Brasil, levantamos centenas de contos réis para passarmos fome e vivermos de fama. (FAUSTO..., 1931, p. 12)

Em função desse panorama presente no futebol brasileiro, Fausto acreditava que:

aqui [no Brasil] póde, perfeitamente, existir a Liga de Amadores, mas que é indispensável, necessario mesmo, seja creada a de profissionais, para que o publico, amante do futebol, assista a partidas verdadeiramente sensacionais, em que impere o esforço e a técnica esmerada dos vinte e dois combatentes em pról de uma vitoria que, no final, beneficiará certamente o publico, que se sentirá satisfeito por ter assistido a uma bôa partida e ao onze do pavilhão vencedor... (FAUSTO..., 1931, p. 12)

O assédio aos jogadores brasileiros se intensificou em 1932 e 1933, pois, Argentina e Uruguai, países vizinhos, regulamentaram o futebol profissional e iniciaram viagens ao Brasil para contratar os atletas ainda amadores. Esse interesse se deu porque alguns jogadores argentinos e uruguaios também tinham sido contratados por clubes europeus. Como ilustração, o *Estado de Minas* reproduzia uma estatística feita pel' *A Gazeta*, contabilizando 25 jogadores e dois treinadores contratados por clubes do exterior. Destes, apenas os dois treinadores e um jogador, os três contratados pelo *Lazio* de Roma, haviam regressado ao Brasil. Os demais 24 jogadores se dividiam da seguinte maneira entre os países: 15 no futebol italiano, dois no espanhol, cinco na Argentina e outros dois no Uruguai. (OS BRASILEIROS..., 1933, p. 8)

No início do ano de 1933, as notícias sobre a profissionalização do futebol de outros países, e no Rio de Janeiro e em São Paulo, se intensificou nos periódicos belo-horizontinos.

No primeiro dia do ano de 1933, a coluna *Furos... Boatos... e Novidades...* da seção de esportes do *Estado de Minas* trazia a informação de que os clubes cariocas filiados à AMEA reunir-se-iam para definitivamente decidir sobre a questão. *America*, *Fluminense* e *Vasco* “[...] adotarão a nova directriz, de qualquer maneira, ainda que sem os outros que os acompanhem.” (O PROFISSIONALISMO..., 1933, p. 6); como de fato ocorrera, conforme já apresentado.

Em uma entrevista realizada nessa pesquisa com o sr. Paiva (2012a), foi possível entender que o futebol profissional chegou à Belo Horizonte através da atuação do *Palestra Itália* que, representado pelo seu presidente foi ao Rio de Janeiro “[...] Não sei se convidado”, conhecer essa nova orientação para a prática do futebol. A partir dessa viagem, o dirigente esportivo “Fez contatos todos e trouxe essa novidade pra Minas.” (PAIVA, 2012a)³⁸. O presidente do *Athletico*, que na ocasião era Thomaz Naves e não mais Aníbal de Matos, também teria aderido a proposta e a apoiado.

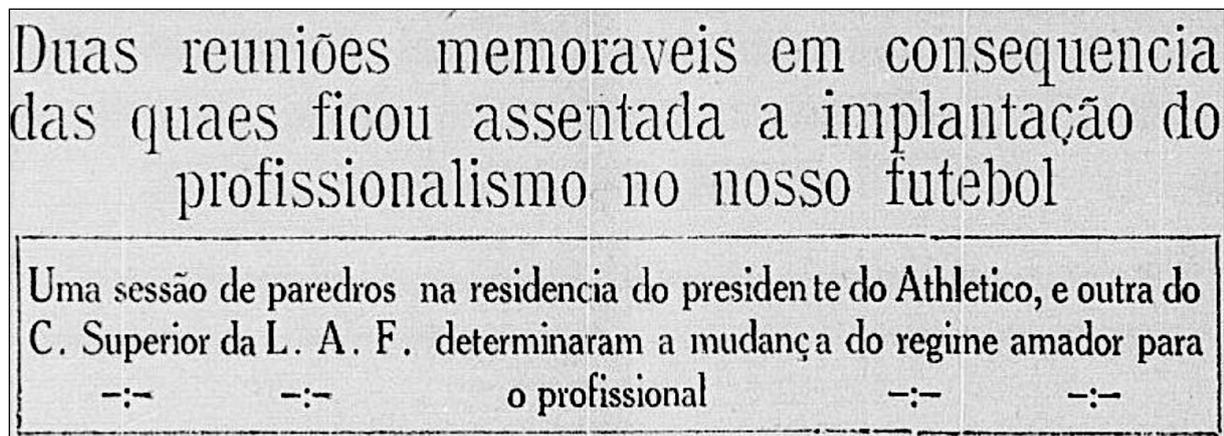
Através das fontes jornalísticas, foi possível comprovar que não apenas o *Palestra Itália*, mas também o *Athletico* e o *Tupy*, de Juiz de Fora, foram os adidos defensores dessa causa. Em fevereiro de 1933, os dois clubes pontuaram que se profissionalizariam e competiriam com os clubes cariocas, filiando-se à LCF (UM CLUBE..., 1933, p. 8). Pouco mais tarde, na primeira semana de maio, foram realizadas “[...] reuniões na L.A.F., e na F.A.M.A. para tratar do profissionalismo” (AS REUNIÕES..., 1933, p. 10), cuja pauta de discussão teria sido o reconhecimento da referida entidade carioca. Clovis de Magalhães Pinto, presidente do *America*, foi secretário da reunião, que terminou com 41 votos a favor do reconhecimento, capitaneados por *Athletico*, *Esperança*, *Fluminense* e *Retiro* e 52 votos contrários à LCF, cujos clubes centrais nessa oposição foram *America*, *Pedro Leopoldo* e *Villa Nova*.

Como pode ser observado, o *Palestra Itália* sequer foi mencionado pelo periódico consultado nesse embate. Apesar disso, em maio de 1933, o presidente *palestrino*, juntamente com o presidente do *Athletico*, foram ao Rio de Janeiro e encaminharam um ofício à LCF cujo conteúdo tratava da decisão sobre a profissionalização em Minas Gerais, e receberam apoio da entidade carioca (OS EMISSARIOS..., 1933, p. 8).

³⁸ Acredito que Paiva (2012a) equivocou-se em apresentar Mário Grosso como presidente do *Palestra Itália* em maio de 1933. Através das consultas às fontes aqui selecionadas pude concluir que à época, esse cargo era exercido por Miguel Perrella.

Como destacado acima, a fundação da LAF e, pouco mais de quatro meses depois, a oficialização do futebol profissional em Minas Gerais foram pautados pelas rivalidades clubísticas, sobretudo entre *America* e o *Athletico*. De acordo com o depoimento de Raso (2012), esse era o principal aspecto presente na oposição do *America*.

Figura 4 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 31 de maio de 1933



Fonte: DUAS..., 1933, p. 8.

Apesar do *America* não ser favorável ao futebol profissional em Minas Gerais e, principalmente, em seu clube, a proposta foi aceita por Clovis de Magalhães Pinto e pela direção *americana* em um primeiro momento, pois não era interesse do clube ser excluído das competições futebolísticas, ficando sem jogar contra os clubes que tinham maiores “comunidades afetivas” na cidade, o que representava igualmente maior número de público pagante. Em função disso, apesar de se opor inicialmente à profissionalização do futebol em 1933, o *America* optou por não abandonar a nova entidade desportiva criada, como relatado por Paiva (2012a): “[...] quebrar a Liga de novo poderia acabar com o futebol.” Por isso, destacava-se na manchete principal do dia que:

Deve-se attentar alegremente, sobretudo, no facto de a mudança de regimen assignalar, ao mesmo tempo, a união de pontos de vista das expressões maximas do nosso esporte. Todos estiveram accordes em adoptar o profissionalismo. Si se póde fazer restricção na expontaneidade do gesto, não importa ella em diminuição da parte em apreço, já que, e isso mais que tudo deve ser levado em consideração, houve o intuito nobilitante de não quebrar a harmonia dos esportes, antes fortalecel-a, evitando dest’arte uma nova scisão cujos efeitos não se podem calcular. A forma por que se desenrolam os acontecimento é satisfactoria. Não há a lamentar-se qualquer rompimento.” (ASSIGNALADA..., 1933, p. 8)

Continuava ainda a matéria, ao descrever o desenvolvimento das reuniões realizadas que “Foi feita a exposição da inconveniência de nova scisão, de efeitos incalculavelmente desastrosos e da necessidade da união de pontos de vista na questão da adoção do profissionalismo.” (DUAS..., 1933, p. 8) Corroborando assim o depoimento de Paiva (2012a).

Descrevendo as reuniões que decidiram pela regulamentação do profissionalismo, podemos analisar a proposta de Clovis de Magalhães Pinto, então presidente do *America*, no cenário esportivo, pois frente a decisão do *Villa Nova*, seu principal aliado no movimento de setembro de 1931, e das posições de *Athletico* e *Palestra Itália* a favor do futebol profissional, manter-se amadorista significaria o isolamento *americano* frente às demais agremiações esportivas de destaque no Estado. Por isso:

O dr. Clovis Pinto, presidente e representante do *America* na reunião, reiterando embora as suas convicções amadoristas, não quis perturbar a bôa ordem dos trabalhos com uma opposição systematica que, em ultima analyse, colocaria unicamente o seu clube em opposição aos outros. (DUAS..., 1933, p. 8)

De qualquer maneira, essa decisão inicial de Clovis de Magalhães Pinto e da direção *americana* não representava a posição final do *America* frente à questão. No mês seguinte toda a diretoria do clube renunciou às suas funções, argumentando que foram obrigados a adotar o “novo regime” profissional no futebol, sem, contudo, nele acreditar (ESTADO DE MINAS, 02/06/1933, p. 6) A renúncia não foi acatada pelo Conselho Deliberativo e, em comum acordo com a direção do clube, sustentou que o *America* disputasse o campeonato de 1933 com um quadro amador. Obviamente, essa proposta não foi aceita pelo presidente do *Athletico*, tendo sido o *America*, em último caso, impelido a estabelecer contratos com seus atletas.

O *America* não foi o único a ter divergências internas em relação à questão da regulamentação do futebol profissional. Segundo documento consultado no MHAB (1986), a diretoria do *Palestra Itália* também não foi unânime em defender a nova orientação para o futebol em Belo Horizonte:

Com o advento do futebol mercantilizado em nosso meio, e conseqüente adesão do Palestra, fez com que se afastassem do clube por não concordarem com a sua existência em nosso meio, grandes servidores do clube tais como João Ranieri, Irmãos Lodi, Luiz Forain, os Mancini, os Falci, e muito outros [...] (MHAB, 1986)

Apesar das oposições de alguns dirigentes esportivos, a regulamentação do futebol em Belo Horizonte foi empreendida ainda em 1933 com a realização de uma competição de futebol vencida pelo *Villa Nova*. Para Barreto (2012) a nova orientação para o futebol “[...]”

estava alastrando” pelo país e era uma situação incontornável. As novas entidades cariocas e paulistas criadas a partir de então foram copiadas em diversas outras partes do país, dentre eles no Estado de Minas Gerais, que já tinha o futebol profissional enquanto prática através do “amadorismo marrom” ao menos em Belo Horizonte e Nova Lima. Barreto (2012) entende que esse movimento era “[...] coisa de imitação. Rio e São Paulo era [futebol profissional], Minas tinha que ser. Aliás, o Brasil todo né. Depois generalizou. Se não generalizasse eles perdiam os jogadores lá uai. Se aqui pagava e lá não pagava, eles vinham pra cá né.”

O depoimento de Barreto (2012) evidencia que a regulamentação do futebol profissional foi uma estratégia de gestão, assim como no caso carioca. Para além das questões relacionadas aos direitos trabalhistas, a preocupação dos dirigentes esportivos locais era de que tal iniciativa evitasse que os clubes da cidade perdessem seus principais atletas para as agremiações futebolistas profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em janeiro de 1933, os clubes paulistas *Palestra Itália*, *Corinthians*, *Syrio*, *Internacional* e *Ypiranga* faziam público suas opiniões que, de certa maneira, corrobora essa visão de Barreto (2012), uma vez que explicitavam que a profissionalização do futebol em São Paulo “[...] só poderá ser aceito aqui, como defesa, isto é, no caso d'elle vir a ser implantado no Rio, pois dessa forma terá evitado o exodo de jogadores paulistas.” (NÃO..., 22/01/1933, p. 8).

A preocupação com a saída dos jogadores dos clubes amadores de Belo Horizonte para o futebol profissional carioca e paulista se tornou fato, como indica a manchete do *Estado de Minas* sobre “Humberto, keeper do Athletico [que seguiu] para o Rio afim de ser experimentado no arco do ‘team’ profissional do Fluminense Foot-Ball Club.” (HUMBERTO..., 1933, p. 10)

As memórias de Abílio Barreto também apresentam que a profissionalização do futebol belo-horizontino se dava em função da regulamentação dessa prática naqueles centros urbanos brasileiros:

O campeonato amadorista ia ser iniciado, quando a ideia do futebol remunerado, já existente no Rio e em S. Paulo, empolgou os desportistas mineiros, com o Athletico á frente, por meio de seu presidente dr. Thomaz Naves. Iniciou-se o profissionalismo. (MHAB, 1932)

A entrada secundária da manchete do dia 31 de maio do *Estado de Minas* também apresenta leitura semelhante sobre o processo:

Figura 5 – Manchete Jornalística da Seção de Esportes de 31 de maio de 1933

Completa reportagem do ESTADO DE MINAS sobre os passos dos paredros dos nossos clubes, que acabam de adoptar a medida que, no Rio e em S. Paulo, é uma realidade

Fonte: ASSIGNALADA..., 1933, p. 8.

Os “paredros” a que se referiam os jornais eram figuras notáveis que comandavam os principais clubes na ocasião. Paiva (2012a) definiu o “paredro” como sendo “[...] normalmente [...] um homem muito poderoso e rico [...] Paredro era a parede aonde o clube sentava. Então ficava todo mundo encima da parede né.” (PAIVA, 2012a) Eram essas personalidades, que, por “paixão clubística”, interesse em prestígio social e conquistas políticas, investiam na promoção cada vez mais aprimorada do produto jogo de futebol. A página de esportes do *Estado de Minas* no dia seguinte à fundação da regulamentação do futebol profissional não trazia nenhuma imagem de jogador de futebol, mas apenas dos “paredros” como constatamos na Figura 6. Todos os créditos pela fundação do regime profissional era dado aos dirigentes esportivos. Os “trabalhadores da bola”, os maiores beneficiados com a resolução, sequer eram mencionados como partícipes da ação.

Figura 6 – Aspecto geral da seção de esportes do *Estado de Minas* no dia 31 de maio de 1933, com destaque para os “Paredros” do futebol belo-horizontino ao centro

ESTADO DE MINAS — Quinta-feira, 31 de Maio de 1933.

Assinalada, enfim, a victoria integral da campanha pela implantação do profissionalismo no futebol mineiro!

Completa reportagem do ESTADO DE MINAS sobre os passos dos paredros dos nossos clubes, que acabam de adoptar a medida que, no Rio e em S. Paulo, é uma realidade

Nesta decisiva sessão, que encerra definitivamente a campanha pela implantação do profissionalismo no futebol mineiro, os clubes fundadores da entidade de futebol profissional de Belo Horizonte, em sentido horário, a começar pela esquerda, são eles: Clovis Pinto, presidente da *America*; Thomaz Navez, presidente do *Athletico*; Miguel Perrela, presidente do *Palestra Itália*; e Castor Cifuentes, presidente do *Villa Nova*.

Os emissários do *Athletico* e do *Palestra* ao Rio foram interessar-se junto a L. C. F. para o prompto julgamento das condições exigidas em relação aos clubes para a implantação do profissionalismo

A resposta da carioca

Uma sessão de paredros na residência do presidente do *Athletico*, e outra do C. Superior da L. A. F., determinaram a mudança do regime amador para o profissional

Declarações do sr. Ruy Lage e o árbitro Raymundo Sampaio

Declarações do “referê” setesentembri ao ESTADO DE MINAS

A Officina de Photographar

PELOS CLUBES AVELINOS

ESPORTE NO INTERIOR DO ESTADO

O sr. Ruy Lage defende-se das acusações do sr. Dinorthe André

A assembleia geral da LAF será realizada amanhã

A OFICINA DOS LEITORES

FAT ANOS HOJE O VICE-PRESIDENTE DO UNIAO DE CA-UIBERRIA

BAR AGUIAR

ARTOS HONORÁRIOS

— RUA DA BARRA 104 —

— RUA DA BARRA 104 —

EM FRENTE AO THEATRO MUNICIPAL

Fonte: ESTADO DE MINAS, 31/05/1933, p. 8.

Legenda: As quatro fotos que aparecem ao centro da folha correspondem aos presidentes dos quatro principais clubes fundadores da entidade de futebol profissional de Belo Horizonte. Em sentido horário, a começar pela esquerda, são eles: Clovis Pinto, presidente do *America*; Thomaz Navez, presidente do *Athletico*; Miguel Perrela, presidente do *Palestra Itália*; e Castor Cifuentes, presidente do *Villa Nova*.

O ofício encaminhado pelo presidente do *Athletico*, Thomaz Naves, à LCF trazia também alguns aspectos importantes de serem destacados, como a solicitação dos clubes profissionais belo-horizontinos de realizarem “[...] Jogos com cariocas e paulistas em Bello Horizonte principalmente” e de “[...] Participação no campeonato interestadual [...]” organizado pela FBF, e o “[...] Respeito ao contracto firmado com os jogadores, de modo que não seja possível a transferencia dos mesmos sem previa concordancia dos clubs contractantes.” (OS EMISSARIOS..., 1933, p. 8) Nota-se, para os dois primeiros pontos, a preocupação dos dirigentes esportivos belo-horizontinos de se consolidarem o futebol profissional regulamentado na cidade através de disputas amistosas ou não com equipes profissionais, de destacada qualidade técnica, viabilizando assim um calendário de futebol

profissional para os clubes locais e a oferta do produto “jogo de futebol profissional” para a população. Por outro lado, tendo os contratos de seus atletas reconhecidos pelos clubes profissionais cariocas, restringia-se assim o “êxodo” dos mesmos para a então capital federal. Caso houvesse interesse em contratar os futebolistas profissionais belo-horizontinos, deveria haver uma negociação entre as partes, configurando assim, um “mercado da bola” como hoje convencionou-se chamar.

Após o reconhecimento e regulamentação do futebol profissional em Minas Gerais, a LAF foi substituída pela Associação Mineira de Esportes (AME), nomenclatura esta que já havia sido sugerida pelo *Athletico* em janeiro de 1933. Tal aspecto foi uma particularidade da regulamentação do futebol profissional em Belo Horizonte em relação ao Rio de Janeiro, pois a antiga entidade foi desfeita e não houve nenhum clube que permaneceu sob o regulamento amadorista. Seguindo os preceitos da FIFA, a nova entidade reconheceu tanto o futebol profissional quanto o amador, sendo, cada um deles organizado por uma Liga própria associada à AME.

A Liga Profissional era composta dos “clubes natos”, a saber: *America*, *Athletico*, *Palestra Itália* e *Villa Nova*. Além do *Retiro* de Nova Lima e do *Siderúrgica* de Sabará. De acordo com o estatuto dessa Liga, as exigências para que um clube participasse dessa divisão profissional era que tivesse “[...] praça de esportes confortáveis, com capacidade para 1.000 espectadores, no mínimo, fechada, campo gramado que obedeça às dimensões regulamentares, e que apresentem as suas esquadras em magnífica ‘performance’, de maneira a poder competir, com os grandes clubes.” (IMPORTANTES..., 1933, p. 9)

Por essas exigências, percebe-se que a principal preocupação dos “grandes clubes”, que eram os mesmos considerados “clubes natos”, era que os demais interessados no futebol profissional dispusessem de “[...] condições financeiras que os habilitem aos encargos da situação a ser adquirida.” (IMPORTANTES..., 1933, p. 9), comprovando a regulamentação profissional como estratégia da indústria do espetáculo esportivo. Para aqueles que ainda não possuíam essas condições, havia a Liga Amadora, que passou a ser conhecida como Segunda Divisão e era composta dos clubes suburbanos, tal como apresentado pelo entrevistado Paiva (2012a), e dos antigos quadros amadores dos clubes filiados à LAF que passaram a disputar as partidas preliminares dos jogos profissionais (ESTADO DE MINAS, 03/09/1933, p. 10). Paiva (2012a) também me indicou que, com base nessa definição, tanto a segunda divisão, quanto os clubes suburbanos permaneceram amadores “[...] por muito tempo [...]”.

Além dessas categorias amadoras mantidas e fiscalizadas pela AME, as “categorias de base”, compostas por atletas com idade inferior a vinte anos, também conhecidos como juvenis, também foram consideradas como amadoras. Segundo depoimento de Raso (2012), a estratégia utilizada para manter o amadorismo nas “categorias de base” pautava-se em duas exigências: a de que o atleta fosse empregado, com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou que fosse estudante. Essa CTPS era, no caso desses jogadores das categorias de base, “[...] chamada carteira de menor.” (RASO, 2012)

Uma medida crucial na criação da divisão de futebol profissional mineira foi a regulamentação das transferências de jogadores entre os clubes. Definia-se que, a partir da criação da AME, todo e qualquer atleta que quisesse se transferir de clube, seja ele profissional ou amador, deveria ter a anuência de sua agremiação esportiva de origem. Essa anuência, na prática, se configurou em acordos econômicos entre os clubes, que tratavam seus atletas enquanto mercadorias, situação esta que se mantém até a atualidade (RIAL, 2008).

Destaca-se que, mesmo que os clubes que tivessem seus quadros de futebol profissional poderiam ter também seus quadros amadores, devidamente fiscalizados pela AME que não aceitava sequer a existência da prática do “amadorismo marrom” entre os mesmos. Mas, a realidade demonstraria que tal prática estava longe de ser cessada. E ainda, que a forma como ela havia se desenvolvido na década de 1920 antes mesmo do reconhecimento e regulamentação do futebol profissional em Belo Horizonte, fez com que as propostas políticas assentadas em maio de 1933 vieram apenas oficializar a categoria de jogador de futebol profissional que já existia de fato no futebol da cidade.

4 DO “AMADORISMO MARROM” AO PROFISSIONALISMO: A TRANSFORMAÇÃO DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PRÁTICA E DO CONSUMO DO FUTEBOL EM BELO HORIZONTE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

Como demonstrado no capítulo anterior, a regulamentação do futebol profissional em Belo Horizonte aconteceu através da iniciativa dos principais clubes locais com a criação da AME em maio de 1933, que separava as competições de futebol em dois níveis. O principal nível, como o próprio nome indicava, era a Primeira Divisão, compreendida como a Divisão Profissional, objeto central de atuação da entidade supracitada. Os clubes que participavam das competições da Primeira Divisão deveriam inscrever seus atletas junto a AME mediante apresentação de contratos de trabalho. Também exigia-se que os mesmos possuíssem condições financeiras e patrimoniais para competirem profissionalmente, remunerando seus atletas e comissão técnica. O segundo nível de competições tratava-se da Segunda Divisão, também conhecida como Divisão Amadora, composta pelos clubes que não conseguiam arcar com o ônus da nova orientação do futebol belo-horizontino presente na Primeira Divisão, sobretudo os clubes suburbanos, desprovidos de Estádio próprio, e de sócios e/ou adeptos em quantidade suficiente para lhes sustentarem financeiramente.

Apesar do aspecto legal com que foi revestido o profissionalismo a partir da criação da AME, como, por exemplo, na exigência do contrato de trabalho dos atletas com os clubes, a gênese do futebol profissional deve ser entendida como um dos corolários do processo histórico de transformação do significado social atribuído a referida modalidade esportiva, que a inseriu nas engrenagens do sistema capitalista (SANTOS, 2010). A popularização dos espectadores do futebol, configurando-o em um fenômeno urbano de massas, possibilitou a formatação de uma indústria privada do espetáculo esportivo (BOURDIEU, 1983), cujo principal produto era os jogos de futebol. Os dirigentes esportivos paulatinamente se tornaram “[...] gestores de empresas capitalistas provedoras de espetáculos esportivos comercializáveis” (SANTOS, 2010, p. 414).

Os clubes passaram, portanto, a se organizar no sentido de ofertarem melhores produtos, aumentando suas receitas através de estratégias diversas, como, por exemplo, a expansão dos Estádios, a promoção de eventos sociais e a campanha para conseguir novos associados. Em síntese, objetivavam tornar seus produtos mais atraentes para os potenciais consumidores, que se constituíam em torcedores fiéis a “seus” clubes, ávidos por resultados

cada vez mais expressivos no “campo futebolístico”. Para tanto, montar uma equipe com jogadores de destacada qualidade técnica que dispunham de condições adequadas para se aprimorarem física e tecnicamente passou a ser um aspecto central. Nesse sentido é que podemos compreender a paulatina conformação da profissão do jogador de futebol, uma vez que os atletas passaram a ter condições de praticar tal esporte em alto nível, sendo, portanto, pagos e/ou gratificados por isso e cobrados quanto aos resultados. Como em outros centros urbanos, Belo Horizonte vivenciou essa transformação, o que passamos a discutir a seguir.

4.1 Pontapé Inicial: Aspectos Sociológicos dos Primeiros Anos do Futebol Belo-Horizontino

Os primeiros registros sobre os esportes modernos em Belo Horizonte indicam que as modalidades pioneiras na cidade foram o turfe (1894), o ciclismo (1898) e o futebol (1904). Segundo tais documentos, a prática esportiva se caracterizava como uma iniciativa predominantemente da elite socioeconômica da cidade, cujos membros identificavam a prática esportiva como “[...] símbolo de modernidade e civilização, meio de distinção social e instrumento de pedagogia física e moral das massas” (SILVA, 2006, p. 23). Os ciclistas, por exemplo, eram caracterizados pelo memorialista Abílio Barreto como sendo “[...] todos moços da melhor sociedade [...]”, ao passo que o público era composto por “[...] senhorinhas que constituíam a mais alta expressão da fina espiritualidade e graça femininas [...]” (MHAB, s/d)

O futebol belo-horizontino foi promovido por clubes, que não devem aqui ser compreendidos pela noção contemporânea de espaços físicos destinados ao lazer e ao entretenimento, mas sim como associações de manifestação culturais e políticas das elites urbanas (ELIAS, 1985). Tanto é assim que os pioneiros clubes de futebol de Belo Horizonte eram desprovidos de sedes sociais e seus praticantes eram profissionais de prestígio da Nova Capital mineira, jovens e estudantes filhos da elite local³⁹.

Os principais espaços públicos de prática futebolística nesses primeiros anos foram: o Parque Municipal (1904 a 1908), que, segundo Couto (2003), se caracterizava como uma área nobre da cidade, destinada ao lazer e que, por isso, se configurou em um “[...] centro elitizado

³⁹ Segundo Ribeiro (2007) esse é um aspecto que particulariza os primeiros anos de prática do futebol em Belo Horizonte se comparado aos centros urbanos carioca e paulista, uma vez que, nesses locais, a difusão dos esportes foi realizada por imigrantes ingleses.

de convivência.” (p. 85); e os lotes vagos da cidade, em abundância nos primeiros anos da Nova Capital, favorecendo o aparecimento de vários clubes de estudantes com campos de futebol próprios a partir de 1908 (RIBEIRO, 2007). Para além desses espaços, destaca-se o *Prado Mineiro*, construído em 1907 com capital privado da *Sociedade Prado Mineiro* com o objetivo de sediar corridas de cavalos, em espaço previamente delimitado na Planta Geral de Belo Horizonte fora de sua área central. (MHAB, 1898).

Para tomar parte nos jogos de futebol como jogador, os interessados deveriam ser sócios de um clube, o que se conseguia através da indicação de um membro e, posterior, passar por uma avaliação da diretoria. Era exigência também o pagamento de uma taxa de entrada, denominada por “joia”, e de contribuições mensais, conhecidas como “mensalidades”. Segundo Ribeiro (2007), os valores exigidos pelos primeiros clubes de futebol de Belo Horizonte eram semelhantes àqueles praticados pelos principais e mais “elegantes” clubes do Rio de Janeiro, como era o caso do *Fluminense* e do *Botafogo*, reforçando o espaço social ocupado pelos praticantes desse esporte naquele contexto.

Outra possibilidade para se tornar um praticante de futebol era fundar o próprio clube, iniciativa que não era de todo simples. Os interessados deveriam ter capital econômico para adquirir bolas, balizas, uniformes e demais materiais esportivos, capital social para congregar no mínimo onze interessados no jogo, e capital cultural de pelo menos um dos jogadores que conhecesse basicamente os fundamentos e as regras do referido esporte.

O investimento realizado, seja fundando um novo clube ou se associando a um já existente, justificava-se pela necessidade de se sustentar um “estilo de vida” moderno que, como vimos, é uma ação social que estratifica a sociedade por meio do *status* social (WEBER, 1977). O termo “amador”, proveniente do latim *amatore*, que significa “amante; [...] [aquele] que se dedica a uma arte ou ofício por prazer, sem fazer destes um meio de vida [...]” (FERREIRA, 1986a, p. 78), utilizado para definir o sportista nesse contexto, reflete o significado social atribuído à prática do futebol nesses momentos iniciais. Os atletas amadores optavam pela prática do futebol, pois amavam, gostavam desse esporte, sentimentos que para Bourdieu (2008) são construções sociais e se traduzem como a base do “estilo de vida”. Ou, como relatou Barreto (2012), “[...] o jogador amador jogava por diletantismo. Não se ganhava nada não.” Ou seja, não se recebia qualquer tipo de compensação financeira ou material pela prática amadora de futebol. As vantagens implícitas no futebol amador diziam respeito ao prestígio e ao estilo de vida, caros à elite e à sociedade daquele contexto.

Weber (1977) aponta que a adoção de determinada moda ou tendência como um “estilo de vida” tem como objetivo a conquista de um *status*, possibilitando “melhores” oportunidades de vida através do prestígio social e da honra. A prática do futebol no contexto em questão passa a ser entendida, portanto, como a possibilidade de se obter “lucros de distinção” social (BOURDIEU, 2008), fazendo com que o número de praticantes aumentasse. Nesse sentido, verifica-se a intensificação da fundação de novos clubes de futebol em Belo Horizonte a partir de 1908, ano em que é fundada uma das principais agremiações esportivas da cidade, o *Athletico Mineiro Football Club*, que em 1913 passa a se chamar *Club Athletico Mineiro*. Seus dez primeiros sócios se dividiam entre comerciários, estudantes e, sobretudo, funcionários públicos da capital mineira (A HISTÓRIA..., 2010).

Em 1910 é fundado o *Yale*, considerado o primeiro clube fora da área central da capital mineira, localizado no bairro Barro Preto⁴⁰, seus jogadores eram de origem socioeconômica heterogênea, uma vez que seus integrantes pertenciam à colônia italiana e eram operários e empregados daquele bairro da cidade. Apesar de sua composição social e econômica heterogênea, Ribeiro (2007) analisa que o clube ítalo-brasileiro do bairro Barro Preto não conformou outra percepção sobre a prática do futebol em Belo Horizonte, uma vez que a concebia a partir dos “[...] ideais de incremento da vida social elegante e de desenvolvimento físico dos praticantes do esporte.” (p. 67)

Destaca-se ainda nesse conjunto dos primeiros clubes de futebol belo-horizontino o *America*, fundado em 1912 por estudantes do *Gymnásio Anglo-Mineiro* (PAIVA, 2012b), por filhos de funcionários públicos e por membros da elite da cidade, como nos relata Abílio Barreto. Segundo o memorialista,

As reuniões [do *America*] eram debaixo da arvore, junto ao balcão do Sr. Meira, depois no porão da casa de Cesar e Oscar Gonçalves de Souza, filhos do dr. José Gonçalves de Souza. Reuniam-se também no saguão do Palacio, pois um dos socios Fco⁴¹ (*sic*) Bueno Brandão era filho do Pte⁴² (*sic*) Bueno Brandão [...]

Para a compra da primeira bola fez-se uma vaca (*sic*), mas o dinheiro não chegou o Presidente Bueno Brandão completou a importância. (MHAB, 1916)

⁴⁰ Os primeiros clubes de futebol efetivamente suburbanos fundados em Belo Horizonte foram o *Guarani Football Club* do bairro Lagoinha e o *Florestano Athletic Club* do bairro Floresta, ambos de 1913. Destaca-se ainda entre os clubes suburbanos, o *Sete de Setembro Football Club*, fundado também no bairro Floresta, no ano de 1916 (RIBEIRO, 2007).

⁴¹ Fco remete à Francisco Bueno Brandão.

⁴² Pte remete à Presidente Bueno Brandão.

Na trajetória de fundação do *America*, Barreto indicava espaços e personalidades com capital econômico e social privilegiados de Belo Horizonte, como o estabelecimento comercial “do Sr. Meira” e, principalmente, o Palácio do Governo do Estado, à época, ocupado por Júlio Bueno Brandão, responsável por “completar” o valor da primeira bola de futebol do clube. O documento que aborda os “primeiros passos” do *America* demonstra a percepção social da elite urbana belo-horizontina acerca do futebol, compreendendo tal esporte como um campo de investimentos justificados.

A formação de novos jogadores e clubes de futebol em Belo Horizonte, como o caso do *America*, foi possível em função da presença de espectadores desde os primeiros jogos realizados em 1904 no Parque Municipal. Segundo Souza Neto (2010), o público “assistente” era igualmente denominado de “amadores do futebol”, formado por membros da elite da cidade, que “[...] iam a campo não para torcer por um determinado time, mas sim para se situar em uma importante posição social: a dos *sportmen* e *sportwomen*, que tinha como marca indelével o amor ao esporte, notadamente o futebol.” (p. 22). Essa característica justifica a visão que se fazia dos espectadores, como aquela apresentada no depoimento de Raso (2012), que descreve os “amadores” como “[...] muito bem quistos [pela sociedade]. [...] Você vê que tem fotos aí dos jogos, que os homens iam de gravata, chapéu... [...] As mulheres de roupa de missa... [...] Os jovens eram, jovens casadoiros.”

Entretanto, a fundação do *Yale* e dos demais clubes suburbanos demonstrava que a popularização do futebol não se restringiria ao universo das camadas ricas e privilegiadas de Belo Horizonte. Souza Neto (2010), por exemplo, encontrou indícios de que, a partir de 1911, há uma maior diversidade socioeconômica do público que acompanhava as partidas de futebol na cidade. A crescente presença de espectadores durante os jogos de futebol possibilitou que esse “[...] esporte moderno rapidamente [passasse] a se estabelecer na lógica do interesse, [sendo considerado] um local de entretenimento coletivo, [fazendo com que] o treinamento e a eficácia [passassem] a exigir tempo e dedicação.” (SALLES, 2004, p. 5) A partir de então, nota-se a transformação do significado social da referida modalidade esportiva.

4.2 A Popularização do Futebol em Belo Horizonte e a Conformação do Jogo de Futebol como Produto da Indústria do Espetáculo Esportivo

O *Prado Mineiro*, dotado de instalações próprias para receber cerca de cinco mil espectadores (MHAB, 1898), ou aproximadamente 40% da população total de Belo Horizonte em 1900⁴³ (IBGE, 2007), é um importante espaço para se evidenciar a popularização para além das elites urbanas do público presente nos jogos de futebol ainda durante a década de 1910. A *Sociedade Prado Mineiro*, empresa construtora e gestora do espaço em questão, promoveu várias estratégias para que as práticas esportivas ali sediadas lhes rendessem dividendos. Os eventos de turfe ocorridos quinzenalmente no *Prado Mineiro* se caracterizavam pelo investimento que a referida empresa realizava, uma vez que, como aponta as anotações de Abílio Barreto, os cavalos eram importados da Guanabara, então Distrito Federal do país (MHAB, 1898). A promoção de eventos de turfe, por exemplo, caracterizou “[...] o esporte em seu viés econômico, sendo que a melhoria dos animais e a exploração do jogo de apostas eram dois elementos fundamentais de sua prática.” (RIBEIRO, 2007, p. 61)

Foi também no *Prado Mineiro* que Abílio Barreto registrou que, em meados de 1911, “O Yale jogando contra o Morro Velho cobra ingressos pela primeira vez” (MHAB, 1911). Segundo Souza Neto (2010), de acordo com os periódicos da capital o referido confronto futebolístico teve a participação da camada social da elite na arquibancada e de “populares” que ficaram “fora do recinto” (p. 32-33)⁴⁴. A venda de ingressos para assistir aos jogos de futebol deve ser entendida aqui através de duas perspectivas: ao mesmo tempo em que selecionava o público a partir do poder aquisitivo, uma vez que a elite acompanhava a partida dentro do *Prado* e os “populares” ficavam do lado de fora, também possibilitava que o jogo de futebol se constituísse em um produto comercializável, gerando receitas para os clubes e entidades que o promoviam.

No ano seguinte, Souza Neto (2010) apresenta que o *Athletico* realizou uma partida amistosa com o *Grambery*, clube da cidade mineira de Juiz de Fora. Estiveram presentes “mais de mil pessoas” no *Prado Mineiro* para acompanhar o jogo (SOUZA NETO, 2010, p.

⁴³ A população total de Belo Horizonte recenseada em 1900 era de 13.472 habitantes (IBGE, 2007).

⁴⁴ Apesar de Souza Neto (2010) abordar aspectos do confronto entre *Yale* e *Morro Velho* em 1911, o referido autor aponta que a primeira referência sobre a venda de ingressos em jogos de futebol ocorreu em 1916, provavelmente por não ter tido contato com a nota de Abílio Barreto “1911 – Julho – 17” (MHAB, 1911) aqui utilizada.

33) que foi vencido pela equipe visitante pelo placar de 5 a 1 (KALAPALO; OLIVEIRA; MOLIBIDÊNIO, 2009).

Apesar dessas iniciativas isoladas, o impulso maior na conformação do futebol como um espetáculo esportivo em Belo Horizonte aconteceu após a realização do primeiro campeonato de futebol, denominado Taça Bueno Brandão, organizado pelos clubes *America*, *Athletico* e *Yale*, com apoio do Poder Público Municipal e Estadual (COUTO, 2003), tendo sido vencido pela equipe *athleticana*. O principal aspecto desse evento foi que a disputa introduziu, mesmo que de forma incipiente, “[...] o sentimento de afeição pelos times” (SOUZA NETO, 2010, p. 40) por parte do público presente nas partidas, noção esta que aqui será tratada pelo conceito de “pertencimento clubístico”. A Taça Bueno Brandão também contribuiu para que fosse formada a LMSA, entidade que institucionalizou, a partir do ano de sua fundação, em 1915, uma temporada futebolística em Belo Horizonte (RIBEIRO, 2007).

Uma das primeiras iniciativas da LMSA foi a organização e realização de um campeonato que, assim como a Taça Bueno Brandão, teve seus jogos disputados no *Prado Mineiro*. O campeonato de 1915, novamente vencido pelo *Athletico*, é entendido por Souza Neto (2010) como um marco de transição do significado social atribuído pelos espectadores ao universo do futebol. É durante o desenvolvimento da competição que se observa a construção das noções de “pertencimento e rivalidades clubísticas”. Pela primeira vez os periódicos se referem aos espectadores pelo termo “torcedor” que, diferentemente da ideia de “assistência” com que eram tratados o público até então, trazia a noção de “pertencimento clubístico”.

Couto (2003) cita que, antes mesmo da organização das competições de 1914 e 1915, tal sentimento se fazia presente entre os atores sociais do “campo futebolístico” local. Em sua pesquisa, o autor em questão cita duas cartas de adeptos do *America* e do *Athletico* publicadas em um periódico belo-horizontino de 1914 alguns meses antes da realização da Taça Bueno Brandão. O conteúdo das mesmas evidenciava a formação da “rivalidade clubística” na capital mineira, uma vez que, cada um dos adeptos reivindicava para “seu clube” o *status* de campeões de 1913 com base nos jogos disputados e também o “título” de clube mais organizado de Belo Horizonte.

Se em 1913, o “pertencimento clubístico” já se fazia presente entre os espectadores dos jogos de futebol, após a realização das duas primeiras competições organizadas em 1914 e 1915, tal fator se intensificou. Os confrontos entre *America* e *Athletico*, dois clubes fundados

com características semelhantes, a saber, por representantes da elite urbana local, contribuíram para uma maior penetração social do jogo de futebol na cidade (SOUZA NETO, 2010). Segundo Couto (2003), “A conquista dos dois primeiros títulos pelo Atlético e a péssima campanha realizada pelo América fizeram com que os alviverdes se mobilizassem em torno da preparação de uma equipe mais competitiva.” (p. 99)

O campeonato de 1916 promovido pela LMSA inaugurou a sequência histórica do *America* de dez conquistas consecutivas (até 1925) em competições de futebol promovidas na cidade, o que lhe rendeu a alcunha de “Deca campeão”. Na iminência de perder pela primeira vez o campeonato de futebol de Belo Horizonte, o *Athletico* se funde ao *Sports Higiênicos* na última rodada, com o objetivo de reforçar seu time e evitar, sem sucesso, o título *americano* (PAIVA, 2012b), em mais uma evidência de que a competitividade futebolística relacionava-se à conformação do “pertencimento clubístico”.

No ano seguinte, o *America* foi novamente campeão, desta vez de forma invicta e sem levar sequer um gol durante toda a competição (PAIVA, 2012b). Ao final da competição e com o *status* de bicampeão da cidade, o clube realizou o primeiro jogo interestadual de sua história, convidando à capital mineira o então bicampeão carioca de 1914 e 1915, *Flamengo*, sendo derrotado pelo placar de 2 a 1. O confronto foi realizado sem a autorização da diretoria da LMSA que, a partir de então, foi cindida pelo *America*, acompanhado do clube suburbano *Sete de Setembro* (RIBEIRO, 2007).

A fundação da LMDT em 1917, através da atuação da CBD, substituiu a LMSA como entidade gestora dos esportes em Belo Horizonte, reunificando os clubes da cidade. A nova entidade reforçou os princípios amadoristas da prática do futebol, uma vez que não aceitava registro de atletas que recebessem gratificações ou que não fossem considerados amadores tal como definido pelos regulamentos da CBD. Ribeiro (2007) analisa o Estatuto da nova Liga que teria criado “[...] inúmeras barreiras [...] para a entrada de grupos pobres no meio esportivo local” (p. 86), pois não eram aceitos analfabetos e as profissões dos jogadores eram fiscalizadas pelo conselho superior da LMDT que julgava se as mesmas tinham “[...] nível moral exigido pelo amadorismo” (p. 86). Além da distinção social, a LMDT inaugurou na cidade a separação dos clubes em categorias a partir do campeonato de 1917 da seguinte forma: a Primeira Divisão, composta pelos principais e tradicionais clubes de futebol da cidade; e a Segunda Divisão, que congregou os clubes suburbanos recém-fundados e as equipes de cidades do interior próximo à capital (RIBEIRO, 2007), com exceção do *Villa*

Nova, agremiação gerida por empresários da mina de ouro da cidade de Nova Lima, limítrofe à Belo Horizonte que, pela influência de seus dirigentes, também participava da Primeira Divisão.

As exigências da Liga acerca do perfil socioeconômico dos atletas de futebol nos faz refletir que, apesar da convicção amadorista dos dirigentes esportivos da recém fundada entidade, os clubes de futebol recrutavam jogadores de camadas sociais heterogêneas, mas de destacada qualidade técnica, gratificando-os financeira ou materialmente. A proibição da LMDT em relação à participação dos pobres e analfabetos, além das premiações aos atletas nos leva a pensar que só se pode proibir o que se conhece na prática, ou seja, os clubes já inseriam tais grupos e os pagava algum benefício. O principal motivo dessa prática era assegurar o sentimento de “pertencimento clubístico”, tanto por parte dos torcedores, quanto dos próprios diretores dos clubes de futebol.

Esse estudo não foi suficiente para afirmar que as equipes belo-horizontinas eram organizadas a partir da lógica da remuneração e da gratificação aos jogadores na década de 1910. Entretanto, Santos (2010) apresenta que, desde meados da década de 1910, isso já acontecia com os principais atletas paulistas e cariocas. O historiador em questão cita que, em 1918, três atletas paulistas, Friedenreich do *Clube Athletico Paulistano*, Amílcar e Neco, ambos do *Sport Club Corinthians Paulista*, foram selecionados para representar a CBD no Campeonato Sul Americano. Para tanto, deveriam se deslocar para o Rio de Janeiro para tomarem parte nos treinos da seleção brasileira, recebendo, como “ajuda de custo”, 530\$000 (quinhentos e trinta mil réis), o equivalente a seis salários mensais de um operário do setor de fiação e mais que o dobro que o salário de um operário do setor de acabamento da fábrica carioca de Bangu, quantia considerada pelo referido pesquisador como mais do que suficiente para que os atletas em questão se deslocassem e permanecessem na então Capital Federal.

Segundo Santos (2010), o pagamento informal realizado aos atletas antes da regulamentação do futebol profissional no Brasil se constituía em um dos aspectos que possibilitavam aos clubes lucrar e acumular capital. Melhores jogadores representavam maiores possibilidades de vitória nos jogos e, ao mesmo tempo, um número maior de espectadores nos estádios e de torcedores para o clube, que consumiam seu principal produto, qual seja, o jogo de futebol.

Apesar de não constatar os mecanismos de composição das equipes de futebol belo-horizontinas através de remunerações ou gratificações aos jogadores, a popularidade da

referida modalidade esportiva na capital mineira fazia com que algumas empresas passassem a investir nas competições, criando, ainda que de forma incipiente, formas de patrocínio e propaganda atreladas aos jogos de futebol. Ainda em 1917, Paiva (2012b) cita a competição “Taça Casa Veado Muniadora”, vencida pelo *America*. A distribuidora comercial “Casa Veado” ofertava aos clubes convidados (*America*, *Athletico*, *Yale* e *União de Conselheiro Lafaiete-MG*), uma taça de prata avaliada em 500\$000 (quinhentos mil réis), o que, como vimos, equivalia a aproximadamente seis meses de salário de um mestre carpinteiro ou mestre de obras (COSTA, 2013). Assim, a “Casa Veado” reunia os três principais clubes de futebol da cidade atraindo para o *Prado Mineiro* diversos torcedores daquelas agremiações, atrelando sua marca às competições futebolísticas em crescente popularização. Sem antes, contudo, investir meio conto de réis (500\$000) na taça de premiação da competição, o que indica que, os dividendos alcançados com a propaganda no “campo futebolístico” eram vantajosos desde 1917.

Dos clubes convidados na “Taça Casa Veado”, destacam-se o *America* e o *Athletico* que, segundo Ribeiro (2007), prosperaram economicamente ao longo da década de 1910, configurando-se nas “[...] duas opções de associação [destinadas aos] [...] atletas oriundos das classes mais altas da capital mineira.” (p. 88) A trajetória desses clubes possibilitou aos mesmos a construção de novas sedes sociais, caracterizadas pela promoção de festas e bailes destinados à elite urbana belo-horizontina, e a oferta de novas modalidades esportivas. Cabe ressaltar que, nesse contexto, os associados não pagavam ingressos para assistirem aos jogos. Destaca-se, portanto, a parceria do *America* com o recém-inaugurado *Cine Pathé*, em 1920, congregando dois espaços símbolos da modernidade, indicando outra possibilidade de conformação do futebol como uma indústria do entretenimento. Segundo Paiva (2012b) os sócios do clube poderiam adquirir os ingressos com desconto do cinema na sede social do *America*, estimulando, assim, esportistas a frequentarem a sala de cinema e, ao mesmo tempo, incentivando os amantes da “sétima arte” a se associarem ao clube de futebol que se sagrava pentacampeão de futebol de Belo Horizonte naquele ano.

Se a década de 1910 termina com a consolidação dos clubes de futebol *America* e *Athletico* na sociedade belo-horizontina, Ribeiro (2007) apresenta que os anos de 1920 iniciaram com uma crise interna do *Yale* que culminaria na fundação da *Societá Sportiva Palestra Itália*, em alusão ao clube paulista homônimo que em 1920 sagrou-se campeão de futebol da cidade de São Paulo. O *Palestra Itália*, fundado em 1921 em Belo Horizonte tinha

os mesmos princípios do *Palestra* paulista: era composto essencialmente por membros da colônia italiana, tanto em sua diretoria, quanto por seus jogadores. Assim como o *Yale*, sua sede também era (e ainda o é) no bairro Barro Preto, espaço historicamente associado à população operária e de baixa renda na cidade.

Para Souza Neto (2010), a fundação do *Palestra Itália* é essencial no desenvolvimento da noção de “identidade clubística” ao vincular a colônia italiana belo-horizontina a uma agremiação esportiva específica. O sucesso em campo do *Palestra Itália* significava a inserção dos italianos na vida social da cidade, pois “Os imigrantes italianos, notadamente os comerciantes, não só apoiavam financeiramente o clube, como enxergavam nele uma oportunidade de reconhecimento social.” (SOUZA NETO, 2010, p. 49) Por isso, logo em seu primeiro ano de existência, o *Palestra Itália* possuía todas as exigências que a Liga fazia para participar do campeonato da Primeira Divisão.

No segundo ano em que disputou o campeonato de futebol da cidade, o *Palestra Itália* terminou como vice-campeão. Repetiu o feito por mais dois anos consecutivos, em 1923 e 1924, se afirmando como um dos principais clubes de futebol de Belo Horizonte junto com *America* e *Athletico*.

A fundação do *Palestra Itália* e os investimentos de *America*, *Athletico* e do próprio clube ítalo-brasileiro ao longo da década de 1920 inauguraram uma fase que consolidou o futebol como um produto ofertado pelos três principais clubes de futebol da cidade e pela Liga local. Tais investimentos estavam circunscritos à construção de novos estádios e praças esportivas em áreas centrais de Belo Horizonte, abandonando o “distante e pequeno” *Prado Mineiro* e, sobretudo, na montagem de equipes de futebol mais competitivas através do pagamento informal aos atletas.

4.2.1 Estratégias de Incremento de Público: os Estádios de Futebol e os Jogos Amistosos

O espaço de realização dos jogos de futebol devem ser compreendidos no presente contexto como espaço de produção e comercialização da mercadoria “jogo de futebol” que era ofertado pela Liga e pelos três principais clubes da cidade. Quanto maior os estádios, maior também era a possibilidade de arrecadação dos clubes. Se até então todos os jogos de futebol oficiais em Belo Horizonte eram disputados no campo do *Prado Mineiro*, em 1922 coube ao *America*, hegemônico nas competições locais até 1925, construir o primeiro estádio

exclusivamente de futebol da capital, dotado de arquibancadas de madeira com e sem cobertura. Além do campo de futebol, o terreno situado à Avenida Paraopeba, atual Avenida Augusto de Lima, era denominado por praça de esportes, pois, como relatou o pesquisador Paiva (2012a), a área possuía ainda quadras de tênis, de vôlei e de basquete. Segundo Souza Neto (2010), o estádio *americano* “[...] triplicava a possibilidade de absorção de pessoas ao espetáculo” (p. 54), uma vez que era projetado para receber cinco mil espectadores frente a capacidade de mil e quinhentos do *Prado Mineiro*⁴⁵.

Antes mesmo de ser inaugurado, o novo estádio se apresentava como uma possibilidade de ser um produto comercializável. Paiva (2012b) aponta que em 20 de abril a planta da obra foi exposta nas vitrines da loja “Parc Royal”. O estabelecimento comercial divulgava o projeto do estádio sabendo do interesse público pelo futebol, atraindo assim aqueles interessados pelo referido esporte na cidade, sobretudo os torcedores do *America*, possibilitando um aumento de clientes para a loja. Periódicos consultados em 1930 apresentam anúncio da “Parc Royal” no periódico especializado em esportes *Folha Esportiva* demonstrando que o estabelecimento comercial tinha como política associar sua marca ao “campo futebolístico” de Belo Horizonte.

⁴⁵ Esse dado apresentado pelo autor contradiz o documento do acervo histórico do memorialista Abílio Barreto que apresenta capacidade do *Prado Mineiro* também para cinco mil espectadores, tal como citado na página 88. Entretanto, o principal destaque para a iniciativa do *America* está em edificar um espaço de prática esportiva dotado de instalações para receber o público em área central da cidade se comparado ao *Prado Mineiro*.

Figura 7 – Aspecto geral de página da *Folha Esportiva* de 21 de maio de 1930 com propaganda da loja “Parc Royal”



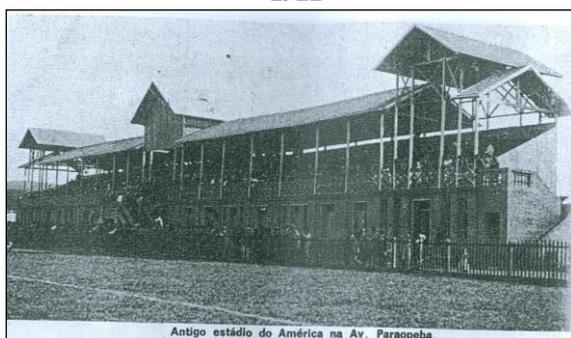
Fonte: FOLHA ESPORTIVA, 1930, p. 14.

O orçamento do estádio também merece ser destacado como uma evidência do capital econômico que os sócios do clube tinham, tendo sido avaliado em 1921 no valor de 40:000\$000 (quarenta contos de réis), quantia equivalente aproximadamente à arrecadação anual do *Fluminense* do Rio de Janeiro em bilheteria dos jogos de futebol (SANTOS, 2010). O clube, com influências políticas, conseguiu uma “[...] subvenção do Congresso Mineiro” (PAIVA, 2012b) no valor de 6:000\$000 (seis contos de réis).

A primeira partida realizada no novo estádio aconteceu no ano de 1922, com o confronto entre as duas principais agremiações esportivas da temporadas: o campeão de futebol da cidade naquele ano e anfitrião da “festa”, o *America*, e o *Palestra Itália*, clube que terminou na segunda posição no campeonato de 1922. A escolha da equipe que enfrentaria o “dono do estádio” foi, certamente, pensada com vistas a atrair um maior público pagante.

Entretanto, a principal partida de futebol inaugural do estádio *americano* aconteceu em 1923, quando o *America* convidou o *America* do Rio de Janeiro para uma partida amistosa. Os guanabarininos haviam visitado a capital mineira em 1911, à convite do *Yale*, tendo despertado grande interesse público entorno de seu futebol, como demonstram Ribeiro (2007) e Souza Neto (2010). Em 1923, o *America* carioca voltava à Belo Horizonte, desta vez com o título de campeão de futebol local de 1922, sendo este um dos principais pontos que atrairiam o público ao espetáculo, promovido pelo então heptacampeão da cidade, o *America*.

Foto 1 – Arquibancada do Estádio do América de 1922



Fonte: REVISTA AMÉRICA, 1971, s/p.

Foto 2 – Presidente do Estado, Raul Soares, no amistoso entre América-MG vs América-RJ em 1923



Fonte: REVISTA AMÉRICA, 1971, s/p.

O evento contou com a participação do Presidente do Estado de Minas Gerais na ocasião, Raul Soares, que, vestido de fraque, cartola e bengala, deu o chute inicial da partida. Como pode ser visto nos registros fotográficos (Foto 2), as arquibancadas foram completamente tomadas pelo público, demonstrando o sucesso da empreitada *americana*.

O *America* realizou ainda mais um amistoso interestadual no referido ano que merece ser destacado. A disputa foi promovida pelo *Centro Colonia Portuguesa* de Belo Horizonte que convidou o clube carioca *Vasco da Gama*, equipe de destacada qualidade técnica e que liderava a competição carioca daquele ano. O *Vasco da Gama* de 1923 é apontado pela literatura como caso paradigmático para se compreender as transformações do *status* “amador” e “profissional” no futebol carioca, uma vez que praticava pagamentos informais a seus atletas de forma radical, permitindo que os mesmos se dedicassem exclusivamente às atividades futebolísticas, como demonstram Caldas (1990), Silva (2000) e, sobretudo Santos (2010), conformando assim uma profissão, tal como proposto pela teoria Eliasiana (2001).

Em 1923, outro estádio foi inaugurado em Belo Horizonte. Desta vez, seria o do *Palestra Itália*, também situado à Avenida Paraopeba, no bairro Barro Preto. Com menos de dois anos de existência, os *palesrinos* demonstrava o capital econômico de seus associados, dirigentes e jogadores que, juntos, edificaram o referido estádio (MHAB, 1986). A partida inaugural foi o amistoso interestadual que antepôs novamente mineiros a cariocas, desta vez com o confronto entre *Palestra Itália* e *Flamengo*, clube que havia conquistado o campeonato de futebol da cidade do Rio de Janeiro de 1920 e 1921, além de ter terminado na segunda colocação nos dois anos seguintes, configurando-se, portanto, em uma das equipes mais destacadas de futebol daquele centro urbano.

As inaugurações dos estádios do *America* e do *Palestra Itália*, respectivamente em 1922 e 1923, intensificaram a realização dos amistosos interestaduais na capital mineira. No presente contexto, tais confrontos devem ser compreendidos como eventos que reforçavam o prestígio das equipes belo-horizontinas que o promoviam e, ao mesmo tempo, constituíam oportunidades para os clubes aumentarem suas receitas decorrentes da venda de ingressos, ofertando jogos de futebol de interesse para os adeptos do futebol. Por isso, os clubes convidados eram, na maioria das vezes, equipes campeãs ou com destacado desempenho nas competições de suas cidades.

A partir de 1923, a relação de amistosos interestaduais de clubes belo-horizontinos com cariocas e paulistas é extensa. No ano de 1923, utilizando do estádio do *Palestra Itália*, o *Athletico* convidou o *Botafogo Futebol Clube* para um amistoso, vencido pelos cariocas por 4 a 2 (KALAPALO; OLIVEIRA; MOLIBIDÊNIO, 2008c). Dois anos após, houve a realização dos amistosos de *America*, *Athletico* e *Palestra Itália* com a *Caçapavense*, equipe do interior paulista. Ainda no mesmo ano, o *America* (PAIVA, 2012b) e o *Palestra Itália* (PALESTRA...b, 2012) convidaram o *Sport Club Syrio* de São Paulo para amistosos em Belo Horizonte, ambos realizados no estádio *americano*. O *Syrio* havia sido terceiro colocado da competição paulistana de futebol nos anos de 1923 e 1924. Tal clube enfrentou o *Palestra Itália* em Belo Horizonte novamente, dessa vez no estádio *palestrino*, em 1927 e 1928 (PALESTRA...c, 2012; PALESTRA...d, 2012). Em 1927, o *Palestra Itália* confrontou em seu próprio estádio a equipe da colônia lusitana carioca, o *Vasco da Gama*, bicampeão guanabarinense entre 1923 e 1924 (PALESTRA...a, 2012).

No ano de 1929 ocorreu dois marcos importantes relacionados às praças esportivas de Belo Horizonte. O primeiro deles refere-se à inauguração do estádio do *Athletico* localizado

no bairro de Lourdes que, assim como o estádio *americano* de 1922, foi construído a partir da parceria do Governo do Estado, à época presidido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (ESTÁDIO..., 2012) e pelo próprio clube. Por isso, o local foi nomeado *Estádio Antônio Carlos*, com capacidade incerta, sendo indicada por Ziller (1997) como sendo de cinco mil espectadores, por Silveira (2006) de dez mil pessoas, e por Souza Neto (2010) como sendo de quinze mil torcedores, representando um incremento de público presente em jogos de futebol significativo se comparado às demais praças esportivas até então existentes na capital mineira.

Foto 3 – Inauguração do Estádio Antônio Carlos em 1929



Fonte: ESTÁDIO..., 2012.

A inauguração do referido *Estádio* aconteceu em uma disputa amistosa interestadual, como era de costume, onde se confrontaram o *Athletico* e o *Corinthians Paulista*, clube tricampeão paulista de futebol entre 1928 e 1930. A foto oficial (Foto 3) que registrou o acontecimento demonstra o aspecto das arquibancadas ao fundo, completamente tomadas pelo público que assistiu a vitória *athleticana* pelo expressivo placar de 4 a 2. Souza Neto (2010) indica que alguns estabelecimentos comerciais da cidade fecharam para que os funcionários assistissem à partida. Outro aspecto destacado sobre a fotografia acima exposta é a propaganda ao alto da arquibancada de uma companhia de bebidas alcoólicas, indicando, como vimos desde a década de 1910, o aspecto potencial em associar marcas de produtos a eventos futebolísticos na capital.

De posse de seu novo estádio, o *Athletico* promoveu ainda três amistoso interestaduais no referido ano: contra a Seleção Fluminense, e contra os clubes *São Cristóvão* e *Flamengo*, ambos do Rio de Janeiro. Em princípios de 1930, a diretoria *athleticana* iluminou artificialmente o *Estádio Antônio Carlos* (SILVEIRA, 2006), permitindo assim que a mercadoria “jogo de futebol” passasse a ser ofertada durante a semana a noite, uma vez que os jogos de futebol eram restritos aos finais de semana, inaugurando uma nova possibilidade de acumulação de capitais para os clubes.

O segundo marco de destaque no ano de 1929 refere-se à inauguração do novo estádio do *America* na Avenida Araguaya, atual Avenida Francisco Salles, no bairro Santa Efigênia, uma vez que o anterior havia sido desapropriado pela Prefeitura Municipal para edificação do “Mercado Central”. As benfeitorias da nova praça esportiva do *America* foram promovidas pela Prefeitura como forma de indenizar a desapropriação de seu antigo estádio. O orçamento do novo estabelecimento foi de 1.000:000\$000 (mil contos de réis) (HALFELD, 1928), quantia correspondente às despesas do clube carioca *Vasco da Gama* no ano de 1928 (SANTOS, 2010). O novo estádio foi inaugurado em outubro de 1929 (MHAB, 1928), com partida amistosa do *America* contra o *Fluminense Futebol Clube* do Rio de Janeiro, principal defensor do profissionalismo no futebol carioca. Em 1931, o *America* repetia o feito do *Athletico* ao anunciar a “Instalação de refletores no estadio [...]” através de contrato com a General Electric. (INSTALAÇÃO..., 1931, p.10)

Em princípios da década de 1930, as fontes consultadas explicitavam que os amistosos se constituíam em fonte de renda para os clubes brasileiros, constatando a existência de uma indústria do espetáculo esportivo no futebol nacional. Em 1933, por exemplo, o *Estado de Minas* divulgava que o *São Paulo Futebol Clube* receberia do *Club Athletic River Plate* a quantia de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) para realizar um amistoso na capital argentina (A VISITA..., 1933, p. 6). Um ano antes, *O Chronista* anunciava a vinda do próprio *São Paulo* para realizar um amistoso com o *Athletico*, evidenciando que os clubes belo-horizontinos pagavam outras agremiações esportivas com o objetivo de promover destacados espetáculos esportivos (A PROXIMA..., 1932, p. 1).

Amistosos entre as principais equipes da cidade também eram utilizados como forma de produzir novos espetáculos esportivos. Em 1931, o *Estado de Minas* criticava da seguinte maneira a postura de *America* e *Athletico* de se enfrentarem amistosamente durante as férias desportivas da LMDT: “Extranhamos também que os clubs, numa prova de pouco zelo pela

saúde de seus amadores, insistam em promover jogos, visando unicamente o accrescimo de suas rendas.” (NUMA PARTIDA..., 1931, p. 6) O periódico em questão explicitava que a partida entre *americanos* e *athleticanos* cumpria o propósito único de ter suas rendas acrescidas, não importando se a época para se praticar futebol fosse ou não adequada.

Além dos amistosos interestaduais promovidos pelos três principais clubes de futebol de Belo Horizonte na década de 1920, os acervos digitais consultados (Canto do Galo para os dados do *Athletico* e *CruzeiroPedia* para as informações do *Palestra Itália*), além da publicação de Paiva (2012b), indicam vários confrontos amistosos realizados entre as equipes belo-horizontinas e times de outras cidades de Minas Gerais, tais como Lavras, Sete Lagoas, Queluz (atualmente Conselheiro Lafaiete), São João del Rey, Uberaba e, sobretudo, Juiz de Fora, que contava com uma sub-liga de esportes organizada vinculada à LMDT. A maior parte desses amistosos servia como preparativo das equipes para as competições de futebol e como intercâmbio futebolístico entre as cidades.

No ano de 1925 as fontes indicam que tais excursões dos clubes da capital para realizar amistosos no interior do Estado evidenciavam outro objetivo, que era o de se recrutar novos jogadores com destacada qualidade técnica para a montagem de equipes mais competitivas. Se maiores estádios possibilitavam uma maior arrecadação de bilheteria, times mais competitivos, compostos por atletas mais preparados, viabilizavam vitórias e títulos, contribuindo para aumentar o fenômeno das torcidas e, conseqüentemente, as rendas dos jogos de futebol.

4.3 Aspectos da Profissionalização do Jogador de Futebol em Belo Horizonte

Em meados da década de 1920, os três principais clubes da cidade começaram a organizar equipes através da cooptação de atletas inscritos, por meio de incentivos aos mesmos, uma vez que eram inscritos como amadores em outras equipes de futebol, apesar da Liga regulamentar a prática do futebol apenas através dos princípios amadoristas que, como vimos, apresentava mecanismos que coíbiam as premiações, as gratificações, o regime profissional e os pobres na prática do futebol. Os dirigentes esportivos ofereciam gratificações materiais, financeiras, empregos, financiamento de estudos e demais compensações que faziam com que os atletas de destacada qualidade técnica deixassem seus clubes de origem para defenderem outra agremiação. Para cumprir com as exigências da Liga, os jogadores

pediam desligamento do clube, que até então, defendiam apresentando nova ficha de inscrição de sócio de outro clube. Além disso, apresentavam-se como funcionário de algum estabelecimento comercial ou indústria vinculada a algum dirigente ou torcedor dessa nova equipe, ou ainda comprovavam-se estudantes regularmente matriculados na Universidade de Minas Gerais (UMG)⁴⁶.

A expressão “amadorismo marrom” foi cunhada por Rodrigues Filho (1964) para designar a referida prática dos clubes de futebol de inscreverem atletas na condição de amadores, cumprindo as prerrogativas regulamentares das Ligas, contudo remunerando-os ou compensando-os material ou financeiramente para que os mesmos praticassem as atividades futebolísticas. Inicialmente utilizada para se referir ao universo futebolístico carioca e paulista, o “amadorismo marrom” ou mesmo “profissionalismo marrom” se tornou expressão típica para designar a indefinição da condição dos jogadores de futebol na década de 1920, que, se não eram contratados pelos clubes, tampouco praticavam a referida modalidade esportiva como um atleta amador dos primeiros anos de difusão e consolidação do “campo futebolístico”. Em seu depoimento, Barreto (2012) explica que a expressão é utilizada e definida da seguinte maneira: “E existia também o amadorismo que eles chamavam de amadorismo marrom. Aqueles que jogavam em time amador, mas recebiam por fora. [...] Então era um profissionalismo marrom [...] Amadorismo marrom. Porque não era profissional, mas também não era amador. Então era um amador marrom.” A entrevista com Raso (2012) corroborou a noção apresentada por Barreto (2012), dando-lhe ainda mais um significado que permeava a expressão: “Isso porque naquela época era por trás do pano né. O marrom aí significaria sujeira. [...] A cor escura. [...] Pagar por fora.” Nota-se, portanto, que, ambos apresentam a ideia de se “receber por fora”, definindo o “amadorismo marrom” como uma prática extraoficial dos clubes perante os regulamentos das entidades gestoras do esporte. Na fala de Raso (2012) é possível evidenciar também um preconceito social latente de que a “cor escura” representava “sujeira”, indicando que a prática do “amadorismo marrom” se caracterizou pela ilegalidade, ausência de visibilidade, a não regulamentação e também, pela inserção de pobres, analfabetos e negros no universo do futebol, alterando a percepção social que se tinha acerca desse atleta.

O preconceito social contra aqueles que, como apresenta Bourdieu (1983), passaram a ter o futebol como possibilidade de ascensão social, se expressa, por exemplo, na própria

⁴⁶ Atualmente Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

trajetória biográfica de Barreto (2012). Nascido em 1922 no bairro da Lagoinha e criado ali mesmo entre as décadas de 1930 e 1940, teve contato com a prática do futebol enquanto uma brincadeira de rua, através das tradicionais “peladas”. Durante esse período em que viveu na Lagoinha, ingressou no *Vera Cruz*, clube amador que, como relatou o entrevistado, possuía um “[...] campo de terra [...]” e vestia a camisa “[...] igual ao do *Vasco*. [...] Era preta com a cruz de malta.” (BARRETO, 2012) Em certa ocasião, foi bordado por Saint’ Clair Valadares, ex-jogador do *America* durante a campanha do decacampeonato, e então presidente do *Sete de Setembro*, que estaria interessado em leva-lo ao clube *setembrino*, para profissionalizá-lo como jogador de futebol. Como ele próprio relatou “[...] meu pai não deixou que eu fosse profissional não. [...] Porque na época que eu jogava, jogador profissional era considerado cafajeste. Não dava pra nada ia ser jogador de futebol.” (BARRETO, 2012)

Raso (2012) corroborou a imagem pejorativa e preconceituosa que se consolidou na década de 1930 e 1940 a partir da regulamentação do futebol profissional. Segundo o entrevistado, “A sociedade achava que [o jogador profissional] era mais vagabundo, coisa assim.” (RASO, 2012) Essa percepção difere-se, em grande medida, daquela encontrada para as primeiras décadas do século XX, quando os praticantes do futebol eram tidos como membros da “alta sociedade” belo-horizontina. Tal transformação de significado social do jogador de futebol processou-se justamente durante o “amadorismo marrom”, quando os clubes, interessados em aumentarem suas torcidas, suas receitas com sócios e público pagante, e o prestígio social de seus dirigentes, passaram a almejar a “vitória a qualquer custo”, como me pontuou Paiva (2012a).

Os periódicos consultados, bem como as publicações de pesquisadores sobre os três principais clubes belo-horizontinos, evidenciam que, a partir do ano de 1925, o “amadorismo marrom” passou a ser praticado no “campo futebolístico” local, coincidindo com a interrupção de dez vitórias consecutivas do *America* nas competições de futebol da cidade, sem haver qualquer relação aparente entre os dois fatos. O trecho de documento do acervo do MHAB a seguir transcrito é um dos indicativos de que o ano em questão deve ser considerado como marco inaugural da prática do “amadorismo marrom” em Belo Horizonte, ou do “falso amadorismo”, expressão que também foi recorrentemente utilizada para se referir à prática irregular de se arregimentar jogadores gratificando-os material ou financeiramente:

Lá pelo ano de 1925 inaugurou-se no Brasil, em seus dois maiores centros esportivos que são Rio e S. Paulo, o que viria a suceder em Belo Horizonte, o regime do falso amadorismo, isto é, os clubes maiores e de melhores condições

financeiras arrebanhavam de outros clubes e mesmo do interior grandes jogadores para fortalecer suas equipes mediante compensações financeiras ou de outras quaisquer espécies, tudo, isto é claro, feito dentro do maior sigilo, pois a CBD não permitia a mercantilização em qualquer hipótese do nosso futebol ou de outra qualquer espécie do esporte. Havia mesmo jogadores que recebiam grandes somas em relação à época. Tal modalidade introduzida era chamada de ‘amadorismo marrom’. Regra geral o jogador vinha de fora ou mudava de clube em troca de melhores empregos, etc. (MHAB, 1986)

O documento em questão reitera os significados sobre o “amadorismo marrom” que Barreto (2012) e Raso (2012) apresentaram. Nota-se que estão presentes na de “amadorismo marrom” a ideia de que esta era uma prática não regulamentada pela entidade máxima de gestão do futebol nacional, a CBD, e que, para realiza-la, os jogadores eram pagos, por exemplo, através de “melhores empregos”, e não por meio da prática do futebol. O próprio *America*, que se sagrou decacampeão no ano de 1925, teria sido um dos clubes da cidade que iniciou tal prática, como está apresentado no trecho que se segue do mesmo documento:

Aqui mesmo, naquele ano de 1925, o América F. C., embora já tendo uma grande equipe de futebol composta de legítimos amadores, mandou vir de Uberaba, interior de S. Paulo, etc., grandes azes que deixaram recordações a todos aqueles que tiveram a ventura de vê-los atuar. (MHAB, 1986)

O trecho em questão demonstra que nos primeiros anos, a prática do “amadorismo marrom” convivia com a presença de atletas “legitimamente amadores”, ou seja, que não recebiam nenhuma remuneração, gratificação ou benefício direto da prática do futebol e tampouco tinham que cumprir obrigações estipuladas pelo clube. Mesmo após a consolidação da prática do “amadorismo marrom” pelos principais clubes da cidade encontramos evidências de que os atletas pagos e gratificados material e/ou financeiramente pela prática do futebol atuavam, lado a lado, com aqueles convictos sobre a filosofia política amadorista. Antonio Caldeira Tupá, que jogava na posição de meia direita no *America* em 1930 demonstrava essa convivência dos *status* do jogador de futebol ao defender o amadorismo em entrevista à *Folha Esportiva*:

[...] Isto de teams para mim não tem importancia. Pelo meu club tudo darei, até mesmo no quarto team.

Quero é lutar pelo America!

Seramente que me aborreço quando vejo companheiros meus zangados por não pertencerem á equipe principal.

Tola vaidade. Isto precisa acabar. Somos amadores do club, e tudo faremos por elle, em qualquer que seja a equipe. Classificação não nos deve interessar. Acima de tudo está o amor ao pavilhão alvi-verde. Coração é coração. (PELO..., 1930, p. 7)

Categorias importantes para Tupá eram os sentimentos de “amor ao clube”, o que em 1925 se mostrava ausente em relação aos “grandes azes” que o *America* mandou vir de Uberaba. Segundo Paiva (2012b), “[...] os americanos não pouparam esforços, buscando jogadores já consagrados nacionalmente”. (p. 57), como Badú, Pequitote, Sangueira, Tango, Vespú e Villa. O texto de Paiva (2012b), e também o documento do MHAB, evidenciam que os dirigentes do *America* haviam “buscado” tais jogadores, como se os mesmos fossem mercadorias valiosas para compor a equipe, e não sócios interessados em defenderem as cores *americanas* como “legítimos amadores”. O indício de que quatro desses atletas eram “amadores marrons” reforça que os mesmos se constituíam em jogadores de destaque em seus clubes de origem, que por sinal, eram de outras cidades do país, sendo, portanto, de interesse do *America* tê-los em seus quadros como forma de ter uma equipe mais competitiva no ano de 1925. Pequitote, por exemplo, conhecido como “pernas de alicate”, foi um dos principais ídolos da história do *Botafogo Futebol Clube*, tendo também atuado pelo *Comercial Futebol Clube*, ambos de Ribeirão Preto-SP (PASSOS, 2011). Vespú também se consagrou como jogador do mesmo *Comercial* do interior paulista, como demonstra Acervo Histórico do Santos Futebol Clube (SANTANA, 2012).

Badú (KALAPALO; OLIVEIRA; MOLIBIDÊNIO, 2008g; DIOGO, 2012) e Tango (TRIDA, 2011) são casos mais interessantes de serem analisados, uma vez que encontramos referência de ambos durante as décadas de 1920 e 1930 no *Sport Club Uberaba*, agremiação esportiva do interior de Minas Gerais. O ano de 1925 teve início para o futebol *americano* com um jogo amistoso contra o próprio *Uberaba*, na cidade uberabense (PAIVA, 2012b), mesmo ano em que os jogadores do clube do interior mineiro foram inscritos pelo *America* junto à LMDT.

A viagem do *America* a Uberaba e a inscrição dos jogadores uberabenses pelo clube belo-horizontino, ambos no ano de 1925, poderiam soar como coincidência. Entretanto, analisando o relato de Cardoso (2009)⁴⁷ sobre a trajetória futebolística de seu avô, o Cardosinho, jogador do *Athletico* entre os anos de 1926 e 1928, acreditamos que *americanos* e *athleticanos* começaram a fazer de suas viagens ao interior mineiro uma estratégia para se conhecer novos atletas, convencendo, por meio de gratificações e compensações materiais e

⁴⁷ Agradecemos a Márdel Cardoso, professor da Universidade Nove de Julho de São Paulo, o comentário feito sobre a apresentação oral no I Encontro Internacional de Gestão do Esporte e do Entretenimento, quando então indicou a trajetória biográfica de seu avô, José Antônio Cardoso, como prática de “amadorismo marrom” em Belo Horizonte durante a década de 1920.

financeiras, aqueles de destacada qualidade técnica, a serem inscritos pelos clubes da capital mineira.

Cardoso (2009) escreveu a biografia esportiva de Cardosinho a partir das memórias de seu avô que “[...] começou a narrar sua impressionante história [...] [quando] estava doente. [...] simplesmente eu [Márdel Cardoso] não conseguia parar de ouvir”. Vários trechos se destacam no texto de Cardoso (2009), sobretudo aqueles referentes ao contato do jogador com o presidente do *Athletico*, do emprego que conseguiu na Prefeitura de Belo Horizonte e das “ajudas” que recebeu para terminar os estudos. Pela importância que julgamos ter na presente análise, reproduzimo-nos aqui:

[...] Cardozinho (*sic*) se destacou justamente quando entrou em campo contra o Galo em 1925 marcando o único gol da equipe de Juiz de Fora [*Sport Club Juiz de Fora*] que perdeu por 3x1. Foi convidado pelo próprio presidente do Galo a vestir o manto alvi-negro das Gerais. O presidente entrou em campo para falar com ele, trajando uma imensa cartola em sua cabeça e vestindo Fraque, traje típico da elite na época. [...]

Como em 1926, ainda (*sic*) não existia ainda (*sic*) o profissionalismo, eles [dirigentes do *Athletico*] arrumaram um emprego para ele [Cardosinho] na prefeitura municipal de Belo Horizonte [...] Depois que ele se formou no Colégio Arnaldo, ele passou a residir numa pensão, perto do Colégio Arnaldo (*sic*) paga pelo Clube Atlético Mineiro, que além de sua alimentação, ainda o ajudava na aquisição de livros. [...]

[...] Anos depois ele entrou para a UFMG [à época UMG] para estudar Engenharia Civil (*sic*) antes do final da década de 20, se formando em Engenharia Civil (*sic*) em 1932. Deixou o time do Atlético Mineiro em 1929 porque o futebol estava atrapalhando seus estudos de engenharia. Depois de formado construiu vários estádios em pequenas cidades mineiras. Era moda da época os estádios possuírem uma concha acústica. Participou da construção do grande Hotel de Araxá. (CARDOSO, 2009)

Foto 4 – Cardosinho, lateral direito do *Athletico* entre 1926 e 1928



Fonte: CARDOSO, 2009.

Constatou-se, portanto, pelo texto biográfico de Cardosinho que o mesmo foi convidado a jogar pelo *Athletico* em 1925 em função de seu desempenho destacado durante partida amistosa contra o clube belo-horizontino, uma vez que marcou “o único gol da equipe de Juiz de Fora”, evidenciando assim, que a equipe *athleticana* daquele contexto não era composta apenas por jogadores com “identificação clubística”, mas também por aqueles cujas qualidades técnicas pudessem garantir-lhe resultados positivos em campo. Jogando futebol em alto nível, ao lado de um dos trios atacantes mais famosos da história do *Athletico* formado por Mário de Castro, Jairo e Said, Cardosinho comprovava a possibilidade de se ascender socialmente em meados de 1920, uma vez que o esporte lhe rendeu um emprego na repartição pública, além de auxílio financeiro para concluir seus estudos, tornando-se engenheiro civil renomado, a ponto de participar da construção do Grande Hotel de Araxá, uma das estâncias minerais mais famosas do país. Tudo isso graças às influências políticas dos dirigentes *athleticanos*, membros da elite da época, que vestiam “fraques, cartolas” e eram capazes de empregar atletas na Prefeitura de Belo Horizonte.

A história de Cardosinho reitera também a mudança de percepção social acerca do jogador de futebol que vinha se processando. Diante da possibilidade de escolher entre a carreira futebolística e a acadêmica, Cardosinho “Deixou o time do Atlético Mineiro em 1929 porque o futebol estava atrapalhando seus estudos de engenharia.” (CARDOSO, 2009) Relembrando a fala do pai de Barreto (2012): “[...] jogador profissional era considerado

cafajeste.” Melhor, portanto, ser engenheiro, no caso de Cardosinho, ou jornalista, como o próprio Barreto (2012).

Carlos Brant, que jogava como *center-half*⁴⁸, é mais um caso paradigmático que evidencia que as relações entre alguns atletas e os clubes de futebol pautavam por uma lógica distinta àquela presente no regulamento amadorista da Liga Mineira. Ainda em 1925, Silveira (2006) apresenta que o *Athletico* inscreveu o referido jogador na LMDT, tendo, para tanto, se desligado do *Sete de Setembro*, seu ex-clube. O *Athletico* teria dado aos *setembrinos* uma bola da marca *olympic* para conseguir a liberação da inscrição do atleta junto à Liga, outro indício de que os principais clubes de Belo Horizonte investiam na composição de suas equipes para disputar o campeonato daquele ano.

Apesar dos investimentos do *Athletico* e dos “reforços” *americanos*, o campeonato de 1925 foi concluído com a realização de apenas três rodadas, pois os clubes desistiram da competição, tendo o *America* se sagrado campeão pela décima vez consecutiva⁴⁹. Os motivos da desistência dos demais clubes não foram encontrados, apesar que a fonte institucional do *America* apresenta que o abandono dos participantes se fez “[...] diante da flagrante superioridade do quadro alvi-verde [*America*] [...]” (REVISTA AMÉRICA, 1971, s/p). O investimento realizado pelo *Athletico* a partir de 1925 lhe renderia posteriormente o bicampeonato local entre os anos de 1926 e 1927, quando a normalidade da competição foi novamente reestabelecida. Terminava assim a hegemonia futebolística do *America* em Belo Horizonte, demonstrando que o investimento realizado pelo clube *athleticano* lhe dera retorno.

A partir de meados da década de 1920 o *Palestra Itália* também procurou montar equipes mais competitivas permitindo jogadores que não eram exclusivamente membros da colônia italiana a partir de 1927, apesar de guardar certa preferência pelos jogadores e treinadores ítalo-brasileiros (SILVA, 2006). Em 1927 os dirigentes *palestrinos* inscreveram na LMDT seis jogadores que atuavam pelo *Palestra Itália* de São Paulo, são eles: Morganti, Morgantinho, Carazzo, Osti, Arnaldo e Gutierrez. Destes, o único não descendente de italianos era Carazzo, espanhol radicado no Brasil que, mesmo assim, era ex-jogador do clube

⁴⁸ Posição no jogo que atualmente se assemelha a do volante.

⁴⁹ O deca-campeonato *americano* foi homologado pela Federação Mineira de Futebol no ano de 2012. Alguns pesquisadores insistem em não reconhecer o título de 1925 tendo como base documento oficial da Liga, publicado no jornal *Estado de Minas* de 16 de janeiro de 1931, que apresenta que “O campeonato de 1925, do qual poucos jogos se realizaram foi considerado inexistente para todos os efeitos em reunião conjunta da directoria da Liga, com os presidentes dos clubs interessados (Acta de 18 de dezembro de 1925).” (TAÇAS..., 1931, p. 6)

italo-brasileiro paulista. Ainda, nesse mesmo ano, inscreveu também o ex-jogador do *Palestra Itália*, e ex-técnico da Seleção Paulista e da Seleção Brasileira de Futebol, Matturio Fabbì, de ascendência italiana, como técnico de sua equipe.

Além dos jogadores do *Palestra* paulista, foram também inscritos pelo *Palestra* belo-horizontino os jogadores Nereu, zagueiro, e Zezinho, atacante, ambos do *Syrio Horizontino* de Belo Horizonte (MHAB, 1986). Segundo documento do MHAB, “Era tão forte o quadro palestrino que dois jogadores vindos de S. Paulo (Arnaldo, zagueiro e Gutierrez, ponta direita), não foram aproveitados no primeiro quadro, disputando todo o campeonato [de 1928] pelo segundo quadro. [...]” (MHAB, 1986) O investimento *palestrino* lhe rendeu o tricampeonato da cidade entre 1928 a 1930, sendo os dois últimos conquistados de forma invicta. Além disso, o *Palestra Itália* conseguiu arrecadar avultosas quantias de bilheteria dos jogos, uma vez que entre os anos de 1928 e 1930 a média de público registrada foi de cinco mil espectadores (SILVEIRA, 2006), em uma época que a cidade contava com cerca de 60 mil habitantes (IBGE, 2007).

Segundo Silveira (2006), Morganti, Morgantinho, Carazzo e Osti foram empregados na indústria e comércio dos associados do *Palestra Itália*, cumprindo assim a exigência da LMDT para a prática amadora do futebol que consistia no fato de que os jogadores deveriam ser trabalhadores e não viverem dos dividendos da prática esportiva. Como apresentado no tópico “As Instituições de Gestão do Futebol Carioca e Nacional e a Profissionalização do Futebol”, a *Cia. Progresso Industrial*, dona do *Bangu* passou a ver a possibilidade de conseguir novos clientes ao associarem a marca da indústria às “populares” competições de futebol, selecionando novos operários que tinham destacada qualidade técnica futebolística com o objetivo de alcançar melhores resultados no campeonato carioca. Os “operários-jogadores” (CALDAS, 1990) se destacavam por realizarem tarefas menos extenuantes na indústria afim de poupar energia para praticarem o futebol em alto nível.

Paiva (2012a) explicou que para a existência desses “operários-jogadores” em Belo Horizonte se dava a partir da organização clubística *palestrina*, uma vez que, “Muitos desses funcionários [empregados por dirigentes associados ou torcedores do *Palestra Itália*] eles serviam na fábrica, mas não trabalhava (*sic*). [...] O craque não trabalhava. [...]” A matéria do *Estado de Minas* sobre o confronto entre *Athletico* e *Palestra Itália* válido pelo campeonato da cidade de 1931 comprova o fato de que a colônia italiana admitia os atletas *palestrinos* e também evidencia que os “operários-jogadores” (CALDAS, 1990) inscritos pelo clube italo-

brasileiro exerciam atividades mais leves para se dedicar com mais vigor aos jogos. Às vésperas do referido confronto, o periódico em questão apresentava que "[...] Carazzo, o inteligente e habil 'mestre' da pelota, foi surpreendido quando desempenhava a sua profissão na fabrica de moveis da firma Irmãos Gardini, á rua Curityba." (CARAZZO..., 1931, p. 6) A nota era sucedida de uma entrevista do jogador que dava suas impressões sobre o jogo. A “fábrica de móveis Irmãos Gardini” demonstra a ascendência ítalo-brasileira dos empregadores de Carazzo que lhe permitiam não apenas jogar futebol pelo *Palestra Itália*, como também realizar treinos e até mesmo conceder entrevistas ao jornal em pleno expediente de trabalho, o que demonstra a situação de privilégio que um “operário-jogador” tinha também em Belo Horizonte.

As fontes consultadas de fato não apresentam explicitamente os incentivos financeiros concedidos aos atletas belo-horizontinos antes da regulamentação do futebol profissional. Entretanto, diferentemente do que defende Moura (2010), os casos até aqui analisados caracterizaram a relação entre atletas e clubes durante a década de 1920 e princípios dos anos de 1930 pela existência do “amadorismo marrom” em Belo Horizonte. Ou, o que teria feito jogadores como Badú, Carazzo, Morganti, Morgantinho, Osti, Pequitote, Tango e Vespú saírem de suas cidades de origem, abandonando seus clubes e se inscreverem pelos clubes de Belo Horizonte? Melhores oportunidades de trabalho ofertadas pelos dirigentes esportivos da capital mineira como o caso dos *palestrinos*? Não seriam esses empregos, que possibilitavam aos “operários-jogadores” treinarem o futebol e realizarem serviços menos estafantes, apenas uma estratégia encontrada pelos clubes para contornar as exigências da Liga amadorista?

O fato é que o contexto descrito por Santos (2010) para o universo carioca de princípios de 1920 estava também presente no “campo futebolístico” de Belo Horizonte nos anos finais da referida década. Segundo o historiador em questão:

Se analisarmos as escalções das equipes de um ano para outro, percebemos que aconteciam muitas mudanças e nem sempre se sabia a origem dos jogadores. Um sócio aparecia com um novo sócio para o clube e o apresentava para a assembléia de sócios. Por acaso, aquele novo proponente jogava muito bem o *football* e coincidentemente acabava de conseguir uma profissão que a LMDT⁵⁰ considerava honesta, ganhando um bom salário não dependendo mais apenas de suas habilidades físicas. (p. 196)

Tomemos como exemplo dois confrontos válidos pelo campeonato de futebol de Belo Horizonte entre *America* e *Athletico* que comprovam a alta rotatividade de atletas nessas duas

⁵⁰ A LMDT indicada por Santos (2010) refere-se à Liga Metropolitana de Desportos Terrestres, entidade gestora do futebol carioca, e não a Liga Mineira de Desportos Terrestres (LMDT) a que esse trabalho trata.

equipes da cidade. No ano de 1930, os clubes em questão levaram a campo os seguintes jogadores:

America: Silva Pinto (Goleiro)
 Pedercini e Souza (Defensores)
 Licínio, Humberto e Odorino (Meio Campistas)
 Luisinho, Jorivê, Tupá, Canhoto e Marcelo (Atacantes);

Athletico: Quito e Nasi (Goleiros)
 Ewando e Caneca (Defensores)
 Cordeiro, Brant e Barros (Meio Campistas)
 Chaffir, Said, Mário de Castro, Jairo e Cunha (Atacantes) (KALAPALO; OLIVEIRA;
 MOLIBIDÊNIO, 2008a).

No ano seguinte, a formação das duas equipes apresentava-se sensivelmente modificada. Em destaque estão os atletas que figuraram nos times *americanos* e *athleticanos* tanto em 1930 quanto em 1931:

America – Néilson (Goleiro)
Pedercini e Tayan (Defensores)
 Ralpho, **Humberto** e Virgílio (Meio Campistas)
 Lelo, Bitola, Satyro, Plínio e **Marcelo** (Atacantes);

Athletico – Armando (Goleiro)
 Maurílio e Nariz (Defensores)
Cordeiro, Brant e Mário Gomes (Meio Campistas)
 Dalmy, **Chaffir**, Orlando Vaz, **Mário de Castro** e **Cunha** (Atacantes) (KALAPALO;
 OLIVEIRA; MOLIBIDÊNIO, 2008b).

Pela “rivalidade clubística” entre *americanos* e *athleticanos* nesses confrontos diretos, as equipes eram escaladas com os melhores “elementos”⁵¹ que treinavam no clube. De um ano para outro, ambos os times estavam modificados em mais de 50% de seus jogadores, o que

⁵¹ “Elementos” era utilizado pelas fontes da época para designar os jogadores de futebol.

por si só não comprava a existência de relações “profissionais marrons” entre atletas e clubes. Como aponta Santos (2010), dificilmente conseguimos identificar a origem e o destino desses atletas. Vários deles, simplesmente abandonavam o futebol para se dedicarem a outra profissão ou para concluírem os estudos, como no caso de Cardosinho. Mário de Castro, terceiro maior artilheiro da história do *Athletico* e primeiro mineiro convocado para jogar pela seleção da CBD representando o Brasil no Mundial de 1930⁵², também deixou o futebol para se dedicar à carreira médica a partir de 1931 (MÁRIO..., 2011). Apesar disso, a partir de 1930, os periódicos consultados passaram a explicitar que alguns clubes buscavam reforçar suas equipes pagando seus atletas, motivados, como vimos, pelo arrefecimento do “pertencimento clubístico” e como estratégia para conquistar resultados mais expressivos nas competições, mas também como alternativa para repor seus elencos frente à consolidação do “profissionalismo marrom” no Rio de Janeiro e em São Paulo.

4.3.1 A “Vitória a Qualquer Custo”

Símbolo da “rivalidade e do pertencimento clubísticos” e da ânsia por prestígio social, a busca por melhores resultados no futebol, expressos em vitórias e títulos, foi um dos aspectos centrais que promoveu a prática do “amadorismo marrom” na cidade. Barreto (2012), por exemplo, *palestrino*, indicou que os resultados alcançados pelo *Palestra Itália* durante a década de 1930 se constituíram em um aspecto definidor de sua identificação clubística, a ponto de contradizer as “paixões futebolísticas” familiares:

Meu pai e meu irmão que eu tenho eram *athleticanos*, mas eu não, eu era *palestrino* e daí. [...] eu achava que o *Palestra* na época era o ‘can-can’ e era mesmo. Era o melhor mesmo uai. Os jornais traziam lá, ‘*Palestra* o campeão de não sei o que’. Aí eu falei, ‘uai, o bom é esse aí’ [...] ‘o bom é esse’. [...] O *Palestra* viajava pra São Paulo, Rio. O *Palestra* tinham jogadores que iam pra Seleção Brasileira. Os Fantoni. Aí eu falei, ‘o bom é esse’. (BARRETO, 2012)

A fidelidade clubística, comum entre as torcidas contemporâneas, cantada pelos *cruzeirenses*, “[...] vou aonde você for só pra ver você jogar [...]”, ou evocada no hino oficial do *Grêmio Porto-alegrense*, “até a pé nós iremos, para o que der e vier [...]”, ou ainda presente no bordão *corinthiano*, “nunca vou te abandonar”, foi usada por Barreto (2012) para descrever sua prática enquanto espectador de futebol ainda na década de 1930. Questionado

⁵² Segundo Moura (2010), Mário de Castro se recusou a ir ao Uruguai junto à Seleção Brasileira, pois seria reserva de Carvalho Leite, atacante do *Botafogo* do Rio de Janeiro.

se qualquer partida de futebol lhe interessava a ponto de ir ao Estádio, Barreto (2012) foi taxativo em dizer que “Não. Eu ia aonde (*sic*) o *Palestra* estava né. Onde o *Palestra* estivesse eu tava (*sic*) lá. Agora, um jogo ou outro que interessava o *Palestra* eu ia. Pra torcer pro outro time né.”

Como vimos, os campeonatos de 1926 a 1930 foram caracterizados pelo regime do “amadorismo marrom”, uma vez que o bicampeonato *athleticano* e o tricampeonato *palestrino* foram decorrentes das fortes equipes formadas pelos dirigentes esportivos, contribuindo assim para aumentar as torcidas desses clubes em um período que o futebol estava em franca popularização. A oferta cada vez mais ampliada e caracteristicamente comercializada dos jogos de futebol em Belo Horizonte entre meados da década de 1920 e os primeiros anos da década de 1930 respondiam à demanda igualmente alta da sociedade belo-horizontina em relação ao espetáculo promovido com esse esporte. Anunciando partida amistosa entre *Athletico* e *Sete de Setembro* no verão de 1931, estação do ano que comumente é marcada por chuvas torrenciais e constantes em Belo Horizonte, um dos principais periódicos da época demonstrava que o futebol se constituía na principal diversão para o público belo-horizontino:

Tardes de aviação, meetings políticos, batalhas de confetti, corridas de cavalo, embarques e desembarques de heroes da revolução. Tudo isso anunciado com antecedencia. Vem a chuva e zás. O fracasso é inevitável e nem siquer o nosso povo toma conhecimento do facto.

A única cousa que se pode anunciar na capital, sem temer fracasso e consequências desagradaveis é o football. Isso sim. Nem que chova canivetes. O facto é que o horizontino, essencialmente o footballer, nunca deixa de comparecer aos nossos campos de sports, por mais desinteressantes que sejam as partidas. (ATHLETICO..., 1931a, p. 6)

Em dia de jogos de maior destaque, como, por exemplo, o amistoso entre *Athletico* e *Palestra Itália* em março de 1931, anunciava-se: “*Athletico vs. Palestra* / Bondes para o mercado de 2 em 2 minutos. / Cia. Força e Luz de Minas Gerais.” (ATHLETICO..., 1931b, p. 6); demonstrando que o horário do transporte público era alterado, intensificando o fluxo de bondes para atender os torcedores dos jogos. Ou, no caso de um *America vs Athletico*, o periódico apresentava aspectos que demonstravam o interesse público entorno do futebol, como, por exemplo, o “fanatismo pelos clubes”, a paixão e a apresentação do evento como algo extraordinário:

O ATHLETICO contra o AMERICA! Dezessete annos de rivalidade!

[...] Hoje é um dia em que o bellorizontino vae almoçar cedo, para poder garantir um bom logar no stadium da avenida Araguaya.

Não ha cousa alguma que, aqui em Bello Horizonte, consiga apaixonar tanto, apossando-se formalmente das opiniões e conscienciais alheias, como o football.

O fanatismo pelos clubs de sua predilecção e os respectivos jogadores tomou conta decisiva de nosso povo, do Quartel á Lagoinha, da Floresta á Serra.

Enfim, isto se torna muito natural, pois, possuímos verdadeiramente este sport, que prende as atenções Gerais.” (O ATHLETICO..., 1931, p. 6)

Casos como o da partida amistosa disputada entre *America* e *Villa Nova* no estádio *americano*, quando cerca de trezentos torcedores de Nova Lima se deslocaram à Belo Horizonte (PROMETE..., 1931, p. 8) demonstravam que a “identidade clubística” era, ao mesmo tempo, corolário e motor da popularização do futebol. Frente a essa popularização, vários são os indícios que apontam o anseio por melhores resultados presente na organização clubística belo-horizontina, como por exemplo, as cisões da LMDT em 1926 e 1931. No primeiro caso, o *Palestra Itália* julgava-se prejudicado pela decisão da Liga em não autorizar seu amistoso contra a *Caçapavense*. O segundo desentendimento dos clubes foi motivado por uma série de acusações de *americanos*, *villa novenses* e *palestrinos* contra a discricionariedade dos dirigentes da entidade, entendendo dessa maneira, que a atuação de Aníbal Matos, presidente da LMDT e do *Athletico*, teria contribuído para o título *athleticano* daquele ano.

Os imperativos das vitórias e dos títulos ficaram explícitos, por exemplo, quando da realização do 1º Campeonato de Futebol Juvenil de Belo Horizonte, organizado pelo *Estado de Minas* em parceria com a entidade gestora dos “Desportos Terrestres” na cidade. Durante o desenrolar da competição, o jornal dava sua impressão sobre as qualidades técnicas e táticas dos atletas juvenis, comentando que essa categoria futebolística, que deveria se prestar à educação física e moral, já era permeada pela lógica presente nas competições compostas dos quadros principais dos clubes de futebol:

O leitor quando se dirige para os nossos campos afim de presenciar um dos jogos do campeonato juvenil, vae na certeza de assistir um match interessante, disputado entre garotos não affeitos ainda ao traquejo do couro. Sendo um campeonato juvenil, é claro que sómente garotos o disputarão.

Puro engano. Os “garotos” de hoje nascem jogando o foot-ball, e quando attingem os dezessete e dezoito annos, são perfeitos manejadores do couro, figurando em esquadras principaes de muitos quadros “bambas”.

Frequentam clubs, usam o antipathico bigodinho, cabelo a la “Ronald Colman”, calças largas – em summa – são verdadeiros “cogumelos”, como os baptizou o nosso companheiro M. das sociaes. [...] (CAMPEONATO..., 1931, p. 6)

Em seguida, a matéria apresentava que a formação das equipas para a disputa do Campeonato Juvenil se pautava no interesse dos clubes em alcançar a conquista da competição, desvirtuando o propósito das “categorias de base” e ainda do próprio “espírito esportivo”, uma vez que estavam presente na disputa características que, como vimos, se faziam notar nos confrontos entre os times principais dos clubes da cidade, como, por exemplo, a presença de espectadores nas partidas, citados como “assistencias”, de estabelecimento comercial patrocinador, na figura da “Joalheria Diamantina” e de atletas arregimentados “de outros clubs” com o propósito de se obter melhores resultados:

Os clubs que não possuíam quadros juvenis e desejavam figurar no campeonato dessa classe, foram obrigados a arregimentar elementos de outros clubs, alguns de primeiros teams, jogadores feitos e completos nas posições que ocupam, para defender as suas cores.

Outros, como sempre cuidaram das falanges juvenis, não reforçaram os seus conjuntos, contando somente com a “prata da casa”.

Os primeiros terão para os seus quadros no campeonato da L.M.D.T. optimos elementos vindos de outros clubs, e estes, vão aperfeiçoando os seus “meninos”, ensinando-lhes o curso primario do foot-ball no que muito lucrarão para a temporada de football em 1931.

Não deixa de merecer censuras por parte das assistencias o facto de este ou aquelle club, “encaixar” em seus quadros, jogadores de classe, com o intuito tão somente de vencer, de abater e conquistar o titulo de campeão.

Quaes são os resultados que poderão obter?

Vaidade?

Dissemos isto em modo geral, pois fomos informados que alguns clubs, com o intuito tão sómente de alcançar o titulo de campeão, vão cuidar de reforçar as suas esquadras e cegos na obtenção da taça ‘Joalheria Diamantina’, irão para o campo com o objectivo unico – vencer! (CAMPEONATO..., 1931, p. 6)

O trecho revela que o único objetivo de alguns clubes inscritos na competição era o título de campeão. Para alcançá-lo, os dirigentes esportivos arregimentavam, ou “encaixavam” jogadores de outros clubes em “suas equipas” demonstrando a rotatividade de atletas entre os times de futebol. No quadro principal, obtinha-se a inscrição de novos atletas através do “amadorismo marrom” o que também poderia acontecer na categoria juvenil.

A busca por melhores resultados, como no caso dos clubes inseridos no Campeonato Juvenil, ou da “eficácia específica” (BOURDIEU, 1983) era cada vez mais precedida de uma

preparação condizente com exigências do atual jogador de futebol profissional. Acompanhado por expectativa e cobranças públicas, exigindo a especialização dos atletas na prática do futebol que, como teorizou Elias (2001) representa a conformação de uma categoria profissional. Tal aspecto se evidenciava, por exemplo, no texto de periodistas que demonstravam preocupação de que os jogadores não fossem a bares, festas e demais atividades que os desgastassem fisicamente no dia anterior, mesmo que a partida fosse amistosa, como a realizada entre *America* e *Associação Universitaria*:

[...] O fator que talvez possa influir um pouco na resistencia dos rapazes que hoje jogarão, foi a noite de hontem.

Hontem, sabbado de alleluia, a cidade encheu-se de bailes e festas, por todos os cantos.

Um dia como aquelle em que a festividade imperou, quem sabe se nossos jogadores não se deixaram arrastar pela perspectiva de uma boa brincadeira.

Mas, se o fizeram, com certeza foi moderadamente, pois, a responsabilidade da partida de hoje, assim o impõe.” (TEREMOS..., 05/04/1931, p. 6)

Apesar de esperar “responsabilidade” dos jogadores, alguns clubes, como o caso do próprio *America*, iniciaram o “regime de concentração” dias antes das partidas. Para tanto, Paiva (2012a) relatou que foram construídos alojamentos “[...] Embaixo da escada [arquibancada do estádio do *America*] [...]”, local estratégico para que os dirigentes fiscalizassem a rotina dos atletas. Alguns destes jogadores que “[...] vinha estudar em Belo Horizonte [...] morava em pensão. [...] mas em 28 já começou a morar aí [nos alojamentos].” (PAIVA, 2012a) Ao mesmo tempo que o clube garantia a hospedagem de seus jogadores arregimentados no interior do Estado e em outras cidades do país, controlava de perto o dia a dia dos mesmos, impondo-lhes uma rotina compatível com os treinos e os jogos cada vez mais exigentes.

Após a regulamentação do futebol profissional, a prática da concentração passou a ser explicitada nos jornais e considerada uma regra da profissão de jogador de futebol. Se até 1933 os clubes publicavam a convocação de seus atletas para os jogos da seguinte maneira: “Para o festival esportivo a realizar-se hoje em nosso campo, promovido pelo S. C. Calafate, convido os amadores abaixo a comparecerem sem falta ás 14 horas em ponto para fazer parte do Combinado AMPA. [E seguia com a relação dos atletas]” (O ESPORTE..., 1931, p. 10) A partir da regulamentação do futebol profissional, as chamadas dos clubes passaram a ser dessa forma: “Club Athletico Mineiro – Official – *Concentração* – Deverão pernoitar nos

dormitórios do clube, de hoje em diante, sendo a entrada até 22 horas no máximo, os jogadores abaixo [...]” (CLUB..., 1934, p. 4)

Destaca-se que, antes de 1933 os clubes chamavam seus atletas para jogos e treinos por suas condições de inscritos na Liga, como “amadores”. Os jogadores eram “convidados” a comparecerem no próprio dia do jogo, com exceção, é claro, daqueles que residiam nos alojamentos do clube, ou que lá permaneciam, mesmo que tal prática não fosse publicada oficialmente. Por outro lado, em 1934, o *Athletico* estipulava horário máximo de chegada dos atletas que obrigatoriamente “[deveriam, no imperativo] pernoitar nos dormitórios do clube”. Guardada as devidas divergências entre as chamadas, destaca-se que antes da regulamentação do futebol profissional, apesar dos atletas serem “convidados”, o convite era sucedido de uma exigência, de que os mesmos deveriam comparecer “sem falta”, demonstrando já algum nível de cobrança por parte dos clubes.

Com o recrudescimento do “amadorismo marrom”, os próprios jogadores que dependiam material ou financeiramente da prática do futebol, passaram a se empenhar na busca por melhores resultados, o que lhes era recompensado. Mesmo que a Liga proibisse as premiações dadas aos atletas, como demonstra Ribeiro (2007), na década de 1930 eram comuns as ofertas realizadas por empresários, industriais e torcedores aos jogadores, premiações que ficaram conhecidas no meio futebolístico pelo nome de “bicho”. Os “bichos” foram popularmente difundidos através dos clubes cariocas que davam quantias financeiras e premiações a seus jogadores de acordo com a importância da partida disputada.

Em Belo Horizonte encontramos alguns casos de pagamento de “bichos” aos atletas. Durante a entrevista concedida por Raso (2012) foi citado o caso do estabelecimento comercial *Camisaria Cadillac*, que, quando “[...] terminava o jogo, jogo bom, por exemplo, contra o *Athletico*, você ganhava camisa. [...] O cara [dono da *Camisaria*] era doente pelo *America*. Mandava você passar lá pra ganhar a camisa.”

Alguns “bichos” passaram a ser publicados pelos periódicos locais, demonstrando que, mesmo diante da proibição por parte da Liga, sua prática já tornara-se costumeira. Anunciar o pagamento de tais premiações servia também como propaganda para o estabelecimento comercial que relacionava sua marca ao universo futebolístico que, como vimos, se popularizara na cidade. É, portanto, nesse sentido que compreendemos a publicação do pagamento do “bicho” ao atacante *athleticano* Mário de Castro em 1930, que também era conhecido como Podó (MÁRIO..., 2011):

Os premios oferecidos para o jogador que fizesse o primeiro goal na grande partida de hontem, foi ganho pelo impetuoso atacante alvi-negro Podó.

Assim, o inegualavel 'center' irá jogar agora com a sorte, fazendo jus aos dois bilhetes de 100 e 200 contos, oferecidos pela 'Casa da Sorte' e 'Campeão da Avenida'.

O referido jogador conquistou ainda mais um par de calçados oferecido pela Sapataria Central, e vae ter direito durante um anno, da limpeza de seus calçados no conhecido 'Salão Gaucho', á rua da Bahia. (PODÓ..., 1930, p. 3)

A nota trazia vários aspectos que caracterizavam-na como uma publicidade dos estabelecimentos comerciais nela citados. O “Salão Gaucho” teve inclusive seu endereço referenciado, possibilitando que os interessados buscassem o serviço de limpeza de calçados por ele ofertado. Casos mais característicos de que o “bicho” se tratava de publicidade comercial no futebol encontra-se, por exemplo, na oferta “A conhecida casa ‘A Revolução’, sita á Avenida Affonso Penna n. 408, [ofereceu] a cada amator componente do quadro campeão de 1931, um magnífico corte do afamado brim ‘White’.” (UMA OFFERTA..., 1931, p. 8) A roupa premiada aos campeões *athleticanos* de 1931 era descrita como “magnífica” e “afamada”, adjetivos que, certamente, serviam como oferta do referido estabelecimento comercial.

Também haviam casos de incentivos financeiros que não eram relacionados à comercialização de uma marca. Torcedores mais abonados, por exemplo, incentivavam os atletas com premiações financeiras, como apresenta a nota publicada em 1933 que apresentava que um adepto do futebol ofereceu 100:000\$000 (cem contos de réis) ao primeiro marcador dos jogos entre *America vs. Villa* e *Athletico vs. Palestra*. (CEM..., 1933, p. 10)

Se alguns atletas tinham os “bichos” como mais um atrativo para participarem do “campo futebolístico”, outros viam tais premiações como um meio de sobrevivência, dedicando-se assim cada vez mais à prática do futebol, “racionalizando a preparação”, nos termos de Bourdieu (1983), em busca de melhores resultados. Entretanto, a prática não regulamentada de pagar ou gratificar os atletas antes de 1933 não garantia direito algum tanto para clubes quanto para jogadores. Presente ainda que de forma incipiente em meados da década de 1920, as relações semiprofissionais no futebol belo-horizontino foram catalisadas pela crescente popularidade do futebol no Rio de Janeiro e em São Paulo, pela prática consolidada do “amadorismo marrom” nestes centros urbanos e pela profissionalização regulamentada do futebol em países como Itália, Espanha, Argentina e Uruguai, e posteriormente nos centros urbanos brasileiros supracitados.

4.3.2 Os “Borboletas” do Futebol Belo-Horizontino

O ano de 1920 deve ser considerado um marco histórico no processo de profissionalização do futebol brasileiro, pois foi quando a CBD regulamentou a transação de atletas entre os clubes (PAIVA, 2012b), denominada no meio futebolístico como “lei da transferência”. Como demonstra Santos (2010) para o caso carioca, até então todos os jogadores filiados a uma Liga reconhecida pela Confederação que tivessem interesse em fazer inscrição por um novo clube deveriam cumprir um ano de “estágio” sem participar de competições oficiais. O período de afastamento exigido aos atletas que trocavam de clube constituía-se em uma das várias estratégias criadas pelas entidades de gestão do futebol para reforçar o princípio amadorista da prática esportiva, pois, teoricamente, os atletas jogavam por “amor à camisa” do clube, não devendo, portanto, trocar de agremiação em nenhum momento de sua trajetória atlética.

A regulamentação das transferências pela CBD representou o fim da “Lei do Estágio”, possibilitando aos clubes reforçar suas equipes livremente desde que os atletas de interesse negociassem sua liberação junto a seu clube de origem. Esse novo mecanismo de inscrição de atletas foi denominado como a “Lei da Opção”, pois, caso tivessem seu nome inscrito por mais de um clube, a Liga convidava-os a escolher, dentro de um prazo estipulado, qual clube defenderia naquela temporada. A “opção” do atleta era relativa, pois só era aceita desde que ambos os clubes estivessem de acordo com a decisão apresentada pelo mesmo. Caso contrário, o “estágio” de um ano na “cerca”⁵³ era ainda exigido ao jogador que trocasse de clube (SANTOS, 2010).

Como apresentado em tópicos anteriores, a rotatividade dos jogadores de futebol em Belo Horizonte se evidencia nas fontes consultadas a partir de 1925 quando o *America* conquista pela décima vez consecutiva o título de campeão de futebol da cidade. Nesse ano, a transferência de jogadores entre clubes no futebol carioca e paulista já era uma realidade, como demonstra a passagem de Santos (2010) apresentada abaixo:

⁵³ Em sua maioria, os campos de futebol, inclusive os estádios, eram cercados, separando os espaços de jogo dos de espectadores. “Ficar na cerca tornou-se uma expressão própria do “campo futebolístico” para se referir ao jogador que estava, portanto, afastado dos jogos como os casos dos atletas que deveriam cumprir o “estágio” obrigatório de um ano após se transferirem.

A leitura dos periódicos do final dos anos 1910 e inícios dos anos 1920 mostra um verdadeiro mercado de jogadores. Eram as ‘borboletas’ sempre tentando ‘cavar’ uma vaga em algum clube e prontas a ‘voar’ para novos horizontes. São inúmeros os comentários de jogadores que aceitavam dinheiro ou emprego, ou os dois, para sair de um clube e ingressar em outro. (p. 196)

O termo “borboletas” passou a ser sinônimo de atletas que trocavam de clubes com frequência, por interesse em melhores oportunidades de trabalho ou nas melhores ofertas de gratificações e remuneração dos dirigentes esportivos. Tal prática também evidenciava a competição dos clubes e de seus dirigentes em alcançar conquistas pessoais e *status* social. Em 1930, a coluna satírica *Tricas e Futricas...*, assinada pelo jornalista sob o pseudônimo de Aelea, da *Folha Esportiva* utilizava a expressão “borboletas” para caracterizar os jogadores cariocas assediados pelo *America*, ironizando o fato dos mesmos terem retornado à Capital Federal sem cumprir com um suposto combinado de representar o time *americano* naquele ano:

- Então ‘seu’ America? Cadê os campeões brasileiros da Cariocolandia que iam fortalecer o seu team?

- Voaram para bem longe, ligeiros e pressurosos como voam as borboletas de azas longas e traízeiras.

- Ah! então para o anno elles voltam... mas nas férias esportivas? ‘tá bom... deixa’.
(AELEA, 1930, p. 8)

A sátira demonstra que os principais clubes de Belo Horizonte, como o caso do *America*, interessados na montagem de equipes mais competitivas, tentavam inscrever jogadores cariocas com trajetórias esportivas vitoriosas, como, por exemplo, os “campeões brasileiros” que o jornal indicava. O que caracterizavam esses atletas como “borboletas” era a ausência de garantia do clube sobre a permanência dos mesmos, pois, como evidencia o diálogo entre o jornalista e o “seu *America*”, os jogadores representaram o clube belo-horizontino apenas durante as “férias esportivas”, período desprovido de competições futebolísticas importantes, fator que contribuía na construção da sátira em questão. Dentre os atletas que atuaram como “borboletas em relação ao *America* em princípios de 1930, outra nota da *Folha Esportiva* trazia o nome de Hélcio, que após receber alguma quantia financeira do clube mineiro, voltou ao Rio de Janeiro.

O America, que estava contando este anno com o concurso de alguns ‘astros’ cariocas, dentre eles o esbelto ‘estrello’ Helcio, viu-se, de uma hora para outra, chupando no dedo, pois os gajos, depois de explorarem bastante o ambiente desta bõa terra zarparam á franceza, deixando ao glorioso alvi-verde uma bõa lição.
(ZARPANDO..., 1930, p. 6)

Após “explorarem bastante” o *America* durante as “férias esportivas”, os “borboletas” retornavam ao Rio de Janeiro. A atuação desses jogadores também se fez presente nos dois outros principais clubes da cidade. Ainda na mesma edição da *Folha Esportiva*, uma matéria explicitava que jogadores paulistas e cariocas passaram em “bleufezinho” nos clubes belo-horizontinos, recebendo quantias financeiras não identificadas e não cumprindo o acordo de se inscreverem na LMDT para figurarem no futebol de Belo Horizonte. O jornal apontava que esse fator fazia dos “clubs bellorizontinos [...] victimas do profissionalismo”:

Os clubs bellorizontinos têm sido, de tempos para cá, victimas do profissionalismo.

Ora, paulistas, ora cariocas, o certo é que, precedidos de bela fama, para aqui têm vindo alguns footballers, a chamados de clubs nossos, afim de ‘ganharem a vida’ e em pouco tempo, depois de cheios, lá se vão outra vez, deixando-nos a ver navios.

Ainda recordamos bem do primeiro ‘esperto’ que aqui esteve, depois de passada a primeira temporada profissional do *America*. Foi um paulista de nome Yôyô, que em poucos dias vendeu um ‘bond’ ao alvi-verde, outro ao Palestra, e desapareceu.

Depois, foram os Ratos (sem trocadilho), no *America*, os Morgante, de quem os Palestrinos não devem ter saudades, Osti que cinzou o Palestra, Badú (antes e depois de ‘muleta’), e, finalmente, no anno passado, em que o *America* foi a maior victima, aqui puliularam Helcio, Darcy, Lincoln, Fragoso e Alfredinho, no *America*, Bené, o homem das pirulêtas, e Herminio, no *Athletico*.

Até o Armando deu para sabido e passou o seu *bleufezinho*, no Palestra.

Este anno, já temos bonds em negocio.

Gostaríamos de saber, para informar aos nossos leitores, quanto, em dinheiro, os aguias levaram, mas é difficil, pois os ‘Coroneis’ não gostam de confessar por quanto compararam (sic) [ou seria compraram?] os bonds. (OS BONDS..., 1930, p. 7)

A lista apresentada pela *Folha Esportiva* era extensa, contabilizando mais de quinze atletas cariocas e paulistas que, como explicitava o jornal, se tratavam de “bonds em negocio”, que mudaram-se para Belo Horizonte “afim de ganharem a vida”, “levando o dinheiro” dos clubes belo-horizontinos, comprovando a mercantilização na relação entre jogadores e clubes, e prática do futebol de forma profissional pelos mesmos, pois tais atletas sobreviviam financeiramente de sua atuação no “campo futebolístico”, corroborando o conceito sociológico de profissão teorizado por Elias (2001). A referida matéria, em tom de denúncia, apontava que os principais clubes belo-horizontinos investiam há tempos em atletas “profissionais”, uma vez que são citados, por exemplo, Badú que, como vimos, foi inscrito pelo *America* em 1925 (PAIVA, 2012b), os Morganti e Osti, que integraram o *Palestra Itália* na campanha do tricampeonato do clube ítalo-brasileiro entre 1928 e 1930 (BARRETO;

BARRETO, 2000). O pagamento aos jogadores era uma questão implícita para os atores sociais do “campo futebolístico”, pois, como apresenta o jornal, “os aguias levaram dinheiro” pela inscrição.

Ressaltamos que tal matéria evidenciava relações profissionais dos jogadores de futebol apesar de não haver uma regulamentação básica que definisse direitos e deveres na relação entre atletas e clubes de futebol. Tal indefinição tinha várias facetas. Os clubes investiam na montagem de equipes mais competitivas, empregando seus atletas em estabelecimentos comerciais e indústrias de dirigentes, associados ou torcedores, dando-lhes condições menos extenuantes de trabalho. Ofereciam-lhes ainda premiações, os famosos “bichos”, ou até mesmo lhes mantinham como estudantes vindos do interior, pagando a moradia e os materiais necessários aos estudos. Recebiam em troca os dividendos desse investimento, financeiramente em forma de arrecadação de bilheteria, bem como com honra de *status*, por meio do prestígio social, tornando-se influentes na vida política local. Já os jogadores tinham obrigações de cumprimento de horário de treino e cobranças em relação ao desempenho nos jogos. Mas como eram inscritos como amadores, não tinham regulamentados o pagamento de salários, a licença por lesões, sua aposentadoria garantida, dentre outros direitos trabalhistas. Muitos não recebiam quantias suficientes para sobreviverem dignamente com a prática do futebol. Por outro lado, na ausência de contrato, poderiam circular quase que livremente pelos clubes, de acordo com a “Lei da Opção”, buscando qual deles lhes oferecia melhores oportunidades.

O presente contexto justificava a alta rotatividade de atletas, como no caso dos times de *America* e *Athletico* em 1930 e 1931 apresentado no tópico anterior. Da relação de novos jogadores *americanos* e *athleticanos* em 1931, destacamos os casos de Bitola e Nariz. As fontes jornalísticas e do CAM dão indícios da conformação de um “mercado de atletas” no futebol belo-horizontino, contrapondo-se às bases regulamentares do amadorismo esportivo sustentadas pela LMDT. Em princípios de 1931, o jornal *Estado de Minas* anunciava a inscrição de Bitola pelo *America* e de *Nariz* pelo *Athletico* através da expressão “aquisição”, própria do universo comercial, como constata-se nos trechos que se seguem:

Bitola assignou o boletim pela ‘Deca’

Deu entrada hontem, na Secretaria da LMDT, o boletim de inscripção por dois anos, do amator Juvenal Abreu Paiva, pelo America F.C.

Bitola, como é conhecido na cidade de Sete Lagôas, é um ótimo meia-direita, posição que vem ocupando com brilhantismo na esquadra principal do Democrata F. Club, daquela localidade.

É Bitola, no seu 'team', um dos mais eficientes batalhadores, pelo seu jogo limpo, de jogadas certas e decisivas, sendo um excelente distribuidor.

A bagagem que traz é ótima, e esperamos que consiga no seu novo club, continuar o que tem sido até aqui, no foot-ball setelagoano.

Parabens ao America, pela acquisição de Bitola. (BITOLA..., 1931, p. 6) Grifos nossos.

Nariz ingressou e treinou no Athletico

Uma ótima acquisição acaba de fazer o Club Athletico Mineiro.

Trata-se do promissor zagueiro Alvaro Cançado (Nariz), nome sobejamente conhecido dos arraiaes sportivos de Juiz de Fóra. [...] (NARIZ..., 1931, p. 6) Grifos nossos.

O termo “acquisição” empregado aqui pelo *Estado de Minas* corrobora a análise empreendida para o caso de Cardosinho no tópico passado, uma vez que revelava que os clubes belo-horizontinos viam as agremiações futebolísticas do interior do Estado, Juiz de Fora e Sete Lagoas, como repositórios de atletas capazes de ingressar no primeiro quadro de seus times, contribuindo para alcançar melhores resultados nas competições. Especificamente o caso de Bitola parece se aproximar da trajetória de Cardosinho. Em 1932, *O Chronista* apresentava que Bitola era um dos jogadores da seleção de futebol da Faculdade de Medicina (QUINTA-FEIRA..., 1932, p.1)

As qualidades técnicas de Bitola descritas com detalhes e o futuro “promissor” de Nariz foram considerados aspectos relevantes para o periódico parabenizar a “acquisição” americana e avaliar como “ótima” àquela realizada pelo *Athletico*. Nariz, por exemplo, se profissionalizaria em 1933, jogando pelo *Fluminense* do Rio de Janeiro até 1934. Entre 1934 a 1941, atuou pelo *Botafogo*, outro clube carioca, tendo sido convocado pela CBD para defender o Brasil na Copa do Mundo de 1938 realizada na França (ÁLVARO..., 2010), transferências estas que podiam lhe render certamente o *status* de um “borboleta” do futebol.

Não eram somente os principais clubes da cidade que contribuía na conformação desse “mercado de jogadores”. Havia também um grupo de futebolistas que figuravam em equipes de menor porte e que se transferiam, de temporada a temporada, aos clubes que lhes oferecesse as melhores gratificações, exercendo o tradicional papel de “borboleta”. Encontramos dois casos destes: o do *center-half* Renato e o do zagueiro Nardier.

Renato foi anunciado pel’*O Horizonte* como inscrito pelo *Guarany*, clube suburbano do bairro Lagoinha, também no ano de 1931. Como pode ser observado, a redação do texto se assemelha àquela do *Estado de Minas* sobre Nariz: “Registramos, com prazer, a boa **acquisição** de um bom e futuroso center-half, o conhecido e já estimado ‘player’ Renato.” (NO GUARANY, 1931, p,4 – Grifo nosso)

Nardier, por sua vez, foi apresentado como “[...] vigoroso zagueiro (*sic*)” (FICANDO..., 1930, p. 6), pretendido pelo *Athletico* em 1930. Entretanto, não encontrei nenhum registro de que o jogador teria composto os quadros *athleticanos*. Por outro lado, Nardier foi titular do *Sete de Setembro* entre os anos de 1928 e 1931, tendo, posteriormente, figurado como zagueiro do primeiro quadro do *Santa Cruz* da Lagoinha (KALAPALO; OLIVEIRA; MOLIBIDÊNIO, 2008d; KALAPALO; OLIVEIRA; MOLIBIDÊNIO, 2008e; KALAPALO; OLIVEIRA; MOLIBIDÊNIO, 2008f).

O caso de Nardier traz mais um aspecto dessa rotatividade de jogadores de futebol no contexto que antecedeu a regulamentação da profissionalização. Barreto (2012), que viveu no bairro Lagoinha e têm lembranças sobre a organização clubística de dois representantes das agremiações suburbanas belo-horizontinas, o *Fluminense* e o *Guarany*, relatou que esses clubes não faziam pagamentos a seus atletas, como no caso dos três principais da cidade, *America*, *Athletico* e *Palestra Itália*:

O time, por exemplo, *Fluminense* e *Guarany* da Lagoinha [bairro de Belo Horizonte]. Tô lembrando desses dois porque é do meu bairro né. Eles traziam o jogador de fora e... almoçava na casa de um diretor, jantava na casa de outro, dormia na sede. [...] Comia e dormia as custas do clube. E recebia uns trocados pra ir no cinema. Mas não era profissional.” (BARRETO, 2012)

Apesar do auxílio dado aos jogadores ser apenas relacionado à sobrevivência dos mesmos, a opção por integrarem clubes suburbanos e de segundo escalão se constituía em uma estratégia de alcançarem equipes de maior relevância no cenário futebolístico através de atuações destacadas nas competições oficiais da LMDT ou das sub-ligas, como foi o caso, por exemplo, do próprio Carlos Brant que, como vimos, foi levado ao *Athletico* após se destacar por no *Sete de Setembro*. Outros dois exemplos nesse sentido foram os casos de Alcides Lemos (SANTANA, 2003), jogador do *Palestra Itália* e do *America* e de Zezé Procópio (BARRETO, 2012), que atuou no *Villa Nova*, no *Athletico*, no *Botafogo* do Rio de Janeiro e na *Seleção Brasileira de Futebol*. Alcides iniciou sua carreira no *Palmeiras* do bairro Santa Efigênia, um clube que alternava temporadas entre os clubes da Primeira e da Segunda

Divisão. Em princípios de 1930, suas atuações destacadas o levaram ao clube suburbano *Fluminense* do bairro Lagoinha, quando “[...] o *Palestra* o buscou em maio de 1931, quando precisou substituir Armandinho, titular desde a fundação do clube.” (SANTANA, 2003) Em 1936 o *America* o contratou junto ao *Palestra* e em 1938 retornou ao clube ítalo-brasileiro.

O caso de Zezé Procópio que Barreto (2012) descreveu, também apresenta que a atuação destacada em clubes suburbanos poderiam levar o jogador a clubes de maior prestígio social da cidade e até mesmo para clubes cariocas e paulistas. Zezé Procópio foi trazido à Belo Horizonte e mantido aqui através da prática do “amadorismo marrom”. Durante o período em que jogou no *Guarany* do bairro Lagoinha, Zezé Procópio morava “[...] de favor [...] num porão na sede” (BARRETO, 2012) do clube. Em 1932 foi arregimentado pelo *Villa Nova*, tendo permanecido em Nova Lima até 1936. Em 1937 transferiu-se para o *Athletico*. Daí em diante teve uma trajetória de atuação em clubes de destaque no cenário nacional. Em 1938 seguiu para o Rio de Janeiro, onde defendeu o *Botafogo* até 1942. Posteriormente ainda atuou pelos clubes paulistas *Palmeiras*, antigo *Palestra Itália* paulista nos anos de 1942, 1943 e entre 1945 a 1948, e pelo *São Paulo Futebol Clube* no ano de 1944 (JOSÉ..., 2010).

Os pagamentos insuficientes também se constituíam em um motivo para que os atletas trocassem de clube com certa frequência. Alguns atletas chantageavam seus clubes às vésperas dos jogos como forma de conseguirem melhores “bichos” ou pagamentos. Pedercini, jogador do *America*, parece ter feito isso com o referido clube em 1931, quando o *Estado de Minas* publicou a seguinte nota:

Pedercini jogará

Fomos hoje informados de que Pedercini não jogará.

Parece que o ‘homem gosta muito de mudar de idéia, por isso amanhã é capaz de jogar mesmo.

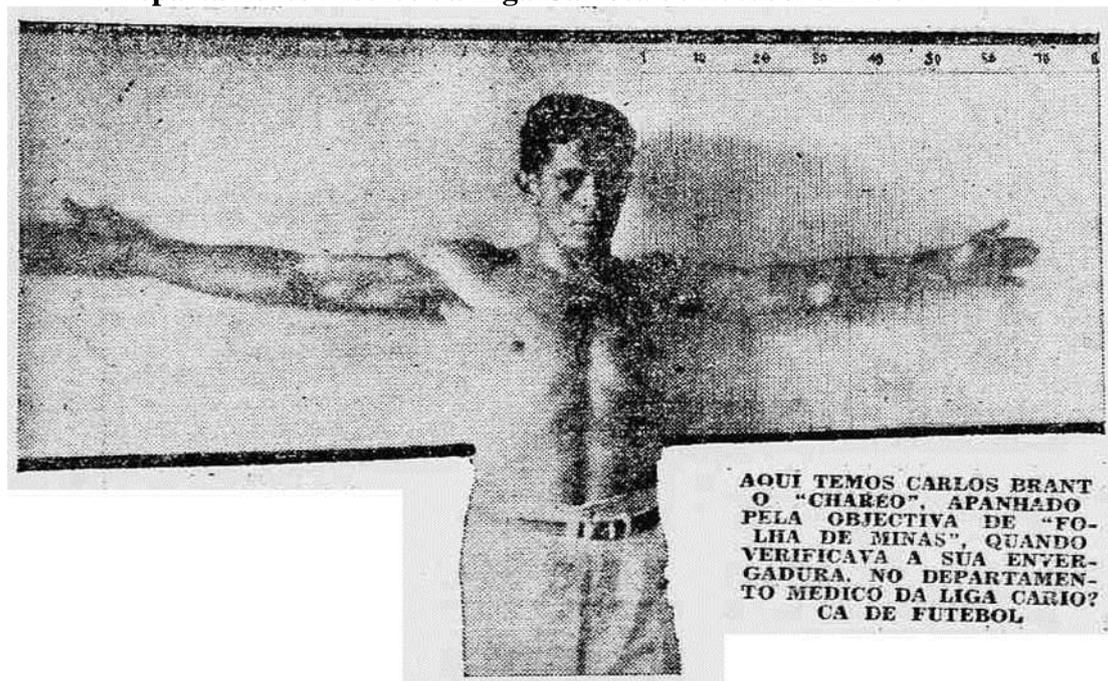
A nota, porém, dada por elle próprio é de que não integrará a equipe americana ao contrario da nota official do club, que inclue seu nome no team. (PEDERCINI..., 1931, p. 6)

Pedercini dizia não atuar, enquanto o clube o anunciara entre os titulares da partida. A própria redação da nota se mostrava confusa quanto a definição do atleta. Apresentando que Pedercini entraria em campo pelo *America*, na linha seguinte desmente o anúncio, dizendo ter recebido informações da ausência do jogador no confronto. O fato é que Pedercini “[gostava] muito de mudar de idéia”.

A prática do “amadorismo marrom” em Belo Horizonte entretanto, não garantia que os atletas permanecessem nos clubes da cidade. Os interessados em fazerem do futebol uma profissão, optavam por abandonar a cidade com destino ao Rio de Janeiro e São Paulo, centros urbanos que concentravam um maior número de clubes dispostos a remunerar deliberadamente seus atletas. Sobretudo o Rio de Janeiro se tornou o principal destino para aqueles jogadores ávidos por prestígio social, uma vez que a CBD, entidade máxima do esporte brasileiro, era gerida por clubes cariocas, possibilitando a tais atletas ficarem em evidência para a Comissão Técnica da Confederação e serem convocados para representar o Brasil em competições internacionais, o que, como vimos em Silva (2000) e Santos (2010), podia lhes render, desde o final da década de 1910, bons pagamentos. Como mencionado, Nariz e Zezé Procópio tiveram como destino a então capital federal. Juntou-se a eles Carlos Brant, aquele que teria sido adquirido pelo *Athletico* junto ao *Sete de Setembro* pelo valor de uma bola *olympic*.

Em 1931, o *Estado de Minas* publicava como manchete: “Brant vai jogar pelo America do Rio” e “Mario de Castro no Botafogo, do Rio?” (BRANT..., 1931b, p. 8) Menos de um mês depois, o *Estado de Minas* reproduzia anúncio do *Jornal dos Sports*, um dos principais periódicos esportivos defensor do profissionalismo na então capital federal que contava com a colaboração de Mário Filho, que dava como certa a “[...] valiosíssima aquisição” de Brant pelo *Flamengo-RJ*. Repudiando a notícia, o periódico mineiro alertava: “É bom, que os srs. Jornalistas cariocas deixem em paz os nossos ‘cracks’.” (BRANT..., 1931a, p. 6) uma vez que na mesma nota apontava-se para a renovação da inscrição do jogador pelo *Athletico* junto a LMDT por mais dois anos. Apesar dessas especulações, Carlos Brant transferiu-se para o *Fluminense-RJ* em 1933, tendo atuado na equipe carioca até 1942. Assim como Nariz e Zezé Procópio, Brant serviu a seleção da CBD em 1940 representando o Brasil em partida contra o Uruguai (CRAQUE..., 2013)

Figura 8 – Carlos Brant, jogador do *Fluminense-RJ*, durante exames físicos no Departamento Médico da Liga Carioca de Futebol em 1934



Fonte: QUASI..., 1934, p. 2.

O assédio aos atletas inscritos pelos clubes de Belo Horizonte se intensificou após a regulamentação do futebol profissional em países europeus e sul-americanos, sobretudo na Itália, Argentina e Uruguai. A partir de 1931, os italianos passaram a assediar jogadores de ascendência italiana e que atuavam em países cujas entidades de gestão do futebol regulamentavam a prática futebolística exclusivamente de forma amadorista, como no caso brasileiro. Os clubes de São Paulo, cidade historicamente marcada pela colônia italiana, foram os principais prejudicados com a contratação de seus jogadores por clubes de futebol profissional da Itália.

Em Belo Horizonte, o *Palestra Itália* também foi alvo da atuação do futebol profissional italiano. Ainda em 1931, o clube romano *Lazio*, presidido à época por Bruno Mussolini, filho do então ditador Benito Mussolini, levou dois jogadores *palestrinos* importantes para se profissionalizarem na Itália, a saber, João Fantoni e Otávio Fantoni, conhecidos, respectivamente como Ninão e Nininho. Segundo Santana (2003), Nininho “[...] já vivia do futebol e, por isso, não vacilou.” (p. 43) ao receber a proposta da *Lazio*.

Foto 5 - Time do *Palestra Itália* campeão de futebol de Belo Horizonte em 1928



Fonte: SANTANA, 2003, p. 44.

Legenda: Indicando jogadores comentados no presente trabalho. 1- Ninão; 2- Osti; 3- Carazzo; 4- Morgantinho; 5- Nininho; 6- Morganti.

No ano seguinte, foi a vez de Leonídio Fantoni, conhecido como Niginho, irmão de Ninão e primo de Nininho, considerado um dos grandes craques do time *palestrino* tricampeão da cidade entre 1928 e 1930, a ser contratado pela *Lazio*. O depoimento que Ninão concedeu a Barreto; Barreto (2000) sobre a abordagem do representante de Bruno Mussolini aos *palestrinos* revela aspectos centrais da relação existente entre jogadores e clubes de futebol belo-horizontinos antes da regulamentação profissional em 1933. Em função disso, reproduzimos aqui quase que na íntegra o referido depoimento, mesmo que extenso:

Usando um palavreado misturando o italiano com o português, ele me perguntou se eu aceitaria uma proposta concreta para jogar na Lazio de Roma. É lógico que eu fiquei surpreso com a pergunta feita de chofre, mas com todo ar de absoluta sinceridade. Foi também com presteza que lhe transmiti minha honesta resposta afirmativa, mas não sem fazer acompanhar aquele ‘sim’ das necessárias observações de que houvesse uma razoável compensação financeira. E confesso que, embora a seriedade de quem me falara e a quem eu respondera que sim, preferi não acreditar na **parola** do italiano, mas fixar-me apenas numa leve esperança de ser verdadeiro o que dele ouvira. Ele dizia ser representante de Bruno Mussolini – filho do **duce** Benito Mussolini – e presidente da Lazio. O clube italiano queria levar jogadores brasileiros e a preferência era para quem fosse descendente de italianos como eu e o Nininho. Convocado Nininho, passamos a palestrar os três, até que nos fixamos numa decisão: esperaríamos um telegrama que confirmasse aquele interesse da Lazio. Ficamos aguardando.

Certa tarde recebemos um telegrama da Itália confirmando o convite e esclarecendo que as passagens poderiam ser procuradas por nós em uma agência de turismo, a ser indicada por outro telegrama. Eu e o Nininho examinamos a mensagem telegráfica e, ponderando a respeito do seu conteúdo, resolvemos que não seguiríamos para a Itália sem que todas as demais definições nos fossem transmitidas. Era necessário que nos assegurassem uma garantia financeira que compensasse a aventura. Em resposta, passamos um telegrama à direção da Lazio, condicionando nossa viagem também ao depósito a nosso favor em qualquer um dos bancos de Belo Horizonte. Era uma quantia que não abriríamos mão. Ficamos na ‘boa de espera’. E não é que, sem muita demora atenderam à nossa exigência fundamental? Poucos dias haviam transcorrido desse que ela fora formulada e eis que o Banco Pelotense, então situado na Praça 7, fazia-nos a comunicação de que estava em seu poder e creditada no meu nome a importância de 40 contos de réis, depositada ali pela representação do clube italiano. É claro que a soma se destinava à minha pessoa e ao Nininho, mas também é certo que, naquela época, início de 1931, tal valor representava uma fábula. Estava decidido: a Lazio queria mesmo que seguissemos viagem, atendendo ao seu interesse. [...]

[...] Tudo parecia um conto de fadas... Lembro-me de que chegamos a Roma numa sexta-feira e, já no dia seguinte, eu e o Nininho éramos levados ao gramado para um bate-bola. Nossa estréia foi dois dias depois e fomos felizes. (BARRETO; BARRETO, 2000, p. 46) – Grifos no original

O depoimento de Ninão revela que, apesar da existência de pagamentos, das cobranças e expectativas dos jogadores por parte dos clubes belo-horizontinos, a proposta do representante da *Lazio* de profissionalismo explícito “surpreendeu” o *palestrino*. O receio de Ninão e Nininho em relação à “parola” do italiano evidenciavam as incertezas dos atletas frente ao contexto que antecedeu a regulamentação do futebol profissional em Belo Horizonte. Diante do não reconhecimento dos jogadores profissionais por parte da Liga amadorista, tanto clubes quanto atletas não tinham qualquer garantia com os acordos estabelecidos informalmente. Por isso, Ninão e Nininho acharam prudente aguardar as promessas da *Lazio* antes de deixarem o Brasil rumo ao “Velho Continente”. Só após receberem a “fábula” de 40:000\$000 (quarenta contos de réis) é que providenciaram a mudança para a Itália. As condições dadas pelo clube italiano aos *palestrinos* “parecia um conto de fadas”, como disse Ninão, demonstrando a necessidade que os jogadores locais tinham de terem o futebol profissional regulamentado, garantindo direitos básicos aos mesmos.

Antes disso, entretanto, clubes e atletas conviviam com a indefinição de *status* em função do não reconhecimento das relações profissionais existentes. As “transferências” de jogadores, popularizadas pela expressão “borboleta” atribuída aos mesmos, caracterizavam muito bem o contexto. Além do assédio dos clubes cariocas, paulistas e dos clubes profissionais internacionais, os times belo-horizontinos passaram a ser desfalcados pelo *Villa*

Nova, clube fundado em 1908 por ingleses e por operários da mina de ouro *Saint John d'El Rey Mining Company* da cidade vizinha à Belo Horizonte, Nova Lima.

4.3.3 “Operários-Jogadores” e os Primeiros Profissionais do Futebol

O *Villa Nova* se filiou à LMDT em 1927, quando os dirigentes da mina e também do clube perceberam que incentivar a competição futebolística na agremiação esportiva dos operários da cidade refletia na construção identitária dos nova-limenses. A empresa mineradora percebia então que as arrecadações de bilheteria com os jogos de futebol representavam mais uma possibilidade de acúmulo de capitais. Por isso, a partir da década de 1930, o clube passa a realizar o “amadorismo marrom” de forma semelhante àquela praticada pelo *Bangu* no Rio de Janeiro, através da categoria do “operário-jogador”. A *Saint John d'El Rey*:

[...] [financiava] os salários de seus jogadores quando se [ausentavam] para jogar em outros Estados. Pode-se assim, deduzir determinada regalia entre os operários jogadores. Regalias estas, que permite dizer que os jogadores possuíam atividades mais moderadas dentro da empresa. (SILVA, 2007, p. 38)

Em 1931, por exemplo, o *Villa Nova* inscreveu o jogador do *America* Canhoto como atleta do clube nova-limense. Canhoto, chamado de “[...] o preto de alma branca” (UMA PALAVRA..., 1931), se inscreveu pelo *Villa Nova* enquanto ainda tinha vínculos com o *America* em 1931. Diante da inscrição de Canhoto pelo *Villa Nova*, o Conselho Deliberativo do *America* entrou com pedido de exclusão do jogador da Liga.

Para Paiva (2012), não havia muita justificativa de Canhoto se transferir para o *Villa Nova* caso o amadorismo estivesse fortemente assentado enquanto prática no futebol mineiro, uma vez que esse jogador:

[...] era tão apaixonado pelo *America* que a filha mais velha dele ele deu o nome de *America*. [...] A filha dele chamava *America*. E ele vinha ver jogo do *America*. [...] Mesmo depois de ir pro *Villa*. Então eu suponho que ele foi por uma questão financeira. Mas é uma coisa que [...] não se escreve em jornal, não se comenta e você não vai conseguir ninguém pra falar sobre isso. (PAIVA, 2012)

Como relatou Paiva (2012), a “questão financeira” superou a “paixão futebolística” que Canhoto tinha pelo *America*, tornando-se, a partir de 1931, um jogador “borboleta” que reforçava o *Villa Nova*. No mesmo ano, o *Villa Nova* inscrevera dois outros jogadores

provenientes do *Uberaba*, o que lhe rendia a segunda colocação na classificação final do primeiro turno do campeonato de 1931, competição que contou com a dissidência liderada pelo *America* e acompanhada pelo *Villa Nova*. O próprio *Estado de Minas* atribuía o desempenho do clube nova-limense “[A’]Os novos do Villa Nova Atlético Clube” (OS NOVOS..., 1931, p.6).

Em 1932 foi a vez do *Villa Nova* inscrever Fernando Carazzo (CARAZZO..., 1933, p. 6), meio-campista caracteristicamente “borboleta” daquele contexto, que, como vimos, teria saído do *Palestra Itália* paulista para o belo-horizontino. E também Zezé Procópio, que como relatou Barreto (2012), era um “amador marrom” do clube suburbano *Guarany* da Lagoinha. No referido ano, a diretoria do *Villa Nova*, à época presidida pelo espanhol chefe da mina, Castor Cifuentes, “[...] elevou o salário dos jogadores” (p. 60), investindo, sobremaneira, na montagem de uma equipe de futebol mais competitiva. Disputando o campeonato local promovido pela AMEG, entidade criada pelos dissidentes da LMDT em 1931, o *Villa Nova* sagrou-se campeão de futebol pela primeira vez confrontando *America*, *Palestra Itália* e *Sete de Setembro*, além de demais clubes suburbanos de Belo Horizonte, consolidando definitivamente a prática do “amadorismo marrom” através de seus “operários-jogadores”.

No ano seguinte, o *Villa Nova* deu continuidade à política de arregimentar jogadores dos clubes belo-horizontinos, desta vez inscrevendo Chico Preto, zagueiro do *America* (A ESTREIA..., 1933, p. 8) alguns meses antes da criação da AME que regulamentara o futebol profissional em Belo Horizonte. O caso de Canhoto que Paiva (2012a) apresentou, além das inscrições de Carazzo, Zezé Procópio e Chico Preto encontradas nos periódicos da época, corroboram a análise de Silva (2007) acerca da trajetória do *Villa Nova* em princípios da década de 1930, de que o investimento dos dirigentes da mina e do clube retornaram em forma de conquistas futebolísticas.

Cabe ressaltar que o “operário-jogador” utilizado pelo clube nova-limense não caracterizava o jogador como um profissional exclusivo do futebol, uma vez que, mesmo que tivessem certas “regalias” em relação aos demais operários, tais atletas deveriam servir à *Saint John d’El Rey*. O investimento do *Villa Nova* em seus “operários-jogadores” lhe rendeu não só o título de campeão amador em 1932, como também o tetracampeonato profissional organizado pela AME entre 1933 e 1935, além do vice-campeonato de 1937. No referido ano, a categoria de “operário-jogador” daria ainda o título de campeão a outro clube vinculado à

indústria mineral, a saber o *Sport Club Siderúrgica* da cidade de Sabará, que só reeditaria o feito em 1964.

Podemos dizer, portanto, que os primeiros campeonatos de futebol profissional organizados em Minas Gerais foram marcados pela convivência de dois tipos de jogadores: os “operários-jogadores” que, apesar de empregados da indústria, tinham condições plenas de treino e de jogo; e aqueles que se dedicavam exclusivamente à prática futebolística, contratados pelos principais clubes de Belo Horizonte. As práticas até então veladas de pagamento aos atletas realizadas por esses clubes passaram a ser explicitadas pelas fontes consultadas no sentido de produzirem equipes cada vez mais fortes e capazes de competirem em alto nível no futebol profissional. Em 1934, por exemplo, o *Diário da Tarde* publicava que Del Nero, jogador do *America*, havia sido deliberadamente designado a ir à São Paulo “contractar novos elementos” para a equipe *americana*, como constata-se na nota a seguir reproduzida: “Procedente de São Paulo, chegou hontem, pelo rapido, o player (*sic*) Del Nero que seguira, ha tempos, para aquella cidade, afim de contractar novos elementos para o America.” (DEL..., 1934, p. 4)

Ainda em relação ao *America*, em 1936, o clube que em 1933 se mostrou contrário ao profissionalismo, montou a equipe de futebol considerada por Paiva (2012a) como a “[...] mais cara do Estado” naquele contexto. Para tanto, contratou “[...] Juvenal, que era seleção brasileira [...] trouxe ataque do Rio de Janeiro. Trouxe jogador do *Flamengo*. Trouxe jogador do *Andaraí* [...] trouxe jogador de ponta e formou uma seleção em Belo Horizonte.” (PAIVA, 2012a) A equipe passou a ser treinada pelo experiente técnico *palestrino* Matturio Fabbi (MHAB, 1935) que, como vimos, comandou os *Palestras* paulista e belo-horizontino antes da regulamentação do futebol profissional.

A trajetória esportiva de Matturio Fabbi evidencia que o “amadorismo marrom” também se fazia presente entre os técnicos de futebol que, assim como o ítalo-brasileiro, eram, comumente, ex-jogadores. Em 1932, Matturio Fabbi foi técnico da *Lazio*, retornando ao Brasil, treinando novamente o *Palestra Itália* em 1933 (OS BRASILEIROS..., 1933, p.8) e o *America* em 1935 e 1936.

Outro caso que demonstra essa profissionalização do treinador foi a contratação de Floriano Peixoto Corrêa pelo *Athletico* (ZILLER, 1997). Floriano, ex-jogador de clubes como *Fluminense* e *America*, ambos do Rio de Janeiro, escreveu uma obra considerada um manifesto dos jogadores a favor da regulamentação do futebol profissional, a saber,

“Grandezas e Misérias do Nosso Futebol”. Como relata Rodrigues Filho (1964), Floriano, também conhecido como “Marechal das Vitórias”, se “especializou” em chantagear seus clubes para conseguir melhores “bichos” e gratificações para praticar futebol. A escolha de Floriano Peixoto Corrêa em assinar contrato com o *Athetico* demonstra o interesse dos clubes belo-horizontinos em se inserirem na nova orientação do futebol nacional.

Nesse sentido, não só um “mercado de atletas”, mas de profissionais do esporte de uma maneira geral, até então apenas evidenciado nas fontes jornalísticas, se confirmava com as “transferências” de jogadores e técnicos de um clube a outro. Os clubes suburbanos se concretizaram como intermediários para que atletas se destacassem e fossem contratados pelos “grandes clubes” da cidade, como relatou Barreto (2012):

[...] os bons [jogadores] foram [...] aliciados pelos [clubes] que podiam pagar. [...] Para o *Palestra*, que hoje é *Cruzeiro* saíram Chiquinho que era do *Guarany* [...] No *Fluminense* tinha Curió, foi pro *America* [...] Do *Fluminense* saiu, Dario foi pro *Athetico*. China no *Palestra*. China era do *Fluminense* [...] Zezé Procópio do *Guarany*.

Para sustentar a nova orientação do futebol remunerado através de contratos, os clubes criaram várias estratégias para aumentar suas rendas. Até os treinos das seleções de Minas Gerais começaram a ser abertos ao público com venda de ingressos. Em 1934, a *Folha de Minas* publicava “[...] a seguinte renda bruta, respectivamente:

1º treino 12\$000

2º treino 427\$000” (AS RENDAS..., 1934, p. 9)

No mesmo jornal há um relatório das rendas dos jogos do campeonato de 1934, que demonstram como o futebol passou a movimentar avultosas quantias financeiras aos clubes e também à AME. “Somadas as rendas dos jogos do turno e retorno, o campeonato profissional de 1934 acusa um movimento de bilheterias correspondente ao total de cento e vinte e dois contos quatrocentos e quatro mil réis (122:400\$000).” (DO BOLSO..., 1934, p. 9) As maiores rendas de bilheterias estavam registradas nos confrontos entre *Athetico* e *Palestra Itália*. No primeiro turno da competição, em partida disputada no estádio *athleticano*, as duas equipes arrecadaram 10:753\$000. Já no segundo turno, dessa vez no campo do *Palestra Itália*, a arrecadação do jogo foi de 9:430\$000. (DO BOLSO..., 1934, p. 9)

Os dados de renda das bilheterias do campeonato de 1934 demonstravam que a “rivalidade clubística” conformada entre *Athetico* e *Palestra Itália* suplantara em popularidade aquela entre *athleticanos* e *americanos*, outrora denominada por Babaró como o

“clássico das multidões”. Entretanto, *America* e *Athletico* ainda era considerado um confronto que movia os belo-horizontinos, uma vez que a quinta maior renda de bilheteria da competição foi registrada no jogo entre as duas equipes no estádio *americano* válido pelo primeiro turno do campeonato, quando as equipes arrecadaram 8:483\$000. (DO BOLSO..., 1934, p. 9)

Destaca-se ainda nos dados publicados pela *Folha de Minas* que o movimento das bilheterias estava suscetível à importância que o confronto tinha em relação ao campeonato. A terceira maior renda registrada no valor de 9:414\$000 (DO BOLSO..., 1934, p. 9), por exemplo, saiu na última rodada, em partida entre *Palestra Itália* e *Villa Nova*, sediada no estádio *palestrino*. O confronto definiu o campeão de 1934 a favor da equipe de Nova Lima, que sagrava-se vitoriosa na competição pela terceira vez consecutiva.

Mesmo que os “operários-jogadores” tenham sido fundamentais nos primeiros anos do futebol profissional em Minas Gerais, podemos apontar que, a partir de 1936, os principais clubes de Belo Horizonte, sobretudo o *Athletico*, já se consolidavam como importantes agremiações futebolísticas do país. O título de campeão mineiro conquistado pelos *athleticanos* em 1936 lhe permitiu participar da primeira competição de futebol profissional nacional, organizada pela FBF. Disputada pelos campeões estaduais de futebol profissional do Espírito Santo (*Rio Branco Atlético Clube*), Rio de Janeiro (*Fluminense*), São Paulo (*Associação Portuguesa de Desportos*) e de Minas Gerais (*Athletico*), a competição disputada entre janeiro e fevereiro de 1937. Os jogos foram realizados em turno e retorno, contando com jogos nas cidades dos campeões estaduais participantes⁵⁴.

O representante mineiro, *Club Athletico Mineiro*, foi derrotado na primeira partida, disputada na capital federal, pelo representante local, o *Fluminense*, que goleou os *athleticanos* pelo placar de 6 a 0. O revés foi sucedido de um empate com o *Rio Branco* no Espírito Santo e de quatro vitórias consecutivas. As três primeiras foram de goleada, vencendo a *Portuguesa* de 5 a 0 no *Estádio Antônio Carlos*, devolvendo a goleada dos cariocas em Belo Horizonte pelo placar de 4 a 1, e vencendo os capixabas, também na capital mineira, por 5 a 1. Em 14 de fevereiro, a equipe belo-horizontina derrotava a *Portuguesa* em São Paulo, pelo placar de 3 a 2, sagrando-se “Campeão dos Campeões” de 1936, demonstrando enfim, que o futebol profissional estava definitivamente implantado na capital mineira.

⁵⁴ Os dados da “Copa dos Campeões” ou “Torneio dos Campeões” de 1936 organizado pela FBF estão organizados no acervo digital do CAM (CAMPEÃO..., 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: FIM DE JOGO

As considerações finais aqui arroladas se baseiam no problema de pesquisa, bem como nas hipóteses que serviram como guia para a investigação e a análise empreendidas nessa dissertação. É importante ressaltar que de nenhuma forma temos a pretensão de exaurir o assunto, ao contrário, o término desse estudo aponta para vários outros questionamentos que, seguramente, podem motivar futuras investigações.

O primeiro ponto a ser destacado refere-se à definição de profissionalização do futebol que se assenta em três ideias centrais: na noção de desempenho de funções sociais especializadas frente a uma demanda social (ELIAS, 2001); no sistema de remuneração e gratificação concedida pelos clubes e seus torcedores aos atletas; e na normatização das relações entre agremiações esportivas e jogadores de futebol, definindo direitos e deveres do cidadão enquanto trabalhador. A especialização dos atores sociais na função de jogadores de futebol foi evidenciada nas fontes consultadas a partir da noção de Bourdieu (1983) de “racionalização da preparação”, entendida como treinos físicos, táticos e técnicos, bem como no “regime de concentração”, imposta aos atletas como forma de “maximizar a eficácia específica”, ou seja, para se alcançar melhores desempenhos e resultados nos jogos. O estímulo para que os jogadores se dedicassem à prática do futebol, “racionalizando sua preparação” para os jogos, tanto na preparação quanto durante as partidas, se fez presente por meio da prática de pagamentos ou gratificações realizadas por dirigentes e/ou associados dos clubes aos atletas. Entretanto, tal prática era realizada de forma ilegal, pois os Estatutos dos clubes e das entidades de gestão do futebol baseados na “filosofia política” amadorista a proibia até 1933.

O amadorismo esportivo se baseava na noção de que a prática futebolística só poderia ser desenvolvida por amor ou paixão ao esporte e ao clube sem pagamento ou remuneração ou qualquer outro benefício material. O que suas bases estabeleciam era uma espécie de “condenação” aos praticantes do futebol, ou seja, amor e dinheiro eram duas coisas que não podiam estar associadas. “Filosófica e politicamente” o amadorismo se pautava pelos conceitos de desenvolvimento corporal, moral e de higienização social. Através das normas amadoristas, pautadas pelo moralismo e pelo preconceito social e racial, as elites urbanas monopolizaram a prática do futebol no Brasil durante os últimos anos do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Para acirrar mais a discriminação social, as regras

amadoristas, proibiam, dentre outras questões: que os jogadores fossem analfabetos e/ou desempregados, que tivessem profissões de “nível moral” considerado “incompatível” com o esporte bretão, que não dominassem os termos técnicos em inglês da prática futebolística, que não tivessem poder aquisitivo para se associar a um clube de futebol ou para adquirir as vestimentas e demais materiais esportivos necessários. Dessa forma, o futebol brasileiro foi um importante instrumento de distinção social, não apenas no âmbito dos praticantes, como também para os espectadores que acompanhavam tal esporte como um costume urbano “requintado”.

Apesar dos vários mecanismos de exclusão social firmados pela teoria amadorista do esporte, o significado social do consumo e da prática do futebol se modificou paulatinamente acompanhando as transformações macroestruturais do Brasil e dos principais centros urbanos, como foi o caso de Belo Horizonte, ao longo das décadas de 1910 e 1930. O desenvolvimento econômico do país, sobretudo da produção agrícola, promoveu uma incipiente industrialização, uma vez que os dividendos do campo passaram a ser investidos em manufaturas têxteis e de alimentos e bebidas. As cidades tornaram-se o ambiente por excelência desse modo de produção, recebendo novos contingentes populacionais provenientes da zona rural, de outros estados, e inclusive de estrangeiros habituados ao universo do futebol, que migraram, espontaneamente ou por meio da atuação do Estado, intensificando o processo de urbanização.

Pelas características do futebol descritas a partir de Sevcenko (1994), os novos cidadãos, formados por uma massa de imigrantes, desvinculados de suas referências sociais, conceberam o futebol como objeto de entretenimento, lazer e comunhão ou de interação social, seja acompanhando as competições de futebol, que passaram a ser realizadas regularmente pelas entidades de gestão do esporte, ou mesmo praticando a referida modalidade esportiva de forma improvisada, por meio das “peladas”. A partir da competitividade cada vez mais latente entre os clubes, o novo público espectador do futebol, composto por operários, trabalhadores e demais grupos menos abastados, passaram a conceber os clubes como instituições de referência cultural, se identificando, dentre outros aspectos, com seus princípios, símbolos e jogadores. Originava-se, a partir de então, o fenômeno social do “pertencimento clubístico” entre os espectadores dos jogos, conhecido popularmente pelo termo “torcida dos clubes de futebol”. Os clubes de indústrias, como o *Bangu* no Rio de Janeiro e o *Villa Nova* em Nova Lima, e os clubes de colônias estrangeiras,

como o *Vasco da Gama* dos lusitanos cariocas, o *Yale* e o *Palestra Itália* dos ítalo-brasileiros de Belo Horizonte, intensificaram os rituais de reforço ao sentimento de pertencimento social desses grupos que tinham frágeis laços sociais e referências culturais. Em decorrência o futebol deixou de ser um esporte privilegiado das elites e chegou às classes populares.

Inicialmente, as elites urbanas tentaram inibir ou criar barreiras à presença desses torcedores nos campos de futebol por meio da venda de ingressos, já que o simples fato de cobrar a entrada excluía aqueles desprovidos de capital econômico para adquirir o bilhete. Paulatinamente, os organizadores dos clubes perceberam que essa estratégia não surtia um efeito positivo, pois, quanto mais torcedores, maior lucro geraria ao clube que podia fazer uso desse ganho para novos empreendimentos; além de possibilitar maior visibilidade, além de legitimação de seu lugar e prestígio sociais. Assim, a partida de futebol passou a ser comercializada, o que Bourdieu (1983) denominou por “indústria do espetáculo esportivo”.

Políticos destacados no cenário local e nacional passaram a incentivar os espetáculos de futebol por meio de concessões de terrenos e de notas promissórias aos clubes, para que os mesmos construíssem seus estádios e praças esportivas. Em contrapartida os investidores passavam a ser “donos/sócios” do empreendimento que podiam controlar a prática do futebol, tendo acesso ou participando das importantes decisões dos clubes, além de controlar os próprios jogadores, especialmente por meio de benefícios a eles concedidos como presentes ou algum tipo de ajuda financeira. A vitória e conquista dos clubes se traduziam socialmente como vitória pessoal dos dirigentes e investidores, garantindo-lhes prestígio político tanto na esfera municipal, estadual e nacional.

Constatamos que os clubes belo-horizontinos, assim como os demais, concebiam o futebol como indústria do espetáculo esportivo desde a década de 1920. Várias foram as estratégias adotadas pelos dirigentes para aprimorar e seduzir a população para “comprar” a mercadoria “jogo de futebol” e legitimar o prestígio social do clube, de seus “donos” e dos “patrocinadores”. Isso pode ser observado, por exemplo, na construção, ampliação e iluminação dos Estádios, na promoção de jogos amistosos intermunicipais e interestaduais, na parceria com empresas e comércios que atrelavam suas marcas ao “campo futebolístico”, etc.

É nesse contexto que se conformou a prática do “amadorismo marrom” ou do “profissionalismo marrom”, como corolário da transformação do significado social da prática e do consumo do futebol, que anteriormente era monopólio das elites urbanas, passando, então, a ser democratizado socialmente. O “amadorismo marrom” se caracterizou como uma

situação de indefinição de *status* do jogador de futebol, criando uma condição de ambivalência. Melhor dito, almejando vitórias e conquistas futebolísticas, os dirigentes dos clubes integraram em suas equipes jogadores de destacada qualidade técnica, independente de suas origens sociais. Porém, para “racionalizar a preparação” em treinos e concentrações, e alcançar a “eficácia específica” dos resultados exigidos e esperados pelos dirigentes e torcedores dos clubes, os atletas tecnicamente competentes, importantes para garantir a vitória do clube, e pobres, analfabetos, desempregados, não podiam se dedicar integralmente ao futebol sem um ganho financeiro. Essa situação se tornou um problema para os clubes uma vez que em seus regimentos e também nas normas da Liga era proibida qualquer forma de pagamento em troca da prática do futebol.

Como solução, os jogadores pobres recebiam determinados benefícios como cesta básica, presentes, bolsa de estudo, pagamento de aluguel etc. Ou para “cumprir” o regulamento amadorista, a situação era camuflada, ou seja, era comum que os empresários, comerciantes e políticos admitiessem em seus negócios e até nas repartições públicas, os jogadores habilidosos e não lhes concediam tarefas que pudessem provocar desgastes físicos que os prejudicassem nas partidas. A situação do “amadorismo marrom” era, portanto, ilícita e seus praticantes passaram a ser considerados transgressores, trazendo consequências determinantes para a imagem estereotipada do jogador de futebol, como muito bem explicado na entrevista de Barreto (2012) que está no corpo dessa dissertação.

Tais estratégias, como já destacado acima, foram denominadas de “amadorismo marrom” e adotadas por boa parte dos clubes brasileiros, inclusive pelo *America Futebol Clube* de Belo Horizonte, que inicialmente se posicionava contra a profissionalização do futebol. Consideramos a rotatividade dos atletas entre os clubes como a principal evidência nesse sentido, uma vez que os mesmos eram inscritos na Liga após serem identificados pelos principais clubes quando estes disputavam amistosos com equipes de futebol do interior do Estado, ou a partir de seus desempenhos como jogadores dos clubes suburbanos da cidade. Além dos jogadores do interior mineiro e dos clubes suburbanos, os principais clubes da cidade eventualmente recrutavam jogadores consagrados do futebol carioca e paulista, o que lhes rendia, na maioria das vezes, a conquista de expressivos resultados no ano e de altos públicos pagantes nos jogos, como foi o caso, por exemplo, do tricampeonato *palestrino* de 1928 a 1930.

A prática do “amadorismo marrom” conviveu com a regulamentação amadorista até que os clubes amadores começaram a perder seus principais atletas para os clubes profissionais internacionais ou mesmo brasileiros que os assediavam com propostas concretas de pagamento de salários e premiações por meio da assinatura de contratos de trabalho. Esse jogo de interesses contribuiu de forma decisiva para a regulamentação da profissão, que foi um mecanismo articulado pelos gestores do futebol para evitar o propalado “êxodo de jogadores” brasileiros ao exterior, que contava com clubes de futebol profissional que apresentavam as melhores ofertas de trabalho. No caso belo-horizontino, o “êxodo de jogadores” se dava também para clubes internacionais, mas, sobretudo para as agremiações cariocas e paulistas, que enfraqueciam as equipes de futebol da cidade e, conseqüentemente, o prestígio social dos envolvidos no “campo futebolístico”. Ou seja, um dos significados sociais atribuídos à regulamentação do futebol profissional, principalmente por parte dos dirigentes esportivos, foi de concebê-la como estratégia para aprimorar a indústria do espetáculo esportivo.

No que se refere ao panorama histórico e político da profissionalização do futebol podemos constatar que as políticas sociais trabalhistas promovidas pelo Governo Vargas influenciaram as propostas e o próprio regulamento de profissionalização do futebol criado pelos clubes com categorias profissionais de futebol. A principal evidência da influência do arcabouço legal varguista na regulamentação do futebol profissional diz respeito aos direitos sociais que os jogadores passaram a ter a partir de então como, por exemplo, a definição de ordenados, premiações e cláusulas de rescisão através de um contrato de trabalho firmado entre jogadores e clubes de futebol reconhecido pelas Associações, Federação e Ligas desportivas, além do direito à indenizações em caso de contusões, assistência médica e aposentadoria, previstos em textos normativos das entidades de gestão do futebol fundadas a partir de 1933. Outro aspecto não analisado, mas que pode ser aventado quando discutimos o contexto do Governo Vargas, está relacionado à característica populista desse governante. Como o futebol se configurou em um esporte popular, para além das elites urbanas, como sustentamos na presente pesquisa, deixamos a seguinte questão: podemos relacionar o populismo varguista com a profissionalização do futebol?

De qualquer maneira, destacamos que, apesar da regulamentação do futebol profissional ter garantido direitos sociais aos jogadores, a investigação empreendida apontou que tais atores sociais, em sua maioria, estiveram alijados do processo de construção das

propostas e da implantação do projeto final. A regulamentação profissional desportiva foi amplamente creditada como uma iniciativa dos dirigentes esportivos que eram membros da elite política, econômica e social.

No que se refere especificamente ao *America*, é evidente que a organização do clube, assim como os demais, tinha a intencionalidade de sustentar uma indústria do espetáculo esportivo. Durante a década de 1920 o clube promoveu uma série de estratégias no sentido de conformar seu time de futebol em mercadoria do entretenimento e do lazer. Construiu dois estádios de futebol que à época se tornaram referência no “campo futebolístico” belo-horizontino, realizou amistosos interestaduais levando à Belo Horizonte destacadas equipes de futebol do cenário nacional, teve parceria com estabelecimentos comerciais da cidade ao promover competições futebolísticas e, deliberadamente, arregimentou atletas de destacada qualidade técnica para reforçar sua equipe no interior de Minas Gerais e até mesmo em outras cidades do país, como o caso de Ribeirão Preto-SP, São Paulo e Rio de Janeiro.

Justamente por essa trajetória do clube, não conseguimos concluir as razões que levaram seus dirigentes a adotarem uma oposição momentânea do clube *americano* frente a fundação da AME e à regulamentação profissional do futebol belo-horizontino. Nenhum documento consultado, tampouco os depoimentos coletados estabeleceram relações entre a “identidade clubística” e a defesa pelo amadorismo por parte do *America*. Também não encontramos indício de que tal posição refletia uma tentativa de recuperar a hegemonia que o clube teve entre 1916 e 1925, período amadorista do futebol local.

Por ora, conseguimos indicar apenas que, diferentemente de clubes cariocas e paulistas que foram contrários à regulamentação do futebol profissional, o *America* não sustentou sua oposição amadorista mantendo a antiga LMDT em funcionamento, pois, um ano antes, em 1932, a gestão do futebol na cidade estava dividida, o que enfraquecia a comercialização dos jogos. Durante todo o ano de 1932, período que conviveu duas entidades de gestão do futebol na cidade, a saber, a LMDT e a AMEG, a sociedade belo-horizontina se viu privada de assistir aos dois confrontos futebolísticos mais requisitados da cidade, a saber, *America vs. Athletico* e *Athletico vs. Palestra Itália*. Por isso, sustentar a LMDT em 1933, retirando-se da fundação da AME não era interessante para os dirigentes *americanos* ávidos em competir entre as principais equipes, o que lhes dava prestígio social e conquistas sociais pessoais.

Cabe destacar que o *America* foi ressaltado no projeto de pesquisa como sendo o objeto de estudo central tendo em vista, em grande medida, o conhecimento empírico, o

“pertencimento clubístico” e a identificação do pesquisador com o referido clube. Pesquisando preliminarmente a história *americana*, sobretudo através das fontes oficiais do clube, a “resistência” ao profissionalismo na década de 1930 sobrepujava como um dos principais marcos históricos da instituição em questão. Entretanto, a pesquisa científica empreendida demonstrou que o *America* não teve papel preponderante no referido contexto e que, para compreensão da transformação de significado social da prática e do consumo desse esporte, tal clube deveria ser considerado dentro de um cenário mais amplo e não como um caso isolado.

Por fim, podemos concluir que a profissionalização do futebol se deu a partir de um processo histórico que carregou em si particularidades e seu estudo exigiu diferentes procedimentos metodológicos. cremos, como já apresentado, que a presente dissertação de mestrado não esgota o tema, mas pode gerar novos trabalhos no campo das ciências sociais, como, por exemplo, estudos comparados, não só em seus resultados como também em caminhos trilhados para atingir seu objetivo.

REFERÊNCIAS

A ESTREIA de Chico Preto no Villa. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.396, ano VI, 15 jan. 1933.

A HISTORIA da renuncia da directoria americana na voz de um dos próprios diretores: Luiz Pereira da Silva. O segundo secretario do America conta o que houve e da ao ESTADO DE MINAS esclarecimentos em torno do caso. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.590, ano VI, 03 set. 1933.

A HISTÓRIA de uma Nação Alvinegra. Galo Digital, 2010. Disponível em <http://www.galodigital.com.br/enciclopedia/Categoria%3AHist%C3%B3ria#A_ado.C3.A7.C3.A3o_do_nome.2C_.22Clube_Atl.C3.A9tico_Mineiro.22_-_a_conquista_do_primeiro_campeonato>. Acesso em: 14 jan. 2013.

A PROXIMA vinda do S. Paulo a Belo Horizonte. As atenções presas pela data não determinada ainda. **O Chronista**, Belo Horizonte, n.1, ano 1, 5 jun. 1932.

A RENHIDA disputa da primeira da “melhor de tres”. O publico esportivo está vivamente empolgado com a realização da luta de hoje entre Palestra e o Athletico. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.045, ano IV, 29 nov. 1931.

A RIVALIDADE dos clubes de futebol de Belo Horizonte põe em eferverencia os nossos meios esportivos. Numerosos associados do América ocuparam, ontem, de surpresa, a sede da Liga Mineira, depondo a sua directoria. Formou-se uma directoria provisória sob a presidência do sr. Otacilio Negrão de Lima. A policia ocupou a séde da Liga, devendo o caso ser resolvido, amanhã, em assembléa geral. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.093, ano IV, 29 set. 1931.

A TENTATIVA de deposição da directoria da Liga Mineira e as verdadeiras razões desse movimento. Em entrevista ao ESTADO DE MINAS, o professor Anibal Matos analisa a origem dos fatos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 2.002, ano IV, 09 out. 1931.

AELEA. – Então “seu” America? **Folha Esportiva**, Belo Horizonte, n. 1, ano 1, 21 maio, 1930.

ÁLVARO Lopes Cançado. Galo Digital, 2010. Disponível em <<http://www.galodigital.com.br/enciclopedia/Nariz>> Acesso em: 24 jan. 2013

AS RENDAS dos treinos do “scratche”. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, n.1, ano 1, 14 out. 1934.

AS REUNIÕES na L.A.F, e na F.A.M.A para tratar do profissionalismo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.396, ano VI, 07 maio 1933.

ASSIGNALADA, enfim, a victoria integral da campanha pela implantação do profissionalismo no futebol mineiro! Completa reportagem do ESTADO DE MINAS sobre os

passos dos paredros dos nossos clubes, que acabam de adoptar a medida que, no Rio e em S. Paulo, é uma realidade. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.508, ano VI, 31 maio 1933.

ATHLETICO, 4 – Sete de Setembro, 1. Foi este o resultado da partida de domingo. Numa partida movimentada, o Athletico abateu o Sete de Setembro pela contagem de 4 a 1. Orlando e Cunha fizeram 2 goals cada um – Ary marcou o único ponto do Sete. As jogadas mais interessantes da partida. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 901, ano IV, 03 fev. 1931a.

ATHLETICO vs. Palestra. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 941, ano V, 22 mar. 1931b.

BARRETO, Plínio. **Plínio Barreto**: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador: Marcus Vinícius Costa Lage. Belo Horizonte, 2012. (87 minutos)

BARRETO, Plínio; BARRETO, Luiz Otávio Trópia. **De Palestra e Cruzeiro, uma Trajetória de Glórias**. Belo Horizonte: s.n., 2000. 200 p.

BITOLA assignou o boletim pelo “Deca”. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 917, ano IV, 22 fev. 1931.

BOURDIEU, Pierre. Como É Possível Ser Esportivo. In.: **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. – Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983, p. 136-153.

BOURDIEU, Pierre. Conclusão. Classes e classificações. In.: **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. – São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008, p. 434-447.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Gênese das “Classes”. In.: **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. – Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 133-161. (Coleção Memória e Sociedade)

BOURDIEU, Pierre. Introdução. In.: **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. – São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008, p. 9-14.

BOURDIEU, Pierre. Programa Para Uma Sociologia Do Esporte. In.: **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira; Denise Moreno Pegorim. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 207-220.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Poder Simbólico. In.: **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. – Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 7-16. (Coleção Memória e Sociedade)

BRANT no Flamengo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 948, ano IV, 12 abr. 1931a.

BRANT vae jogar pelo America do Rio. Mario de Castro no Botafogo, do Rio? **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 935, ano IV, 15 mar. 1931b.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 16 abr. 1941.

BRASIL. Lei nº 6.354, de 02 de setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Brasília, 02 set. 1976.

CALDAS, Waldenyr. **O Pontapé Inicial: Memória do Futebol Brasileiro (1894-1933)**. São Paulo: IBRASA, 1990. 234 p. (Biblioteca educação física e desportos; v. 18)

CAMPEÃO dos campeões. Galo Digital, 2010. Disponível em <http://www.galodigital.com.br/enciclopedia/Campe%C3%A3o_dos_Campe%C3%B5es_1936> Acesso em: 28 jan. 2013

CAMPEONATO Juvenil. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 901, ano IV, 03 fev. 1931.

CARAZZO não mais voltará a Belo Horizonte? **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.384, ano VI, 01 jan. 1933.

CARAZZO, o extraordinario centro avante do Palestra, fala-nos sobre o jogo de hoje. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.008, ano IV, 21 jun. 1931.

CARDOSO, Márdel. **Cardozinho, sua história se confunde com a história de Belo Horizonte e da Engenharia Civil no Brasil**. SP Galo. Paixão sem fronteiras. Grupo Atleticano Organizado de São Paulo. Traga a sua família, 2009. Disponível em <<http://spgalo.blogspot.com.br/2009/08/cardosinho-sua-historia-se-confunde-com.html>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

CATTANI, Antonio David. As Desigualdades Ampliadas e as Alternativas em Construção. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p. 93-120, abr. 2004.

CEM contos ao jogador que marcar o 1º goal do jogo Athletico-Palestra. Oferece o cambista Orestes Baptista. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.506, ano VI, 28 maio 1933.

CLUB Athletico Mineiro. Oficial. Concentração. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, n.1.138, ano IV, 15 nov. 1934.

COSTA, Oswaldo. **Oswaldo Costa**: depoimento [fev. 2013]. Entrevistador: Marcus Vinícius Costa Lage. Belo Horizonte, 2013. (50 minutos)

COUTO, Euclides de Freitas. **Belo Horizonte e o futebol: integração social e identidades coletivas (1897-1927)**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CRAQUE – Brant. Fluminense&etc, 2013. Disponível em <<http://www.fluminenseetc.com.br/?p=12703>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

CREPALDI, Daniel Damasceno. **A participação da Rádio Nacional e difusão do futebol no Brasil nas décadas de 1930 e 40**. 2009. 97 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Brasília.

DA MATTA, Roberto. A antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**, Dossiê Futebol São Paulo, n. 22, p. 10-17, jun/jul/ago de 1994.

DAMO, Arlei Sander. Bons para torcer, bons para se pensar: os clubes de futebol no Brasil e seus torcedores. In.: **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 11-48, nov. 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 2) p. 213-240.

DE LELLIS, Waldir Antônio. **Waldir Antônio de Lellis: depoimento** [ago. 2012]. Entrevistador: Marcus Vinícius Costa Lage. Belo Horizonte, 2012. (38 minutos)

DEL Nero chegou ontem. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, n.1.138, ano IV, 15 nov. 1934.

DEVERÁ ser solucionado, no decorrer do dia de hoje, o momentoso caso da presidência da Liga Mineira. Esboçou-se na tarde de ontem, com aplausos gerais, um movimento de conciliação entre as correntes em choque. A Liga Mineira reuniu-se ontem transferindo sua sede para o Paleete Bieriot – A assembleia de hoje, convocada pelo dr. Otacílio Negrão – Os clubes filiados e sua atitude deante da questão – Não haverá jogos de campeonato domingo proximo – A C.B.D. prestigiará a entidade mineira. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.094, ano IV, 30 set. 1931.

DIOGO, Julio. **Jogo Histórico – Uberaba(MG) X Paulista(SP)**. História do Futebol – Final, 2012. Disponível em < <http://cacellain.com.br/blog/?p=34974>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

DO BOLSO do espectador para as bilheteria dos campos de futebol. A renda total dos jogos do campeonato de 1934 atingiu a importancia de 122:404\$000 – Athletico x Palestra, o jogo mais rendoso... nas bilheteria. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, n.1, ano 1, 14 out. 1934.

DUAS reuniões memoraveis em consequencia das quaes ficou assentada a implantação do profissionalismo no nosso futebol. Uma sessão de paredros na residencia do presidente do Athletico, e outra do C. Superior da L.A.F. determinaram a mudança do regime amador para o profissional. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.508, ano VI, 31 maio 1933.

DUNNING, Eric. Prefácio. In.: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (orgs.). **A Busca da Excitação**. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. – Lisboa: DIFEL, 1985, p. 11-37 (Coleção Memória e Sociedade)

ELIAS, Norbert. Introdução. In.: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (orgs.). **A Busca da Excitação**. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. – Lisboa: DIFEL, 1985, p. 39-99 (Coleção Memória e Sociedade)

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.7, n.1, p. 89-116, abr. 2001.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (orgs.). **A Busca da Excitação**. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. – Lisboa: DIFEL, 1985. 421 p. (Coleção Memória e Sociedade)

ESPORTES. Liga Mineira de Desportos Terrestres. Oficial. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 241, ano XL, 10 out. 1931a.

ESPORTES. Liga Mineira de Desportos Terrestres. Oficial. Conselho de Julgamento. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 251, ano XL, 22 out. 1931b.

ESPORTES. Liga Mineira de Desportos Terrestres. Sessão extraordinária da Comissão Técnica. Expediente despachado. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 244, ano XL, 14 out. 1931c.

ESPORTES. Um pouco de historia sobre o basquete. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.022, ano IV, 01 nov. 1931d.

ESTÁDIO Antônio Carlos. Galo Digital, 2012. Disponível em
<http://www.galodigital.com.br/enciclopedia/Est%C3%A1dio_Ant%C3%B4nio_Carlos>
Acesso em: 20 jan. 2013.

FAUSTO, Boris. Principais mudanças socioeconômicas – 1890 a 1930. In.: **História do Brasil**. 13ª ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 275-295. (Coleção Didática, 1)

FAUSTO e Jaguaré não querem ser espanhóis. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.092, ano IV, 27 set. 1931.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Amador. In.: **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. rev. e amp. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986a, p. 78.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Sagarar. In.: **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. rev. e amp. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986b, p. 1.259.

FICANDO... **Folha Esportiva**, Belo Horizonte, n. 1, ano 1, 21 maio 1930.

FRANZINI, Fábio. **As raízes do país do futebol. Estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919 — 1950)**. 2000. 144 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. 343p. (Formação do Brasil; 5)

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor, classes e *status* nos estudos de relações raciais. In.: **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. 2ª ed. – São Paulo: Fundação de Apoio à USP; Editora 34, 1999, p. 101-129.

HALFELD, Guilherme. De pequenas brincadeiras muitas vezes nascem grandes cousas. Um pouco de história do “America Football Club”, de Bello Horizonte, por um americano fundador. **Museu Histórico Abílio Barreto. Abílio Barreto Produção Intelectual.** n° 7/061, caixa 26, pasta 36, 1928.

HELAL, Ronaldo. **A lei, a ordem e o espetáculo:** reflexões sobre a organização do futebol brasileiro. *Cultura Vozes*, v.92, n.2, p.88-103, mar./abr. 1998.

HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses:** futebol e cultura de massa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997. 133p.

HUMBERTO, keeper do Athletico, seguirá para o Rio afim de ser experimentado no arco do “team” profissional do Fluminense Foot-Ball Club. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.506, ano VI, 28 maio 1933.

IMPORTANTES resoluções do Conselho Superior da L.A.F. A mudança do nome daquela entidade – O Conselho Administrativo – Juizes remunerados – Um prazo ao Retiro e ao Siderurgica, para remodelarem as suas praças de esportes e aperfeiçoarem as suas esquadras – As condições estabelecidas aos clubes que quiserem figurar na divisão de profissionais – A situação dos actuaes amadores pertencentes aos clubes que adoptaram o profissionalismo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.508, ano VI, 31 maio 1933.

INSTALAÇÃO de refletores no estadio do America. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.092, ano IV, 27 set. 1931.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries Estatísticas & Séries Históricas.** População dos municípios das capitais. Belo Horizonte. 2007. Disponível em <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>>. Acesso em 12 fev. 2013.

JOSÉ Procópio Mendes. Galo Digital, 2010. Disponível em <http://www.galodigital.com.br/enciclopedia/Jos%C3%A9_Proc%C3%B3pio_Mendes> Acesso em: 27 jan. 2013

KALAPALO, Felipe; OLIVEIRA, Gilmar T. de; MOLIBIDÊNIO, Jackass. **Atlético x América-MG. 19300608.** Canto do Galo, 2008a. Disponível em <<http://100anosgalo.blogspot.com.br/2008/12/19300608-amrica-mg.html>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

KALAPALO, Felipe; OLIVEIRA, Gilmar T. de; MOLIBIDÊNIO, Jackass. **Atlético x América-MG. 19310531.** Canto do Galo, 2008b. Disponível em <<http://100anosgalo.blogspot.com.br/2008/12/19310531-amrica-mg.html>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

KALAPALO, Felipe; OLIVEIRA, Gilmar T. de; MOLIBIDÊNIO, Jackass. **Atlético x Botafogo. 19231021.** Canto do Galo, 2008c. Disponível em <<http://100anosgalo.blogspot.com.br/2008/04/19231021-botafogo-rj.html>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

KALAPALO, Felipe; OLIVEIRA, Gilmar T. de; MOLIBIDÊNIO, Jackass. **Atlético x Grambery-JF. 19120512**. Canto do Galo, 2009. Disponível em <<http://100anosgalo.blogspot.com.br/2009/02/19120512-grambery-mg.html>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

KALAPALO, Felipe; OLIVEIRA, Gilmar T. de; MOLIBIDÊNIO, Jackass. **Atlético x Sete de Setembro. 19280826**. Canto do Galo, 2008d. Disponível em <<http://100anosgalo.blogspot.com.br/2009/01/19280826-sete-de-setembro-mg.html>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

KALAPALO, Felipe; OLIVEIRA, Gilmar T. de; MOLIBIDÊNIO, Jackass. **Atlético x Sete de Setembro. 19290428**. Canto do Galo, 2008e. Disponível em <<http://100anosgalo.blogspot.com.br/2008/05/19290428-sete-de-setembro-mg.html>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

KALAPALO, Felipe; OLIVEIRA, Gilmar T. de; MOLIBIDÊNIO, Jackass. **Atlético x Sete de Setembro. 19310607**. Canto do Galo, 2008f. Disponível em <<http://100anosgalo.blogspot.com.br/2008/12/19310607-sete-de-setembro-mg.html>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

KALAPALO, Felipe; OLIVEIRA, Gilmar T. de; MOLIBIDÊNIO, Jackass. **Atlético x Uberaba. 19341225**. Canto do Galo, 2008g. Disponível em <<http://100anosgalo.blogspot.com.br/2008/12/19341225-uberaba-mg.html>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

LOPES, José Sérgio Leite. A vitória do futebol que incorporou a pelada. **Revista da USP**, Dossiê Futebol, São Paulo, n. 22, p. 65-83, jun/jul/ago. 1994.

MARCADA para o dia 28 nova assembleia geral da séde da L.M.D.T. Na reunião de hontem nada ficou resolvido, uma vez que os clubes da A.M.E.G. não se fizeram representar individualmente. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.402, ano VI, 22 jan. 1933.

MÁRIO de Castro. Galo Digital, 2011. Disponível em <http://www.galodigital.com.br/enciclopedia/M%C3%A1rio_de_Castro> Acesso em: 26 jan. 2013

MAZZONI, Thomaz. **História do Futebol Brasileiro**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In.: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 2 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999, p. 11-28.

MELO, Victor Andrade de. **Dicionário do Esporte no Brasil**. Do século XIX ao início do século XX. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Decania do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, 2007. 167 p. (Coleção educação física e esportes)

MOURA, Rodrigo Caldeira Bagni. **O amadorismo, o profissionalismo, os sururus e outras tramas. O futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930.** 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Abílio Barreto Produção Intelectual. 1911-Julho-17.** nº 7/061, caixa 26, pasta 36, 1911.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Abílio Barreto Produção Intelectual. Campo do America – 1928 – Outubro – Relat. 24.** nº 7/061, caixa 26, pasta 36, 1928.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Abílio Barreto Produção Intelectual. Em 1916 começou série de vitórias e glórias para o pavilhão alviverde.** nº 7/061, caixa 26, pasta 36, 1916.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Abílio Barreto Produção Intelectual. Esportes (1904-1937).** nº 7/061, caixa 26, pasta 36, 1932.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Abílio Barreto Produção Intelectual. Os Desportos Antigos Na Capital I – Turf. – Prado Mineiro (2/1/1898).** nº4/012, caixa 13, pasta 12, 1898.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Abílio Barreto Produção Intelectual. Os Desportos Antigos Na Capital II – Ciclismo e o Velo Club.** nº 4/012, caixa 13, pasta 12, s/d.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Abílio Barreto Produção Intelectual. Profissionalismo. 1935.** nº 7/061, caixa 26, pasta 36, 1935.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Ordem dos Pioneiros. Cruzeiro Esporte Clube: uma história pra contar.** nº 3, caixa 03, pasta 05, 1986.

NARIZ ingressou e treinou no Athletico. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 935, ano IV, 15 mar. 1931.

NÃO será implantado o profissionalismo em S. Paulo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.402, ano VI, 22 jan. 1933.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.20, n.39, p. 121-151, jul./dez.2003

NO GUARANY. **O Horizonte**, Belo Horizonte, n. 750, ano VIII, 14 fev. 1931.

NUMA PARTIDA entusiasmada e leal, o Athletico derrotou brilhantemente o America pelo elevado score de 6 x 2. Enfrentando o Athletico, o America sofreu ante-hontem, um dos maiores revezes de sua carreira sportiva. 6 a 2 foi o resultado final – Os que brilharam e os que fracassaram. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 895, ano IV, 27 jan. 1931.

O ATHLETICO contra o AMERICA! Dezessete annos de rivalidade. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 990, ano IV, 31 maio 1931.

O ESPORTE Clube Calafate realizará hoje um interessante festival. A festividade terá logar no campo do Palestra com o concurso de cinco de nossos clubes. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.032, ano IV, 19 jul. 1931.

O ESPORTE italiano dominado pelo futebol. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.384, ano V, 01 jan. 1933.

O EXAME da perspectiva do America x Tupy desta tarde. Acerca da formação da “eleven” rubra – Victoria p’ra um ou p’ra outro – coisa em que não se pôde falar com fundamento – A preliminar entre amadores do America e o “team” do 6º Batalhão. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.590, ano VI, 03 set. 1933.

O PROGRAMA dos dissidentes dentro da Liga Mineira. Convocada uma assembleia geral os clubes aliados vão expor as reformas que julgam necessarias. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. xx, ano xx, 4 out. 1931.

O PROFISSIONALISMO na capital do paiz. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.384, ano V, 01 jan. 1933.

O PROFISSIONALISMO no foot-ball. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 893, ano IV, 24 jan. 1931.

OS BONDS esportivos. **Folha Esportiva**, Belo Horizonte, n. 1, ano 1, 21 maio 1930.

OS BRASILEIROS que se tornaram profissionais. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.396, ano VI, 15 jan. 1933.

OS EMISSARIOS do Athletico e do Palestra ao Rio interessar-se junto á L.C.F. para o prompto julgamento das condições expostas em officio por esses clubes, para a implantação do profissionalismo. A resposta da entidade carioca. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.508, ano VI, 31 maio 1933.

OS LAMENTAVEIS acontecimentos de domingo impediram a realização do jogo Palestra x Athletico. **O Horizonte**, Belo Horizonte, n. 831, ano IX, 09 dez. 1931.

OS NOVOS do Vila Nova Atlético Clube. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.020, ano IV, 05 jul. 1931.

PACIFICADO o esporte mineiro! Federação das associações mineiras de atletismo. (F.A.M.A.) foi o nome escolhido para a entidade que dirigirá os esportes em Minas – Como transcórrem os trabalhos da assembléa geral de hontem. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.408, ano VI, 29 jan. 1933.

PAIVA, Carlos. **Carlos Eduardo Paiva de Oliveira**: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador: Marcus Vinícius Costa Lage. Belo Horizonte, 2012a. (95 minutos)

PAIVA, Carlos. **Enciclopédia do América MG**. Bahia com Timbiras, onde nasceu uma paixão. A história do América Futebol Clube, de Belo Horizonte 1912-2012. Ed. especial do centenário. Belo Horizonte: Editora Alicerce, 2012b. 400 p.

PALESTRA Itália 1x1 Vasco – 30/10/1927. CruzeiroPedia, 2012a. Disponível em <http://www.cruzeiropedia.org/Palestra_It%C3%A1lia_1x1_Vasco_-_30/10/1927>. Acesso em: 20 jan. 2013

PALESTRA Itália 4x2 Syrio – 07/06/1925. CruzeiroPedia, 2012b. Disponível em <http://www.cruzeiropedia.org/Palestra_It%C3%A1lia_4x2_Syrio_-_07/06/1925>. Acesso em: 20 jan. 2013.

PALESTRA Itália 7x1 Syrio – 17/04/1927. CruzeiroPedia, 2012c. Disponível em <http://www.cruzeiropedia.org/Palestra_It%C3%A1lia_7x1_Syrio_-_17/04/1927>. Acesso em: 20 jan. 2013.

PALESTRA Itália 8x2 Syrio – 08/04/1928. CruzeiroPedia, 2012d. Disponível em <http://www.cruzeiropedia.org/Palestra_It%C3%A1lia_8x2_Syrio_-_08/04/1928>. Acesso em: 20 jan. 2013.

PARA a grande batalha. Como se apresentarão os dois bandos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.032, ano IV, 19 jul. 1931.

PASSOS, Rogério Duarte Fernandes dos. **Notas sobre o Estádio Luiz Pereira, em Ribeirão Preto**. O Pantera Tricolor, 2011. Disponível em <<http://opanteratricolor.blogspot.com.br/2011/12/notas-sobre-o-estadio-luiz-pereira-em.html>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

PEDERCINI jogará. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 917, ano IV, 22 fev. 1931.

PELO America jogarei até no quarto team. Tupá, o querido meia direita americano assim falou a “Folha Esportiva”. **Folha Esportiva**, Belo Horizonte, n. 1, ano 1, 21 maio 1930.

PERRY, Valed. **Futebol e legislação**: nacional e internacional. São Paulo: Edição do Autori, 1973.

PODÓ ganhou os 200 contos. **Goal!**, Belo Horizonte, n. 1, ano 1, 2 jun. 1930.

PORQUE os clubes italianos só contratam jogadores paulistas – Amilcar fala aos jornalistas cariocas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.030, ano IV, 17 jul. 1931.

PROMETE muito brilhantismo o festival esportivo da tarde de hoje, dos clubes dissidentes. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.016, ano IV, 25 out. 1931.

QUASI 50% dos jogadores submetidos ao exame pelo Departamento Medico da Liga Carioca são individuos de fraca constituição physical! A escolha do “scratch” carioca é feita de acordo com as possibilidades organicas de cada um – Como é feita a fiscalização medida na Liga Carioca. Cousas interessantes reveladas á FOLHA DE MINAS pelo dr. Leite de Castro, chefe do serviço medico da Liga Carioca. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, n.1, ano 1, 14 out. 1934.

QUINTA-FEIRA ultima na partida amistosa levada a efeito pelos universitarios de direito e medicina coube a victoria aos primeiros pelo apertado score de 2 x 1. O que foi a lucta. **O Chronista**, Belo Horizonte, n.1, ano 1, 5 jun. 1932.

RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis: Vozes, 1984. 114 p.

RASO, Afonso Celso. **Afonso Celso Raso**: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador: Marcus Vinícius Costa Lage. Belo Horizonte, 2012. (83 minutos)

REALISAR-SE-ÃO hoje as primeiras provas da fase inicial do Campeonato Brasileiro de Futebol. No proximo domingo, caberá ao escrete mineiro fazer a sua rentrée no sensacional certamen, defrontando na Capital da Republica o seu antigo adversario do Estado do Rio. O ESTADO DE MINAS vai ter um importante serviço especial e publicará desse jogo, a mais completa reportagem, transmitida diretamente do campo á sua redação, através dos fios telefonicos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.026, ano IV, 12 jul. 1931.

REVISTA América - O Deca-Campeão. Belo Horizonte: Raymar Editores S.A., 1971, s/p.

RIAL, Carmen. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, jul-dez 2008.

RIBEIRO, Raphael Rajão. **A Bola em Meio a Ruas Alinhadas e a Uma Poeira Infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. A sociologia da sociologia do futebol brasileiro. **Barbarói: Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia**, Santa Cruz do Sul, n.19, p.29-50, jul./dez. 2003.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. Futebol e teoria social: uma introdução à sociologia do futebol brasileiro. **Ciências Sociais UNISINOS**, São Leopoldo, v.38, n.160, p. 65-93, jan./jun. 2002.

RODRIGUES FILHO, Mário. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. 402 p. (Coleção Retratos do Brasil, v. 29)

SALLES, José Geraldo do Carmo. **Entre a paixão e o interesse: o amadorismo e o profissionalismo no futebol brasileiro**. 2004. 496 f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Gama Filho, Programa de Pós Graduação em Educação Física, Rio de Janeiro.

SANTANA, Guilherme. **Campeonato paulista 1927**. Acervo Histórico do Santos Futebol Clube, 2012. Disponível em <<http://acervosantosfc.blogspot.com.br/2012/07/campeonato-paulista-1927.html>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

SANTANA, Jorge. **Páginas Heróicas**. Onde a Imagem do Cruzeiro Resplandece. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003. 195 p. (Coleção Camisa 13)

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução Vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. 501 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Historia politica do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 93p. (Tudo é história)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Do Laissez-Faire Repressivo à Cidadania em Recesso. In.: **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979. il. p. 71-82. (Contribuições em ciências sociais; 1)

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desastinos. **Revista USP**, Dossiê Futebol, São Paulo, n. 22, jun/jul/ago de 1994, p. 30-37.

SILVA, Daniela Alves da. **Cultura Operária: um estudo de caso do Villa Nova Atlético Clube**. 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

SILVA, Eliazar João da. **Bola na Rede - O Futebol Em São Paulo e no Rio de Janeiro**: do amadorismo à profissionalização. 2000. 303 f. Dissertação (Mestrado em História). UNESP – Assis, São Paulo.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. “Macarrão Preto”. In.: **Mil e Uma Noites de Futebol**. O Brasil moderno de Mário Filho. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 11-30.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVEIRA, Brenda. **Os Donos da Bola**. Ou histórias e lendas do futebol em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. da Autora, 2006. 160 p.

SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 54, p. 79-96, fev. 2004.

SOUZA NETO, Georgino Jorge de. **A Invenção Do Torcer Em Bello Horizonte**: da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930). 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação, Belo Horizonte.

STREAPCO, João Paulo. **Os donos da bola são os donos da memória futebolística brasileira?** Ludopédio, 2011. Disponível em:

<<http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/arquibancada/artigo/645>>. Acesso em: 11 set. 2012.

TAÇAS, taças e mais taças! A Liga Mineira vae premiar os seus campeões desde 1918 até 1930 – um trabalho inteligente dos srs. Antonio Kneipp Rodrigues e Adão Lopes. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 886, ano IV, 16 jan. 1931.

TEREMOS hoje á tarde o America frente á Associação Universitaria. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 942, ano IV, 05 abr. 1931.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Lógicas no futebol.** dimensões simbólicas de um esporte nacional. 2000. 341 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

TRIDA, Ruy. **Em 1920 Uberaba enfrentou o poderoso Paulistano.** História do Futebol – Final, 2011. Disponível em < <http://cacellain.com.br/blog/?p=20122>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

UM CLUBE mineiro na liga de profissionaes. Trata-se do Tupy F.C. de Juiz de Fora. “Bello Horizonte não poderá cruzar os braços”. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.424, ano VI, 18 fev. 1933.

UM ESTADIO para abrigar 150.000 pessoas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.408, ano VI, 29 jan. 1933.

UMA OFFERTA da Casa “A Revolução” ao Campeão de 1931. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 1.051, ano IV, 06 dez. 1931.

UMA PALAVRA de Cícero com o Estado de Minas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 948, ano IV, 12 abr. 1931.

WEBER, Max. Classe, “Status”, Partido. In.: VELHO, Otávio Guilherme C. A.; PALMEIRA, Moacir G. Soares; BERTELLI, Antônio Roberto (Orgs.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social.** Trad. Otávio Guilherme C. A. Velho. – 7^a edição. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 61-83.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000, p. 7-72.

ZARPANDO... **Folha Esportiva**, Belo Horizonte, n. 1, ano 1, 21 maio 1930.

ZILLER, Adelchi. **Enciclopédia Atlético de Todos os Tempos.** A vida, as lutas, as glórias do Clube Atlético Mineiro, o Campeoníssimo das Gerais. 2^a ed. rev. atual. – Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato, 1997.